

ENCARTE 4

VERSÃO FINAL

FEVEREIRO/2005

Apresentação

O documento aqui apresentado trata do planejamento da Unidade de Conservação e da região onde está inserida, assim como a sua Zona de Amortecimento.

O conhecimento gerado através do diagnóstico de sua análise e contextualização permitiu a elaboração deste encarte.

Estão apresentados os objetivos específicos de manejo definidos a partir dos objetivos do SNUC, para esta categoria de manejo, do decreto de criação da Reserva, além do conhecimento acumulado da Reserva e da Região.

O conhecimento gerado através do diagnóstico apresentado nos encartes anteriores orientou a construção dos critérios de zoneamento, a definição e o limite das zonas, a definição das áreas estratégicas externas e internas e o planejamento com as suas diretrizes, normas e ações.

Neste documento, apresenta-se ainda a matriz estratégica que permite uma visão integrada e o cronograma físico-financeiro, para orientação da gestão.

SUMÁRIO

4. - Planejamento da Unidade de Conservação.....	6
4.1. – Visão geral do processo de planejamento.....	6
4.2. – Histórico do planejamento da Reserva Biológica de Poço das Antas.....	7
4.2.1. – Avaliação do planejamento anterior.....	8
4.3. – Avaliação estratégica da Unidade de Conservação.....	16
4.4. – Objetivos Específicos do manejo da Unidade de Conservação.....	30
4.5. – Zoneamento.....	31
4.5.1. – Organização do zoneamento.....	36
4.5.2. – Síntese do Zoneamento.....	44
4.6. – Normas gerais da Unidade de Conservação.....	48
4.6.1. – Normas gerais para a Zona de Amortecimento.....	50
4.7. – Planejamento por Áreas de Atuação.....	53
4.7.1. – Ações Gerenciais Gerais (AGG).....	53
4.7.1.1. – Ações Gerenciais Gerais Internas (AGGI).....	53
4.7.1.2. – Ações Gerenciais Gerais Externas (AGGE).....	75
4.7.2. – Áreas Estratégicas Internas (AEI).....	83
.....	158
4.9. – Estimativa de custos.....	159
4.9.1. – Cronograma Físico Financeiro.....	159
4.9.2. – Consolidação dos custos por programas temáticos e fontes de financiamento.....	217

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 4.1 – Avaliação dos programas, sub-programas e atividades definidas no Plano de Manejo de 1981
- QUADRO 4.2 – Matriz Estratégica – Forças Restritivas
- QUADRO 4.3 – Matriz Estratégica – Forças Impulsoras
- QUADRO 4.4 – Sistematização da informação estratégica
- QUADRO 4.5 – Área total da Zona de Recuperação
- QUADRO 4.6 – Síntese do Zoneamento
- QUADRO 4.7 – Quadro de pessoal atual e desejado na RB
- QUADRO 4.8 – Fiscalização – Equipamentos
- QUADRO 4.9 – Brigada de Incêndio – Equipamentos e Materiais
- QUADRO 4.10 – Sede Administrativa – Móveis e Equipamentos
- QUADRO 4.11 – Centro Educativo – Móveis e equipamentos
- QUADRO 4.12 – Alojamento – Móveis e equipamentos
- QUADRO 4.13 – Móveis e equipamentos para o laboratório da RB
- QUADRO 4.14 – Enquadramento das Ações Gerenciais Gerais por Programas Temáticos
- QUADRO 4.15 – Enquadramento das Áreas Estratégicas por Programas Temáticos
- QUADRO 4.16 - Cronograma Físico-financeiro para as Ações Gerenciais Gerais (R\$ 1,00)
- QUADRO 4.17 —Cronograma Físico-financeiro para as Áreas Estratégicas (R\$ 1,00)
- QUADRO 4.18 —Consolidação dos custos por programas temáticos e fontes de financiamento

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 4.1 - Reprodução da Imagem IKONOS da Área da Reserva Biológica de Poço das Antas
- FIGURA 4.2 – Carta Temática do Zoneamento
- FIGURA 4.3 – Carta Temática das Áreas Estratégicas Internas
- FIGURA 4.4 – Carta Temática das Áreas Estratégicas Externas

4. - Planejamento da Unidade de Conservação

4.1. – Visão geral do processo de planejamento

No Plano de Manejo, o diagnóstico parte do geral para o específico, onde, primeiramente, a Unidade de Conservação (UC) é contextualizada segundo os enfoques internacional, federal e estadual. Em seguida, o enfoque é realizado sobre a Região da UC, ou seja, sobre as áreas dos municípios nas quais a mesma se insere e sobre aquelas abrangidas pela sua Zona de Amortecimento. Por último, é feita a análise da UC, dos seus fatores bióticos, abióticos e dos principais aspectos institucionais e antrópicos envolvidos.

O conhecimento obtido através do diagnóstico da UC, realizado mediante diversas pesquisas e levantamentos, somado ao conhecimento gerado na Oficina de Planejamento e nas reuniões técnicas, conduzem ao seu planejamento, o qual foi norteado pelo “Roteiro Metodológico de Planejamento: Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas” (IBAMA, 2002), que trouxe inovações metodológicas importantes.

A abordagem metodológica atual é a do planejamento por áreas de atuação, em substituição àquela que enfocava o planejamento em programas e subprogramas de manejo. A nova metodologia identifica as áreas estratégicas internas e externas à Reserva Biológica (RB) para atuação da administração da Unidade de Conservação, e estabelece as ações a serem desenvolvidas em cada uma destas áreas, organizando seu planejamento segundo temas de ação.

No planejamento da UC, primeiramente, são estabelecidos os objetivos específicos de manejo da UC para, em seguida, serem estabelecidas gradações de uso para a área da UC, através do zoneamento.

Para que todos os objetivos de manejo da UC possam ser alcançados, em seu interior são definidas zonas de manejo, com distintos graus de proteção e intervenção. A definição das zonas é feita com base em critérios físicos e indicativos de singularidades da UC, e para cada uma das zonas são apresentados a sua definição, seus objetivos gerais, os objetivos específicos e as normas.

Uma vez definidas as áreas estratégicas, assim como as zonas de manejo, o resultado é que as primeiras serão inseridas em algumas das zonas estabelecidas, segundo seus objetivos.

Esta abordagem organiza espacialmente as ações de manejo da RB. Estas, quando são estabelecidas para toda a RB ou para toda a Zona de Amortecimento, são agrupadas nas ações gerenciais gerais, que, por sua vez, são detalhadas em atividades, sub-atividades e normas específicas.

A partir da definição das ações de manejo, estabelece-se um cronograma físico-financeiro que estima os custos para a implementação do Plano de Manejo, e se identificam as fontes potenciais de financiamento.

Os Projetos Específicos detalharão posteriormente, durante a implementação do Plano de Manejo (PM), algumas atividades propostas, em especial àquelas que envolvem conhecimentos específicos, tais como os projetos construtivos.

A monitoria e a avaliação do Plano de Manejo são ações fundamentais para a aquisição de novas informações para o diagnóstico e revisão do planejamento, retro-alimentando e aprimorando o manejo da RB.

4.2. – Histórico do planejamento da Reserva Biológica de Poço das Antas

A Reserva Biológica de Poço das Antas, criada em 1974, dispunha do Plano de Manejo, publicado em 1981, pela equipe de planejamento da Divisão de Parques Nacionais e Recursos Naturais Renováveis do DN-IBDF, através do convênio IBDF-FBCN. Sua atualização, prevista para um horizonte temporal de cinco anos, não ocorreu por falta de recursos financeiros e mudanças nas políticas, sendo esta a sua primeira revisão.

O Plano de Manejo da RB (IBDF, 1981) foi elaborado durante a gestão do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), criado em 1967. O IBDF era responsável pela administração dos Parques Nacionais, das Florestas Nacionais, das Reservas Biológicas e dos Parques federais de Caça.

Até meados da década de 70, o Brasil não possuía uma estratégia nacional para orientar a criação de Unidades de Conservação, nem objetivos nacionais de conservação definidos.

Além disso, ainda não havia uma sistematização e uniformização da metodologia de planejamento de UCs. A organização sistematizada das atividades em Unidades de Conservação de Proteção Integral ocorreu em 1979, ano em que o IBDF produziu a primeira etapa do Plano de Sistemas de Unidades de Conservação do Brasil (IBDF/FBCN, 1979). A Segunda etapa do Plano foi concluída em 1982 (IBDF/FBCN, 1982), com o estabelecimento de critérios técnico-científicos para a seleção de áreas destinadas a Parques Nacionais e Reservas.

Cabe ressaltar que até 1981 existiam no país três categorias de manejo legalmente instituídas e com UCs implantadas no território nacional: Parque Nacional, Reserva Biológica e Floresta Nacional.

Em 1989, com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o estabelecimento e a administração das Unidades de Conservação passaram a ser desse órgão, que pediu uma reavaliação do Plano de Sistemas de Unidades de Conservação.

No Plano de Manejo da Reserva Biológica de Poço das Antas, houve a indicação de mudança de categoria de Reserva Biológica para Refúgio de Vida Silvestre, de modo que todo o planejamento da UC voltou-se para esta última categoria de manejo. No entanto, pelo fato desta categoria não ter sido reconhecida legalmente na época, a RB continuou sendo tratada como Reserva Biológica. Apenas recentemente, com a aprovação da Lei 9.985/00 (SNUC), a categoria de Refúgio de Vida Silvestre passou a ser reconhecida. Além disso, a única metodologia para o planejamento e a regulamentação da categoria de manejo, disponíveis era para os parques nacionais.

Segundo o Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, Reserva Biológica é uma zona essencialmente não perturbada por atividades humanas, que compreende características e/ou espécies da flora ou fauna de significativo científico. Seus objetivos de manejo são proteger a natureza (espécies ou comunidades) e manter o processo em um estado sem perturbação, visando proteger amostras ecológicas representativas do meio ambiente natural para estudos científicos, monitoramento ambiental, educação científica, e para manter recursos genéticos em um dinâmico e evolucionário estágio.

Este mesmo documento define Refúgio de Vida Silvestre como sendo “uma área, onde a proteção é essencial para a subsistência de espécies ou populações de fauna migratória ou residente, endemismos ou biótopos únicos, de significado regional, nacional ou mundial. A área exigirá maior ou menor manipulação do hábitat de acordo com suas próprias características. Os objetivos de manejo são assegurar a sobrevivência de espécies, populações e hábitats silvestres, melhorar o hábitat onde é essencial; proporcional e permitir um limitado uso científico, educativo e recreativo”.

A instituição, em 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) no Brasil, como um instrumento legal, e a revisão da metodologia de planejamento de UCs de Proteção Integral, implicaram em mudanças significativas entre o Plano de Manejo e sua revisão, aqui apresentada.

A RB Poço das Antas não desenvolveu um Plano de Ação Emergencial (PAE). O planejamento das atividades da RB vinha ocorrendo através da elaboração, pelo chefe, de propostas para o Plano Operativo Anual (POA), que programa as atividades que devem ser executadas no período de um ano. As atividades do POA estão agrupadas em programas estabelecidos no Roteiro Metodológico para o Planejamento das UCs de Uso Indireto IBAMA/GTZ (1996). Por sua vez, os programas se dividem em sub-programas e atividades, e o POA ainda apresenta os resultados, indicadores e os custos da execução de cada atividade.

A inexistência de relatórios de monitoria e avaliação durante o período de 23 anos dificultou a análise do grau de implementação do plano de manejo anterior. Em novembro de 1994, foi elaborado um Plano de Prevenção a Incêndios Florestais para a RB. Porém este não está completamente implementado.

4.2.1. – Avaliação do planejamento anterior

O Plano de Manejo da Reserva Biológica de Poço das Antas (IBDF, 1981) está sendo objeto de revisão pela primeira vez, após mais de vinte anos de sua publicação. Sua avaliação constituiu-se na primeira etapa do processo de revisão, cujo objetivo principal foi identificar os principais entraves encontrados na sua implementação e seus efeitos para a RB Poço das Antas, de forma a serem contempladas medidas corretivas no planejamento atual. Procurou-se identificar os motivos que comprometeram ou inviabilizaram a execução das atividades previstas no PM e, por último, verificou-se o avanço obtido no conhecimento da RB por meio das pesquisas e estudos realizados. Esta última análise encontra-se no Encarte 3- “Análise da UC”.

A metodologia utilizada para levar a cabo esta avaliação incluiu a realização de entrevistas com o atual chefe da unidade, com o chefe anterior e outros funcionários atualmente lotados na RB, visando obter uma análise inicial do estado da implementação do Plano de Manejo de 1981, identificando o cumprimento das ações estabelecidas e a efetividade da estratégia adotada.

Segundo a metodologia definida pelo Roteiro Metodológico (RM) (IBAMA, 2002), esta revisão e avaliação do planejamento anterior devem ser feitas com base em relatórios de monitoria e avaliação produzidos durante a implementação do plano de manejo anterior, que corresponde ao período de 1981 a 1986. Entretanto, estes relatórios não existem, e, portanto, esta avaliação não se baseou em indicadores pré-definidos.

Com exceção dos registros das pesquisas científicas realizadas na RB, encontrou-se certa dificuldade para obter as informações necessárias para a realização desta avaliação. Segundo o chefe que esteve na RB no período entre 1977 e 1998, naquela época não era muito comum registrar informações.

Por outro lado, encontram-se disponíveis no SIUC do IBAMA alguns dados sobre a Reserva Biológica de Poço das Antas, dentre os quais aqueles sobre o cumprimento de alguns dos programas e sub-programas estabelecidos no PM de 1981. Este mesmo sistema de informação organiza e disponibiliza um cadastro das pesquisas já realizadas ou em andamento na Unidade de Conservação.

No PM de 1981, foram definidos dois programas de manejo: Programa de Manejo do Meio Ambiente e o Programa de Operações. Por outro lado, recomendou-se que um Programa de Uso Público fosse desenvolvido somente quando ocorresse a revisão do Plano de Manejo e apenas quando fosse efetivamente assegurada a sobrevivência do mico-leão-dourado.

A avaliação feita pelo IBAMA – dados cadastrais da unidade de conservação (SIUC, 200), determinou o grau de implementação dos sub-programas, conforme apresentado a seguir. Esta avaliação, segundo o Roteiro Metodológico (MMA/IBAMA, 2002), deveria ter sido a base para a elaboração do Termo de Referência, que orientou os trabalhos aqui apresentados, na revisão do Plano de Manejo.

Programa de Manejo do Meio Ambiente

- Sub-programa Manejo dos Recursos: 100% implementado.
- Sub-programa de Monitoramento: 80% implementado.
- Sub-programa de Investigação: 95 % implementado.
- Sub-programa de Proteção: informação não disponível.

Programa de Operações

- Sub-programa de Manutenção: 100% implementado.
- Sub-programa Relações Públicas: 95% implementado.
- Sub-programa Administração: 90% implementado.

Conforme proposto pelo Roteiro, apresentam-se as atividades executadas na UC e os comentários sobre a forma da sua execução, e ainda aquelas que foram propostas pelo Plano anterior, mas que não foram implementadas durante o período. Estas informações estão apresentadas no QUADRO 4.1.

QUADRO 4.1 – Avaliação dos programas, sub-programas e atividades definidas no Plano de Manejo de 1981

Programa / Sub-programa	Atividades / ações	Observações
Programa: Manejo do Meio Ambiente	Fiscalização	O Plano de Manejo previa 25 agentes de fiscalização. No entanto, na época existiam seis e mais tarde este número foi reduzido, principalmente pela saída de alguns funcionários por aposentadoria ou por transferência. Esta atividade sempre deixou a desejar. Até hoje, a fiscalização das trilhas, estradas e limites da RB vem sendo realizada com limitações. Esta atividade é mais intensa nos pontos mais críticos, já conhecidos pelos agentes. A RB ainda enfrenta a situação de carência de um número insuficiente de agentes para garantir uma fiscalização eficiente. Atualmente, os agentes trabalham na RB por um período de oito horas diárias, o que significa que a UC fica desprotegida o restante do tempo contra as ações de caçadores e outros possíveis infratores. São realizadas operações de emergência.
Sub-programa: Proteção	Acompanhamento das obras de construção da barragem e canais	As obras de construção dos canais foram acompanhadas desde a sua fase inicial e continua sendo objeto de fiscalização pelos agentes fiscais. Este acompanhamento impediu que fosse construído pelo DNOS o canteiro de obras no interior da RB e que mais modificações fossem feitas na época decorrentes dessas obras.
	Redelimitação da Reserva Biológica de Poço das Antas	O que houve foi um acréscimo de uma área de aproximadamente 300 ha doada ao IBAMA pelo INCRA.
	Construção de aceiros	Aceiros foram construídos nas margens da BR-101 na época em que se iniciaram os incêndios, na década de 80.
	Reforma das cercas	Foram construídas cercas em muitos lugares onde estas não existiam, e foi realizada a reforma de algumas que precisavam de reparo. Hoje, principalmente a cerca junto à BR-101 ainda carece de reparação.
	Aquisição de barco, motor, tanque para combustível e rádios	Foram adquiridos rádios móveis e fixos e telefones. Também foram construídas duas torres de observação para prevenção de incêndios, com recursos advindos da WWF-US. O barco, motor e tanque foram adquiridos através do próprio órgão. Atualmente, a unidade dispõe de dois barcos semi-novos, motores de popa e rádios de comunicação; estes foram adquiridos a partir do ano 2000.
	Aquisição de cavalos para uso na fiscalização	Não se atendeu à aquisição de cavalos para serem utilizados na fiscalização, pela razão de se tratar de uma Reserva Biológica, onde não se permite a entrada e permanência de animais domésticos. Além disso, o acesso á cavalo seria difícil por causa dos banhados.
	Retirada das benfeitorias localizadas no interior da RB	A maior parte das benfeitorias, que pertenciam aos posseiros que viviam no interior da RB, foi destruída. Aquelas que podiam ter alguma utilidade para a administração ou para pesquisa, foram mantidas e reformadas, tal como a casa onde anteriormente ficava a Associação Mico-Leão-Dourado, que passou a ser utilizada como alojamento para pesquisadores. A Estação Ferroviária foi mantida pensando-se em transformá-la em um pequeno museu ou em um laboratório para pesquisadores. Há, na RB, ruínas de uma capela e de um cemitério.
	Regularização fundiária	A situação fundiária da unidade foi 100% regularizada.
	Estabelecimento e conservação de trilhas para fiscalização	Existiam muitas vias de acesso abertas pelos posseiros. Destas, algumas foram mantidas e outras foram fechadas. Além disso, procurou-se sempre utilizar as mesmas vias de acesso abertas para a realização de pesquisas científicas e fiscalização.
	Aquisição de material	Existente na RB.

Programa / Sub-programa	Atividades / ações	Observações
	básico de primeiros socorros	
	Mudança da categoria de manejo	A proposta de mudança de categoria de manejo não foi consolidada, já que naquela época, ainda não havia sido legalmente criada a categoria de "Refúgio de Vida Silvestre". Portanto, não existe processo nem documento onde seja possível verificar a tentativa de mudança de categoria de manejo.
	Instalação de placas de sinalização	No passado houve a troca de sinalização, principalmente nos limites e na BR-101, mas foram insuficientes. Em 2002 novas placas foram instaladas na sede administrativa, nos limites e na BR-101. Porém, outras mais antigas ainda permanecem na RB.
	Aquisição de pick-up Toyota Diesel	Houve a aquisição. Hoje a RB possui três toyotas diesel, sendo que duas são mais novas e se encontram em melhor estado de conservação.
	Aquisição da Estação Ferroviária Poço D'anta	A Sede da estação Poço D'anta foi adquirida, mas se encontra atualmente desativada.
	Estabelecimento do contato com o Comando da Base Aero-Naval de São Pedro da Aldeia	Através de um contato da Prefeitura de Casimiro de Abreu, a Base Aero Naval vinha apoiando por aproximadamente três meses a Rebio nas operações de proteção da unidade. Durante os sobrevôos realizados na região para o treinamento dos pilotos, era feito o reconhecimento da área da Reserva e do entorno, visando verificar focos de incêndios ou alguma outra ameaça. Porém não houve continuidade desta parceria por falta de recursos.
	Instalação de quebra-molas	Não foram instalados.
Programa: Manejo do Meio Ambiente Sub-programa: Manejo dos Recursos	Drenagem da futura Sede Administrativa	Não foi realizada para que fossem evitadas alterações prejudiciais à RB.
	Aproveitamento das sementes e mudas na recuperação de áreas degradadas da Reserva	Este aproveitamento passou a ser feito a partir de 1988, pelo Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em parceria com o IBAMA, através do Programa Mata Atlântica, o qual selecionou a Reserva como uma das áreas de estudo. Dentro deste programa são desenvolvidos estudos básicos e aplicados, que incluem a colheita de sementes para a revegetação da RB.
	Recuperação de áreas degradadas pela construção da barragem e faixa de servidão atrás das mesmas	Não foi realizada na época nenhuma medida visando a recuperação das áreas afetadas pelas obras, inclusive se desconhece a existência do estudo de impacto ambiental deste empreendimento. A recuperação vem sendo realizada através do projeto de revegetação do Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
	Reintrodução de exemplares da fauna local	A partir do início dos anos 80, foram realizadas as primeiras reintroduções de micos-leões-dourados. Posteriormente foram feitas solturas de outros grupos da fauna silvestre na Reserva - quase todos eram trazidos pelas pessoas das comunidades do entorno.
	Construção de abrigos artificiais para o mico-leão-dourado	Foram construídos abrigos artificiais no início das atividades de reintrodução de micos nascidos em cativeiro.
	Reconstituição das comunidades epifíticas	Foi realizado um trabalho em pequena escala pelo próprio IBDF, com o aproveitamento de bromélias e orquídeas.

Programa / Sub-programa	Atividades / ações	Observações
	Plantio de fruteiras	Foi realizada pelo IBDF cerca de 15 a 18 mil mudas de essências nativas, entre as quais frutíferas. Além destas, foram plantadas algumas frutíferas exóticas, formando alguns pomares que interligavam fragmentos florestais.
	Controle das populações animais	Teve início em 1982, com o Programa para a Conservação do Mico-Leão-Dourado (PCMLD), quando foram conduzidos censos da fauna local.
	Estabelecimento de um viveiro de mudas	Entre 1993 e 1994 foi construído um viveiro de mudas na Sede da RB, que é utilizado pelo Programa Mata Atlântica, do Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
	Melhoria da estrada que liga a área de desenvolvimento Bandeirantes à Estrada Principal	Houve a melhoria, principalmente da Estrada Principal, que era intransitável, com o apoio das prefeituras municipais de Silva Jardim e Casimiro de Abreu.
Programa: Manejo do Meio Ambiente Sub-programa: Investigação	Divulgação das necessidades de pesquisas e estudos	Esta divulgação só tomou impulso com a construção do alojamento para os pesquisadores, em 1993. Com a iniciativa da RB (IBAMA), foram promovidos na UC quatro encontros de pesquisadores, no período de 1995-1998. Porém, este evento tornou-se inviável pelo grande número de participantes e com uma infra-estrutura que não poderia atendê-los. Também se deu muita importância à participação dos funcionários da Reserva em eventos como congressos, seminários.
	Contato com entidades e técnicos para realização de estudos	No início, os contatos eram realizados através de visitas às universidades que possuem cursos na área ambiental (UFMG, UFF, UFRJ, UERJ, etc). Nestas visitas eram proferidas palestras sobre a RB e sobre os projetos, e eram oferecidos os temas de interesse para pesquisa e apoio para o pesquisador. Além disso, desde sua criação e até mesmo anteriormente, a Associação Mico-Leão-Dourado, através do Programa para a Conservação do Mico-Leão-Dourado, estabeleceu diversos contatos com entidades nacionais e internacionais, bem como com diferentes pesquisadores e técnicos, visando incentivar e apoiar a realização de pesquisas e estudos na RB. Hoje, a administração da RB, através dos seus funcionários, estabelece continuamente contato com universidades e pesquisadores.
	Montagem e equipagem do laboratório de pesquisa	Foi construído e montado com equipamentos muito básicos um laboratório de apoio às pesquisas. O mesmo ainda está incompleto.
	Aquisição de publicações	Por falta de recursos, poucas publicações puderam ser adquiridas; a maior parte foi doada à RB. Hoje, além de relatórios das pesquisas, teses, dissertações e publicações produzidas com as pesquisas realizadas na Reserva, na sua Sede Administrativa encontram-se outras publicações do IBAMA, bem como outras referentes à fauna, mata atlântica, etc. Além do acervo mantido na Sede Administrativa da RB, na biblioteca do Centro Educativo da RB existem muitas publicações e outros materiais informativos, que podem ser consultados mediante um sistema de empréstimo. A administração desta biblioteca fica a cargo da AMLD.
	Contato com a RFFSA para resolver a questão do uso da capina	Foram estabelecidos diversos contatos com a administração da companhia que ficava em Campos, visando solucionar ou minimizar o problema com o uso da capina ao longo do leito ferroviário para sua manutenção. Na época seu uso foi suspenso. Também foi possível desativar o desembarque de passageiros na estação ferroviária, devido principalmente ao acesso de pessoas estranhas ao interior da RB.
	Realização de estudos periódicos sobre a fauna	Desde 1983 vêm sendo realizados estudos voltados, principalmente, para o conhecimento do mico-leão-dourado e de outras espécies da fauna.
	Acompanhamento do	Houve o acompanhamento e a manutenção do plantio realizado pelo IBDF por cerca de 4 anos. Posteriormente, este

Programa / Sub-programa	Atividades / ações	Observações
Programa: Manejo do Meio Ambiente Sub-programa: Monitoramento	desenvolvimento das espécies usadas na recuperação	acompanhamento foi interrompido, e hoje, este tipo de trabalho vem sendo conduzido pelo Jardim Botânico, com o Programa Mata Atlântica.
	Acompanhamento da sucessão vegetal nas áreas de recuperação	O Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro, através do Programa Mata Atlântica, criado em 1989, que tem como uma das áreas de estudo a RB, desenvolve estudos básicos e aplicados que incluem o processo de sucessão vegetal (projeto de revegetação).
	Observação dos efeitos de tratamentos culturais empregados	Não realizado pelo IBAMA (antigo IBDF). Pode ter sido iniciada com o Programa Mata Atlântica.
	Acompanhamento das mudanças hidrológicas, fitofisionômicas e faunísticas decorrentes das obras do DNOS	Não se conhece estudos que tenham sido realizados na época das obras da barragem. As pesquisas que avaliam os impactos decorrentes da mesma são mais recentes, como aquelas que tratam dos efeitos da fragmentação sobre pequenos mamíferos.
	Relação da ocorrência de incêndios	Desde a ocorrência dos primeiros incêndios, no início da década de 80, vinham sendo feitos os relatos de ocorrência (extensão, danos, etc.), inclusive para Brasília e busca de animais mortos pelos incêndios.
	Relação dos animais encontrados mortos, principalmente na ferrovia e recolhimento da cabeça de mamíferos para a identificação posterior	Vinham sendo feitos relatos de ocorrência de animais mortos na Rodovia BR-101, com mais frequência, e também na Ferrovia
	Registro das observações referentes à entrada de animais no Santuário	Feito com pouca frequência. Também acontecia das pessoas soltarem animais dentro da Reserva, aproveitando a facilidade de acesso pela BR-101. Devido a isto, poderia ser interessante a instalação de placas de sinalização ao longo da Rodovia, alertando sobre o risco desta ação para a sobrevivência das espécies presentes na RB. Este assunto também deve ser focado pelo programa de educação ambiental.
Elaboração de projeto para as instalações destinadas à administração	Foi realizado e é o vigente.	
Reformas e construções das instalações	Foi feita uma reforma anterior à entrada (posse) da chefia atual, e outro quando da chegada desta.	
Elaboração de projeto de reforma das instalações da ferrovia	Não foi elaborado um projeto, mas foram feitas algumas melhorias na estação de ferro, inclusive houve um tempo em que esta serviu de base para uma pesquisadora estrangeira.	
Elaboração do projeto dos postos de vigilância	Realizado.	

Programa / Sub-programa	Atividades / ações	Observações	
Programa: Operações	Construção de postos fixos	Foram construídos dois postos fixos: um na entrada da RB (Sede) e outro na área de desenvolvimento da onça . Esses postos não eram utilizados pelos agentes de fiscalização, que sempre realizaram um trabalho móvel.	
	Contratação de pessoal	Parcial. Através de um convênio com a FBCN, foram contratados pelo IBDF os agentes de fiscalização que já vinham servindo à RB.	
	Sub-programa: Administração	Treinamento de funcionários	Realizado, não no período previsto, e sim muito tempo depois, com o apoio de ONGs como a WWF.
		Elaboração de regimento interno	Não foi concluído, principalmente devido ao número insuficiente de pessoal. Além disso, a elaboração do regimento interno estava em função da publicação do regulamento das Reservas Biológicas federais, que ainda não foi concluído.
		Atualização do Plano de Manejo	Iniciada 16 anos (1986-2002) após o período previsto (de cinco anos).
Programa: Operações	Manutenção das vias de circulação interna	Realizada.	
	Proteção dos equipamentos de uso	Realizado, embora existissem poucos equipamentos.	
	Sub-programa: Manutenção	Pintura periódica das instalações	Parcialmente realizado.
		Aquisição de ferramentas básicas para pequenos reparos	Parcialmente realizado.
		Revisão periódica da cerca	Parcialmente realizado.
Programa: Operações	Manutenção das instalações para os animais	Não realizado, pois não houve a aquisição de animais domésticos.	
	Zelo pelas condições físicas e sanitárias	Realizado.	
	Sub-programa: Manutenção	Manutenção de uma área de pasto e estoque de ração para os animais	Não realizada, pois a utilização de animais para a fiscalização nunca chegou a ocorrer.
		Manutenção do aceiro sempre limpo de vegetação	Era realizado uma vez por ano, na época crítica de incêndios. Hoje, a sua manutenção é feita pelos agentes do PREVFOGO do IBAMA.
		Recolhimento e destino do lixo	Realizado. Anteriormente, o lixo era depositado em um lixão de Casimiro de Abreu.
		Aquisição do material de limpeza, pintura e peças para reposição	Realizado, principalmente para os veículos.

Programa / Sub-programa	Atividades / ações	Observações
Programa: Operações	Manutenção de material informativo	Não foram elaborados materiais informativos. Alguns materiais foram produzidos com a finalidade de atender algum projeto ou atividade específica, como o Encontro de Pesquisadores. Atualmente, existem vários materiais informativos que trazem informação sobre a Reserva, sendo que a grande maioria é produzida pela Associação Mico-Leão-Dourado.
Sub-programa: Relações públicas	Instalação na BR-101 de placas educativas e indicativas	Realizado mais recentemente.
	Entendimento com o DNER	Ocorreu e foram instaladas vários elementos de sinalização nas vias de acesso de sua jurisdição.
	Divulgação da Unidade de Conservação e de seu significado nos municípios vizinhos	A divulgação da RB teve início com as pesquisas realizadas na RB, tal como aquela desenvolvida em 1986 sobre a conservação da preguiça-de-coleira, e se fortaleceu principalmente com o trabalho desenvolvido pela AMLD, através do seu Programa de Educação Ambiental, desde 1984.

Pelas informações obtidas e analisadas pela equipe, pode-se dizer que, apesar dos recursos limitados, os entraves encontrados durante a implementação do Plano de Manejo não impediram que grande parte das atividades pudessem ser realizadas total ou parcialmente. Além destas, foram realizadas outras que não estavam previstas, como por exemplo uma análise e correção de solos, com aplicação de grande quantidade de calcário, visando recuperar e acelerar o processo de regeneração natural na RB (com.pess).

Por último, no planejamento atual considerou-se o fato da realidade da RB e da região na qual está inserida, haver sido significativamente modificada desde a época em que foi elaborado o Plano de Manejo.

4.3. – Avaliação estratégica da Unidade de Conservação

Neste item fez-se uma análise da situação geral da RB, com relação aos fatores, tanto internos quanto externos, que a impulsionam ou que dificultam a consecução dos objetivos da sua criação.

Os fatores do cenário interno ou endógenos são caracterizados como pontos fortes e pontos fracos e condicionam o manejo. Os fatores do cenário externo ou exógenos são caracterizados como oportunidades e ameaças, e auxiliam ou dificultam o cumprimento dos objetivos de criação.

A **Matriz de Análise Estratégica** sistematiza os fatores identificados ao longo dos trabalhos, que orientam o planejamento e definem estratégias de manejo da RB.

Essa matriz identifica os principais fatores endógenos e exógenos, consistindo numa análise sistêmica que visa orientar a organização da atuação da RB. Esta identificação é feita segundo a gravidade, urgência ou relevância dos fatores.

O objetivo da Matriz de Avaliação Estratégica é construir uma visão integrada das evoluções prováveis dos ambientes interno e externo da RB, a curto, médio e longo prazos, e antecipar situações favoráveis e desfavoráveis, capazes de estimular ou comprometer o seu bom desempenho, servindo de eixo norteador das principais ações a serem detalhadas no planejamento da RB.

Para a análise dos fatores endógenos da RB, sob o ponto de vista estratégico, considerou-se:

- **Pontos Fortes:** fenômenos ou condições inerentes à RB, que contribuem ou favorecem seu manejo.
- **Pontos Fracos:** fenômenos ou condições inerentes à RB, que comprometem ou dificultam o alcance de seus objetivos.

Para os efeitos da análise dos fatores exógenos, considerou-se:

- **Oportunidades:** fenômenos ou condições externos à RB, que contribuem ou favorecem o alcance de seus objetivos.
- **Ameaças:** fenômenos ou condições externos à RB, que comprometem ou dificultam o alcance de seus objetivos.

Cruzando-se os pontos fortes *versus* oportunidades, obtêm-se as forças impulsionadoras que redundaram nas principais premissas ofensivas ou de avanço, que fortalecem a unidade, contribuindo para o manejo e alcance de seus objetivos de criação. Ao cruzarmos os pontos fracos *versus* ameaças, obtêm-se as forças restritivas que redundaram nas

principais premissas defensivas ou de recuperação que serão objeto de ações mais urgentes por parte do gestor da RB, e que debilitam ou tornam vulnerável a Unidade.

Nos QUADROS 4.2 e 4.3 apresentam-se as matrizes estratégicas para as forças restritivas e forças impulsoras, respectivamente.

As relações existentes entre os pontos fracos (ambiente interno) e ameaças (ambiente externo) estão representadas por um círculo de diferentes tamanhos, dependendo da sua significância.



As cores estão utilizadas na matriz para identificar a urgência da aplicação das ações necessárias para atingir as premissas defensivas ou de recuperação na gestão da unidade. O símbolo circular aparecerá na matriz preenchido com as cores:

Vermelho – imediata

Laranja – curto prazo

Rosa – médio prazo

Verde – longo prazo

A mesma metodologia foi utilizada para a definição das relações (forças impulsoras) dos pontos fortes (ambiente interno) e oportunidades (ambiente externo). As relações que necessitam ações mais fortes e eficientes para atingir as premissas ofensivas ou de avanço estão coloridas de acordo com os prazos de urgência, para que a RB possa ser fortalecida.

Estas matrizes estão apresentadas nos QUADROS 4.2 e 4.3, de forças restritivas e forças impulsoras, respectivamente.

As premissas adotadas estão apresentadas no QUADRO 4.6 que mostra a sistematização da informação estratégica da RB.

Todas as medidas e atividades que necessitam ser desenvolvidas para que as premissas sejam alcançadas apresentam-se com detalhe nos itens referentes às ações, normas e diretrizes a serem implementadas.

A Matriz Estratégica das forças restritivas, QUADRO 4.2, apresenta 40 (quarenta) ameaças ao ambiente externo e 24 (vinte e quatro) pontos fracos da área da RB, em 210 (duzentas e dez) células da matriz. Destas 210 forças, 61 % são de significância forte, 27,6% de média significância e somente 10,4% de fraca significância o que destaca as dificuldades que a RB tem para atingir os seus objetivos específicos.

As forças que estão relacionadas com os aspectos que destacamos deverão ser alvo de atenção especial durante a gestão da RB.

QUADRO 4.2 – Matriz Estratégica – Forças Restritivas

QUADRO 4.3 – Matriz Estratégica – Forças Impulsoras

QUADRO 4.4 – Sistematização da informação estratégica

Forças Restritivas		
Ambiente Interno	Ambiente Externo	Premissas
Pontos Fracos	Ameaças	Defensivas ou de Recuperação
1. Alto grau de degradação dos recursos naturais	1. Insuficiente integração da UC com a população da Zona de Amortecimento	1. Recursos naturais melhor controlados e protegidos na ZA e Região da RB
2. Área muito pequena	2. Desmatamento na zona de amortecimento 2. Planejamento inadequado dos assentamentos no entorno da RB 2. Pressão de uso e ocupação da terra nas áreas imediatamente limítrofes, inclusive com a proximidade de centros urbanos como Casimiro e Silva Jardim 2. Ausência de corredores de vegetação	2. Estratégias de conservação que possibilitem o aumento da área efetivamente protegida (implantação de reservas legais, manutenção de APPs, criação de RPPNs, implantação de práticas florestais, formação de corredores de vegetação, entre outras), incentivadas pela RB e implementadas na ZA
3. Sistema de comunicação precário em termos físicos e interacionais com o entorno	3. Dificuldade de comunicação entre os usuários e a RB 3. Pouca interação entre a comunidade e a RB	3. Meios físicos de comunicação adquiridos 3. Atividades do Conselho Consultivo implementadas 3. Programas de comunicação implementados
4. Existência de áreas degradadas	4. Áreas de pastagens contíguas à UC, utilizando técnicas inadequadas e impactantes, tais como pecuária extensiva, fogo, agrotóxicos, erosão e empobrecimento do solo, assim como a presença de assentamentos e acampamentos do INCRA	4. Estratégias de recuperação das áreas degradadas da RB apoiadas e implementadas
5. Nascentes dos principais cursos d'água estão fora da RB	5. Alteração da qualidade da água dos corpos d'água	5. RB integrada com a APA do Rio São João/Mico-Leão-Dourado
6. Materialização dos limites inexistente em alguns pontos	6. A presença sistemática de caçadores	6. Efetividade da fiscalização na RB e na sua Região (APPs e reserva legal), aumentada
7. Vulnerabilidade das fronteiras com pontos críticos, tais como: BR-101, Rio/Canal São João, Ferrovia e Rio/Canal Aldeia Velha	7. Existência da BR-101 no limite da UC, que provoca atropelamento de animais, ruídos e vibrações 7. Existência de um projeto de duplicação da BR-101 7. Passagem da ferrovia na área da ZA da RB 7. Passagem de dutos na área da ZA da RB 7. Pesca predatória	7. Alternativas de mitigação de impactos oriundos das rodovias, ferrovia e dutos implementadas 7. Planos de risco, controle e emergência exigidos 7. Efetividade da fiscalização na RB e na sua Região (APPs e reserva legal) aumentada
8. Ocorrência de incêndios freqüentes em áreas susceptíveis ao fogo: presença de	8. A modificação do regime hídrico do Rio São João e afluentes	8. Projeto de Re-hidratação implementado

Forças Restritivas		
Ambiente Interno	Ambiente Externo	Premissas
Pontos Fracos	Ameaças	Defensivas ou de Recuperação
turfas drenadas e secas	8. Pouco envolvimento das comunidades do entorno na conservação 8. Ausência de práticas agroecológicas nas grandes propriedades 8. Uso e ocupação de terra em APPs	8. Programa de Prevenção e controle de incêndios implementada
9. Linha férrea cortando a RB, transportando combustível e outros produtos sem controle e prevenção de acidentes	9. Passagem da ferrovia na área da ZA da RB 9. Políticas ambientais locais ainda incipientes	9. Licença de operação da ferrovia revisada
10. Caça e pesca predatória	10. Insuficiente integração da UC com a população da Zona de Amortecimento 10. Deficiência de trabalho com educação ambiental na Zona de Amortecimento	10. Programa de Educação Ambiental da RB abrangente implementado, voltado para grupos escolares, universidades, professores da Região, proprietários, agricultores e visitantes ocasionais 10. Corpo de funcionários da RB atuante, treinado e capacitado
11. Inexistência de Programa de Educação Ambiental voltado para os objetivos da RB	11. Pouco envolvimento das comunidades do entorno na conservação 11. Deficiência de trabalho com educação ambiental na Zona de Amortecimento	11. Programa de Educação Ambiental da RB abrangente implementado, voltado para grupos escolares, universidades, professores da Região, proprietários, agricultores e visitantes ocasionais
12. Confusão sobre funções e atuação institucional entre o IBAMA e a Associação Mico Leão Dourado	12. Visão distorcida do papel do IBAMA por parte das comunidades na zona de amortecimento da RB	12. Atividades de relações públicas, integração e divulgação desenvolvidas pela RB
13. Brigada de incêndio não permanente	13. Práticas agrícolas com utilização do fogo	13. Brigada de incêndios permanente implantada
14. Qualidade profissional dos fiscais	14. Conduta inadequada de alguns fiscais da RB	14. Corpo de fiscais da RB qualificado, treinado e avaliado 14. Aumento da efetividade da fiscalização na RB e na sua Região (APPs e reserva legal)
15. Inexistência de divulgação adequada da RB por parte do IBAMA	15. Visão distorcida do papel do IBAMA por parte das comunidades na zona de amortecimento da RB	15. Atividades de relações públicas, integração e divulgação desenvolvidas pela RB
16. Inexistência de sistematização, decodificação e divulgação dos resultados das pesquisas e repasse à comunidade	16. Visão distorcida do papel do IBAMA por parte das comunidades na zona de amortecimento da RB	16. Atividades de relações públicas, integração e divulgação desenvolvidas pela RB
17. Insuficiência de recursos humanos e financeiros	17. Administração da UC não é consultada sobre licenciamentos na sua zona de amortecimento (IBAMA/GEREX-FEEMA), com pouca participação em	17. Implementação de estratégias de conservação que possibilitem o aumento da área efetivamente protegida (implantação de reservas legais, manutenção de APPs,

Forças Restritivas		
Ambiente Interno	Ambiente Externo	Premissas
Pontos Fracos	Ameaças	Defensivas ou de Recuperação
	projetos integrados	criação de RPPNs, implantação de práticas florestais, formação de corredores, entre outras), incentivada pela RB
18. Conselho Consultivo não funcionando	18. Administração da UC não é consultada sobre licenciamentos na sua zona de amortecimento (IBAMA/GEREX-FEEMA), com pouca participação em projetos integrados 18. Ingerências políticas sobre a administração da UC	18. Implementação de estratégias de conservação que possibilitem o aumento da área efetivamente protegida (implantação de reservas legais, manutenção de APPs, criação de RPPNs, implantação de práticas florestais, formação de corredores, entre outras), incentivada pela RB
19. Fiscalização precária	19. Mineração (areias) na Bacia do Rio São João 19. Uso e ocupação de terra em APPs. 19. A presença sistemática de caçadores 19. Pesca predatória 19. Criação e introdução de espécies exóticas na ZA em ambientes terrestres e aquáticos	19. Aumento da efetividade da fiscalização na RB e na sua Região (APPs e reserva legal) 19. Maior cumprimento da legislação com relação à demarcação das APPs e reservas legais nas propriedades privadas localizadas na ZA da RB 19. Maior controle e proteção dos recursos naturais na ZA e região da RB
20. Existência de espécies exóticas (flora e fauna)	20. Criação e introdução de espécies exóticas na ZA em ambientes terrestres e aquáticos	20. Espécies exóticas controladas e/ou eliminadas
21. Pouca formalização nas parcerias existentes	–	21. Parcerias formalizadas
22. Pouca articulação com as políticas municipais	22. Crescimento desordenado dos municípios, associado à deficiência no saneamento básico (abastecimento de água, coleta de lixo, esgotamento sanitário etc). 22. Insuficiente integração dos órgãos governamentais em todos os níveis	22. Planos Diretores dos municípios inseridos na Região da RB integrados com as normas e restrições estabelecidas para a ZA da RB
23. Localização geográfica e inserção da RB em região do Estado com população social e economicamente desfavorecida	23. Alto índice de pobreza na região 23. Baixo índice de alfabetização/escolaridade 23. Alternativas econômicas reduzidas para a população do entorno 23. Inexistência de apoio aos pequenos proprietários rurais e ausência de programas de extensão rural do entorno 23. Alto índice de desemprego rural 23. Concentração de terras na área	23. Alternativas de desenvolvimento sustentável na Região da RB incentivadas pela mesma 23. Iniciativas de educação básica para adultos incentivadas na Região da RB 23. Políticas locais de geração de renda apoiadas pela RB 23. Maior compatibilização das atividades agropastoris às normas estabelecidas para a ZA da RB 23. Programas de extensão rural implantado na ZA 23. Legislação Ambiental Cumprida e Fiscalização das atividades licenciadas exercida na ZA

Forças Restritivas		
Ambiente Interno	Ambiente Externo	Premissas
Pontos Fracos	Ameaças	Defensivas ou de Recuperação
24. Vulnerabilidade dos limites	24. Grilagem no entorno (ex. Ilha Sítio Bonanza dos Guimarães) 24. Não existência concreta de uma política ambiental para os assentamentos 24. Assistência técnica inadequada aos assentamentos do entorno 24. Indefinição na situação dos acampados do Brejão	24. Decisões do Ministério Público efetivadas na ZA 24. Planejamento dos assentamentos, compatibilizado com as normas estabelecidas para a ZA da RB 24. PDA implantado nos assentamentos existentes na ZA da RB 24. Solução satisfatória para a situação dos acampados do Brejão, por parte do ministério público

Forças Impulsoras		
Ambiente Interno	Ambiente Externo	Premissas
Pontos Fortes	Oportunidades	Ofensivas ou de Avanço
1. Um dos maiores fragmentos da Mata Atlântica de baixada no RJ	1. Existência da APA Bacia do Rio São João/ Mico-Leão-Dourado	1. Consolidação da RB como agente difusor de políticas e práticas de conservação na Região
2. Biodiversidade preservada, apesar da fragmentação	2. Existência de um número significativo de RPPN's na região da RB 2. Iniciativa de formação de corredores para conectar fragmentos na região da UC e recuperação de matas ciliares	2. Maior articulação da RB com as ONGs, organismos governamentais, instituições e empresas para apoio à RB
3. Ocorrência de várias espécies ameaçadas de extinção	3. Existência da APA Bacia do Rio São João/ Mico-leão-dourado	3. Pesquisas científicas na RB e em sua Região incrementadas
4. Existência de alta diversidade ecológica	4. Existência de áreas para estabelecimento de corredores florestais e incentivo à criação de RPPN's	4. Estratégias de conservação e proteção da biodiversidade, tais como a criação de RPPNs, implementação da APA do Rio São João e o estabelecimento de corredores, apoiadas e implementadas pela RB 4. Pesquisas científicas na RB e em sua Região incrementadas
5. Proteção e conservação das áreas úmidas	5. Existência de um número significativo de RPPN's na região da UC 5. Programa de recuperação da ictiofauna da Bacia do Rio São João 5. Políticas integradas na ZA da RB com o Consórcio da Bacia do Rio São João 5. Existência de um espaço interinstitucional dentro do Consórcio Intermunicipal – grupo de trabalho da Bacia do Rio São João (órgãos públicos, ONG's, usuários)	5. Espaço interinstitucional do Consórcio e entidades envolvidas com a Bacia do Rio São João melhor aproveitado pela RB
6. RB como centro de referência para o desenvolvimento de pesquisas, inclusive de longa duração, de instituições fortes e reconhecidas por vários pesquisadores	6. Apoio de instituições financiadoras de projetos	6. Apoio de instituições financeiras de projetos para pesquisa, apoio e gestão melhor direcionado pela RB
7. Facilidade de captação de recursos nacionais e internacionais para desenvolvimento de pesquisas e apoio à RB	7. Apoio de instituições financiadoras de projetos	7. Projetos financiados para apoio à gestão e manejo da RB implementados
8. Atuação da AMLD contribuindo para o manejo do mico-leão-dourado, espécie	8. Reconhecimento internacional da RB 8. Envolvimento dos proprietários de terras na região do	8. Programa de Reintrodução e translocação de micos-leões-dourados envolvendo proprietários de terras na Região

Forças Impulsoras		
Ambiente Interno	Ambiente Externo	Premissas
Pontos Fortes	Oportunidades	Ofensivas ou de Avanço
protegida pela RB	programa de reintrodução de micos	apoiado pela RB e implementado 8. Extensão do envolvimento a todos os proprietários de terras da Região da RB
9. Contribuição da AMLD para o desenvolvimento da educação ambiental na área do entorno da RB	9. Forte atuação da AMLD	9. Atividades de educação ambiental intensificadas na ZA e na Região da RB
10. Espécie bandeira como atrativo para a captação de recursos	10. Existência de parcerias formais e informais 10. Existência de secretarias de Meio Ambiente nos municípios da ZA da RB	10. Estratégias de captação de recursos implementadas 10. Captação de recursos de medidas compensatórias para emprego na Região da RB melhor implementada pela RB
11. Presença de infra-estrutura para educação ambiental, treinamento, capacitação e pesquisa	11. Capacitação de professores para desenvolvimento de projetos de educação ambiental na região 11. Existência de técnicos aptos a orientar e integrar as comunidades do entorno	11. Maior otimização da infra-estrutura da RB
12. Presença de alojamento para pesquisadores.	12. Existência de instituições de pesquisa próximas à RB	12. Logística para apoio à pesquisa implementada
13. Apoio mútuo entre as UCs federais do litoral norte do Rio de Janeiro	13. Região incluída na Reserva da biosfera	13. Proposição formal para a formação de mosaico de UCs na Região da RB incentivada pela RB
	13. Recursos de medidas compensatórias utilizadas na gestão da UC	
14. Disposição da RB no estabelecimento de parcerias e convênios	14. Apoio do poder público local, de instituições e entidades 14. Ação do Batalhão Florestal na região 14. Trabalho voluntário na defesa civil de Silva Jardim como brigadistas	14. Convênios formalizados para as ações integradas 14. Parceria formalizada 14. Parcerias semelhantes propostas aos municípios de Casimiro de Abreu e Araruama
15. Missão da RB na implementação de políticas de desenvolvimento local sustentável	15. Existência de agricultores familiares no entorno, possibilitando a implantação de práticas agroflorestais e a formação de corredores florestais 15. Disposição de trabalhar a agroecologia nos assentamentos e acampamentos da ZA 15. Programas de treinamento e capacitação de jovens desenvolvidos pela Secretaria de Agricultura de Casimiro de Abreu 15. Instituições apoiando a comercialização e produção de produtos agrícolas e artesanato	15. Parcerias para a implantação de Programa de Treinamento e Capacitação apoiadas pela RB 15. Parcerias para a implantação de programas de treinamento e capacitação apoiadas pela RB 15. Criação de Programas semelhantes nos demais municípios da Região da RB, incentivadas pela mesma 15. Iniciativas apoiadas e divulgadas pela RB 15. Iniciativas de organização comunitária incentivadas pela RB

Forças Impulsoras		
Ambiente Interno	Ambiente Externo	Premissas
Pontos Fortes	Oportunidades	Ofensivas ou de Avanço
	15. Existência de organizações comunitárias no entorno	

No **ambiente interno**, observa-se que quase todos os **pontos fracos** da RB estão relacionados aos seus aspectos institucionais, relativos à criação, implementação e gestão da RB, e praticamente todos eles interferem em algum grau na sua proteção. Relacionados a sua criação, entre outros, foram apontados problemas como o tamanho da RB, sua delimitação com uma rodovia federal e com marcos naturais de fácil acesso e a existência da linha férrea em seu interior.

Outros pontos fracos que merecem ser destacados são a precariedade do sistema de comunicação da RB, a fiscalização deficiente, incluindo a baixa capacitação dos fiscais, favorecendo a ocorrência de atividades de caça e pesca predatória; a inexistência de um programa de educação ambiental voltado para os objetivos da RB e de uma equipe especializada para desenvolvê-lo; ocorrências freqüentes de incêndios e a inexistência de uma brigada permanente; pouca divulgação da RB e pouca divulgação e decodificação das pesquisas realizadas nela.

Por último, cabe ressaltar que um dos pontos fracos mais significativos da RB é o alto grau de degradação dos recursos naturais e o alto percentual de área degradada em seu interior.

Dentre os **pontos fortes** identificados, destacam-se aqueles que valorizam a RB como um dos maiores fragmentos da Mata Atlântica que preserva importante biodiversidade, inclusive várias espécies ameaçadas de extinção. Pelo reconhecimento internacional da RB e pela presença de espécies bandeiras, outro ponto forte é a facilidade de captação de recursos para o desenvolvimento de pesquisas na RB. Outro ponto forte significativo é a existência da RB como referência para o desenvolvimento de pesquisas científicas em outras Unidades de Conservação. Por último, cabe ressaltar a atuação da Associação Mico-Leão-Dourado no cumprimento dos objetivos de criação da RB e na divulgação de sua importância, através de diversos programas e atividades.

No **ambiente externo**, destacam-se, como principais **ameaças**, a fraca integração da RB com a população da Zona de Amortecimento, a deficiência de trabalho com educação ambiental e a inexistência de uma política de educação ambiental adequada na região da RB. Outra grande ameaça está relacionada à construção da barragem de Juturnaíba imediatamente após a criação da RB. Sua construção determinou drásticas mudanças na paisagem e no regime hídrico. Também é significativa a ameaça existente pela manutenção da atividade agropecuária extensiva em áreas contíguas à RB, bem como a utilização de técnicas impactantes que resultam no empobrecimento do solo. Além disso, é bastante sério o problema com o uso e ocupação de terras em APPs como a remoção de matas ciliares.

Somado a estes aspectos, outras ameaças identificadas foram a pressão de uso e ocupação da terra em áreas limítrofes com a RB, assim como o planejamento inadequado de assentamentos rurais, o crescimento desordenado de centros urbanos, associado à deficiência de saneamento básico. Finalmente, dentre outras ameaças apontadas, cabe ressaltar a grande concentração de terras na Região da RB, o alto índice de pobreza com reduzidas alternativas econômicas, alto índice de desemprego rural, baixo índice de alfabetização/escolaridade.

Dentre as **oportunidades** identificadas para a Região da RB, encontra-se a existência da APA da Bacia do Rio São João / mico-leão-dourado, que tem o potencial para minimizar ou até solucionar vários problemas da região. Outra grande oportunidade é a forte atuação do Consórcio Intermunicipal na Bacia do Rio São João, desenvolvendo ações e tomando decisões muito importantes sobre a região e seus recursos naturais. Também cabe ressaltar a existência de programas de incentivos à criação de RPPNs na Região da RB, apoiados pelo poder público municipal. Essas iniciativas vêm fortalecendo o desenvolvimento de projetos municipais de incentivo ao turismo rural e ecológico, com vistas ao desenvolvimento sócio-econômico na região. Por último, dentre as oportunidades identificadas, destaca-se a forte atuação da AMLD, mobilizando recursos financeiros e desenvolvendo diversos projetos, com alguns deles envolvendo proprietários de terras na Região da RB.

Várias **premissas defensivas** ou de **recuperação** foram propostas, dentre as quais se destacam a criação e implementação de um programa de educação ambiental da RB, e o fortalecimento de atividades de divulgação e integração. Outra ação proposta foi o maior cumprimento da legislação na Zona de Amortecimento da RB, assim como maior integração e compatibilização de planos setoriais e das atividades econômicas desenvolvidas com as normas e restrições estabelecidas para a ZA da RB. Por último, destaca-se a importância do incentivo pela RB às alternativas de desenvolvimento sustentável em sua Região.

Dentre as **premissas ofensivas** ou de **avanço** identificadas, uma das mais importantes é a consolidação da RB como agente difusor das políticas e práticas de conservação na Região, com a participação da comunidade em seu Conselho Consultivo. Outra importante recomendação é a implementação de estratégias de conservação que incluem a criação de RPPNs, o estabelecimento de corredores, a formação de Mosaico de UCs, a implementação da APA da Bacia do Rio São João, entre outras. Também cabe ressaltar a recomendação de que se incremente o uso da infra-estrutura da RB para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, treinamento, capacitação e pesquisa. Além disso, considera-se importante a realização de atividades de divulgação e intercâmbio científico. Por último, destaca-se a importância de que a RB aproveite melhor o apoio de instituições financeiras.

4.4. – Objetivos Específicos do manejo da Unidade de Conservação

Com base nos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação; nos objetivos estabelecidos para as Reservas Biológicas, nos objetivos da Reserva Biológica de Poço das Antas estabelecidos em seu Decreto de Criação e nos novos conhecimentos obtidos sobre a área, estão, a seguir, relacionados os objetivos específicos de manejo da Reserva Biológica de Poço das Antas, levando em consideração a sua categoria de manejo, suas características e as especificidades de sua natureza.

- Proteger remanescentes de Florestas de Terras Baixas/ Florestas aluviais.
- Proteger remanescentes de Floresta Submontana.
- Proteger populações remanescentes de mamíferos endêmicos, raros e/ou ameaçados, tais como: preguiça-de-coleira *Bradypus t. torquatus*, mico-leão-dourado *Leontopithecus rosalia*, jagatirica *F. pardalis* e cateto *Pecari tacaju*.
- Proteger as espécies de epífitas (orquídeas, em especial *Cattleya harrisoniae*, bromélias e samambaias).
- Estimular pesquisas voltadas para espécies raras, endêmicas, ameaçadas ou indicadores de biodiversidade, tais como: *Leontopithecus rosalia*, *Parides ascanius*, *Pipra rubrocapilla*, *Claravis godefrida*, *Inga bullata*.
- Estimular estudos que visem acumular conhecimento para posterior reintrodução de espécies localmente extintas, tais como: curió ou avinhado *Oryzoborus angolensis*, *Quesnelia marmorata* var. *Lira* e queixada *Tayassu pecari*.
- Estimular estudos sobre a preguiça-de-coleira *Bradypus torquatus* que se encontra vulnerável.
- Incentivar estudos de manejo das populações de mico-leão-dourado *Leontopithecus rosalia*, de forma a favorecer sua conservação e o aumento da variabilidade genética.
- Estimular estudos de longa duração da mastofauna com especial interesse nos mamíferos de médio e grande porte, tais como anta *Tapirus terrestris*, veado, cateto *Pecari tacaju* e carnívoros em geral.

- Estimular estudos com espécies raras, endêmicas e/ou ameaçadas de avifauna, tais como: gavião-pomba *Leucopternis lancernulatus*, besourinho *Phaethornis idaliae*, *Thalurania glaucopis*, *Myrmotherula unicolor*, picaparra *Heliornis fulica*, e coleiro-do-brejo *Sporophila collaris*.
- Estimular o desenvolvimento e ampliação de inventários de grupos de invertebrados, em especial algumas ordens de insetos, tais como: lepidóptera, aracnídeos e moluscos.
- Estimular estudos detalhados da distribuição espacial e temporal da borboleta-da-praia *Parides ascanius*, com definição de possível ocorrência na área da RB de suas espécies miméticas e da mesma família, *Mimoides lysithous harrisianus*.
- Estimular estudos da ocorrência de anfíbios novos, endêmicos, raros e/ou ameaçados na RB, tais como: *Bufo pygmaeus*, *Arcovomer passarelli*, *Physalaemus soaresi*, *Phyllodytes luteolus*, *Euparkerella cochranæ* e *Zachaenus parvulus*.
- Estimular estudos da ocorrência de quelônios de água doce, endêmicos, raros e/ou ameaçados, tais como *Hydromedusa tectifera*.
- Estimular estudos sobre a situação do jacaré-de-papo-amarelo na RB.
- Estimular estudos sobre a ictiofauna.
- Estimular estudos sobre as espécies vegetais exóticas presentes no interior da RB, tais como: jaca, bambu, dendê, assim como das espécies da fauna exótica, tais como o caramujo-gigante africano, bagre africano, tucunaré, tilápia, sucuri e mico-estrela.
- Estimular estudos com taquara, visando a conservação das espécies associadas, tais como: *Claravis godefrida*, *Haplospiza unicolor* e *Kannabateomys amblyonyx*.
- Estimular estudos de identificação de espécies invasoras de fauna e flora.
- Implantar estudos que visem restabelecer a conectividade dos fragmentos na região sul da RB.
- Estimular o estudo com maior profundidade do balanço hídrico da bacia do rio São João, micro-bacia do rio Aldeia Velha e micro-bacia da RB, com vistas a sua proteção contra a propagação de incêndios.
- Implantar um programa de recuperação de áreas degradadas dentro da área da RB.
- Estimular a elaboração e a implementação de Planos de Desenvolvimento Sustentável na Zona de Amortecimento da RB, em especial nos assentamentos agrícolas e nas propriedades rurais limítrofes.
- Promover permanentemente programas de educação ambiental na região da RB, prioritariamente com as populações da Zona de Amortecimento, enfocando temas como: agenda 21, caça, desmatamento, pesca predatória, queimada, presença de animais domésticos no interior da RB e práticas agrícolas sustentáveis, conservação de recursos hídricos e licenciamento de atividades.

4.5. – Zoneamento

Entende-se por zoneamento a “definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e normas específicas, visando proporcionar os meios

e as condições para que todos os objetivos da RB possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz” (Cap. I, Art.2º, da Lei 9.985/00).

O zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, divide a área da Unidade de Conservação e estabelece usos diferenciados para cada zona de manejo, segundo a categoria de manejo da UC, seus objetivos e critérios específicos.

Com a publicação do novo RM, foram incluídas zonas de manejo que não constavam no Regulamento de Parques Nacionais (Decreto N.º 84.017/79). Inclusive, a definição da maior parte das zonas foi retirada do Regulamento. De acordo com o Regulamento dos Parques Nacionais, as zonas de manejo existentes eram: Zona Intangível, Zona Primitiva, Zona de Uso Extensivo, Zona de Uso Intensivo, Zona Histórico-Cultural, Zona de Recuperação e Zona de Uso Especial. Foram incluídas a Zona de Uso Conflitante, Zona de Ocupação Temporária, Zona de Superposição Indígena, Zona de Interferência Experimental e a Zona de Amortecimento (entorno da UC).

No Plano de Manejo da RB Poço das Antas (IBDF, 1981), a área da UC foi dividida em três zonas diferentes: Zona de Uso Especial, Zona de Recuperação e Zona de Uso Conflitante. A última foi criada pela equipe de planejamento responsável pelo Plano de Manejo em função da presença indesejável da ferrovia no interior da RB.

Quase a totalidade da RB foi incluída na Zona de Recuperação, refletindo o estado de conservação da UC na ocasião de elaboração do Plano. Da época em que foi feita a proposta para a criação da RB, em 1971, até a sua criação, em 1974, e redelimitação, em 1975, a área da UC sofreu drásticas modificações. Segundo o IBDF (1981), “foram realizados desmatamentos, queimadas, plantios de pastagens até mesmo reflorestamento com eucaliptos. Foram abertas estradas de rodagem, trilhas, canais de drenagem e construídas obras. Nada disso existia em 1971”.

Na diagnose da vegetação existente, a equipe de planejamento verificou que 40% da área da RB apresentava-se com cobertura florestal e apenas 10% apresentava-se com mata densa. “Os trechos de floresta bem preservada, exibindo árvores bastante desenvolvidas, são raramente encontrados” (IBDF, 1981).

Conforme pode ser observada na imagem georreferenciada que apresenta a área de Poço das Antas, FIGURA 4.1, verifica-se que a situação ambiental teve grandes mudanças, e assim, na revisão do Plano de Manejo, além das zonas identificadas anteriormente, foram incluídas a Zona Primitiva e a Zona de Uso Extensivo.

A FIGURA 4.2 apresenta a Carta Temática do Zoneamento, onde se observam as seguintes zonas: Zona Primitiva, Zona de Uso Extensivo, dividida em doze áreas distribuídas em locais espacialmente diferentes; Zona de Recuperação, Zona de Uso Especial, dividida em oito áreas distribuídas em locais espacialmente diferentes; e Zona de Uso Conflitante. A descrição dessas zonas encontra-se a seguir.

FIGURA 4.1 - Reprodução da Imagem IKONOS da Área da Reserva Biológica de Poço das Antas

4.5.1. – Organização do zoneamento

O Roteiro Metodológico (IBAMA, 2002) apresenta critérios físicos mensuráveis ou espacializáveis e critérios indicativos da singularidade para a organização do zoneamento em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Zona Primitiva

Definição: é aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna naturais de grande valor científico.

Objetivo geral: preservar o ambiente natural e, ao mesmo tempo, facilitar as atividades de pesquisa científica e educação ambiental, permitindo-se formas primitivas de recreação.

Objetivos específicos:

- Conservar a alta riqueza e diversidade de espécies.
- Manter o alto grau de conservação das formações vegetais submontana e de baixada e os brejos.

Normas:

- As atividades permitidas são a pesquisa científica, o monitoramento e a fiscalização.
- A fiscalização deverá ser permanente, para proteger a RB contra a caça, a pesca, os incêndios e a extração de recursos vegetais.
- As atividades desenvolvidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais.
- Não será permitida a instalação de qualquer infra-estrutura.
- Os pesquisadores e os responsáveis pela fiscalização e pelo monitoramento da RB serão advertidos sobre a necessidade de retirarem o lixo gerado por suas atividades.
- Não é permitido o tráfego de veículos, exceto em casos de necessidade de proteção da RB.

Descrição aproximada dos seus limites:

A Zona Primitiva é a maior em extensão, com cerca de 3750,73 ha, que correspondem a 74,34% do total da área da RB. Esta Zona é formada por vegetação em bom estado de conservação, sendo as formações vegetais de maior expressão a Floresta Secundária Densa de Baixada, a Floresta Secundária de Baixada e a Floresta Secundária Densa Submontana. No Plano de Manejo (IBDF, 1981), esta área foi considerada como Zona de Recuperação, mas, nos 23 últimos anos, a área evoluiu, tornando-se mais conservada. É importante mencionar a existência de vários portos ao longo do Rio São João que facilitam o acesso à RB. Esta Zona pode ser observada na FIGURA 4.2.

Zona de Uso Extensivo

Definição: é aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas (FIGURA 4.2).

Objetivo geral: manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso ao público com facilidade, para fins educativos e recreativos.

Objetivos específicos:

- Proteger a Floresta Sub-montana e de baixada.
- Fiscalizar, controlar e monitorar o uso das trilhas e estradas.

Normas:

- As atividades permitidas são a pesquisa científica, o monitoramento, o manejo, a fiscalização e a educação ambiental.
- O uso das trilhas deverá ser minimizado ao máximo, além de monitorado pela RB.
- É terminantemente proibido a abertura de novas trilhas, bem como a ampliação das já existentes.

Descrição aproximada dos seus limites:

A Zona de Uso Extensivo foi dividida em 16 (dezesesseis) áreas, onde foram incluídas as trilhas e estradas que são utilizadas para fiscalização e/ou pesquisa, conforme mostra a FIGURA 4.2. As áreas identificadas foram.

1. Trilha Portuense – trilha de fiscalização e pesquisa, situada na parte oeste da RB.
2. Trilha da Joaquina – trilha de fiscalização, situada na parte sudoeste da RB, próximo ao Rio Maratuã.
3. Trilha Rodolfo Sul – trilha de fiscalização e pesquisa situada na parte noroeste da RB. Seu percurso vai da Estrada Principal até a Trilha Rodolfo Norte.
4. Rodolfo Norte – trilha de fiscalização e pesquisa situada na parte noroeste da RB. Tem início na Estrada Principal, na altura da Casa da Porteira, e segue até o limite da RB. Esta trilha está interligada a Trilha Rodolfo Sul.
5. Trilha de acesso ao Porto da Piranha – trilha de fiscalização, localizada na parte sudoeste da RB, estendendo-se desde a Estrada Principal até o Rio São João.
6. Trilha da Pelônia – trilha de fiscalização e pesquisa localizada na parte centro-oeste da RB. Inicia-se na Estrada Principal, seguindo em direção à parte central da RB, onde se bifurca e se encontra com a Trilha Coqueiral.
7. Trilha do Calcário – trilha de fiscalização e pesquisa localizada na parte central da RB, sendo a bifurcação no sentido norte da Trilha Pelônia.
8. Trilha Coqueiral – trilha de fiscalização e pesquisa localizada na parte central da RB, sendo a bifurcação no sentido sul da Trilha Pelônia.
9. Trilha Osmarina – trilha de fiscalização localizada na parte central da RB; inicia-se na Estrada Principal.
10. Estrada do Aristides – utilizada para fiscalização e pesquisa. Localizada na porção centro-leste, começando na Ferrovia, seguindo em direção norte até o limite da RB com o Rio Aldeia Velha.
11. Estrada do Aristides Desativada – utilizada para fiscalização e pesquisa. Localizada na parte central da RB e começa na Estrada Principal, seguindo até a Estrada do Aristides.

12. Trilha Caixa D'água – Trilha de fiscalização localizada na porção central da RB. Tem seu início na Estrada do Aristides Desativada, de onde segue em direção sul até a Estação Poço D'Anta.
13. Trilha da Pedreira – trilha de fiscalização localizada na porção centro-sul da RB. Tem início na Ferrovia, seguindo em direção norte até encontrar a Estrada Principal.
14. Estrada do Barro Branco – trilha de fiscalização localizada na parte central da RB. Começa na Ferrovia, na altura da Casa dos Pesquisadores, seguindo em sentido leste até encontrar novamente a Ferrovia. É a única trilha que atravessa a Zona de Recuperação.
15. Trilha de acesso a Ilha dos Barbados – trilha de fiscalização e pesquisa localizada na porção sul da RB, começando na Estrada Principal, na altura da Casa da Barragem, seguindo em direção leste.
16. Estrada do Pau Preto - estrada utilizada para fiscalização. Localizada na porção norte da RB. Seu acesso é feito pela Rodovia BR-101 indo até o Rio Preto.

Zona de Recuperação

Definição: É aquela que contém áreas consideravelmente antropizadas, cuja natureza é provisória, devendo ser incorporada, posteriormente, a uma das zonas permanentes (FIGURA 4.2).

Objetivo geral: deter a degradação dos recursos ou restaurar a área.

Objetivos específicos:

- Recuperar as áreas degradadas da RB, atualmente cobertas por campo de baixada e capoeira de baixada.
- Controlar e /ou eliminar as espécies exóticas presentes nesta zona.
- Proteger a RB de incêndios, desmatamento e pesca predatória.

Normas:

- O acesso será restrito aos pesquisadores e funcionários da RB.
- São permitidas atividades de regeneração natural, revegetação com espécies nativas, fiscalização, pesquisa científica e de educação ambiental.
- A pesquisa científica e o monitoramento da área serão incentivados pela RB.
- As espécies exóticas deverão ser substituídas gradativamente pelas espécies nativas
- A recuperação das áreas degradadas da RB dependerá de projeto específico de pesquisa, devidamente autorizado pelo IBAMA, que deverá estabelecer os métodos e critérios para a recuperação de cada uma das áreas, considerando suas características ambientais específicas.
- Na recuperação induzida, somente poderão ser usadas espécies nativas.
- Não será permitida a instalação de infra-estrutura, com exceção daquelas necessárias às atividades de recuperação.

Descrição aproximada dos seus limites:

Foram marcadas duas áreas distribuídas em locais espacialmente diferentes: a primeira, ao norte, próxima à BR-101, e a outra, a sudeste, próxima ao canal São João, conforme mostra a FIGURA 4.2.

A área localizada na porção norte da RB é constituída na maior parte por Campo de Baixada seguida por Capoeira de Baixada. Seu limite norte é a delimitação da RB próximo a BR-101. Os limites leste, oeste e sul da Zona de Recuperação são as fronteiras entre as formações vegetais de Campo e Capoeira de Baixada com a Floresta Secundária de Baixada.

A área localizada na porção sudeste da RB é constituída na maior parte por turfa e Campo de Baixada. Seus limites são: a leste, o Canal Aldeia Velha, ao sul, o canal São João, estendendo-se até a represa beirando à margem sul da trilha Ilha dos Barbados. A partir do final desta trilha, sobe em direção oeste acompanhando, a cerca de 400 metros de distância, a trilha Pedreira, até chegar à ferrovia na altura da Casa dos Pesquisadores. No limite oeste, é circundada predominantemente por Floresta Secundária de Baixada.

Na porção norte, é delimitada predominantemente por Floresta Secundária Densa de Baixada e Floresta Secundária de Baixada, sendo que, na sua porção norte, é cortada pela ferrovia e pela Estrada do Barro Branco.

As duas Sub-zonas de Recuperação juntas somam 1281,665 ha, constituindo 25,06% da área total da RB, sendo que a Sub-zona localizada ao norte possui 113,972 ha e a Sub-zona localizada a sudeste possui 1167,693 ha, 2,23% e 22,83%, respectivamente. Esses dados estão apresentados no QUADRO 4.5.

QUADRO 4.5 – Área total da Zona de Recuperação

	Ha	%
Zona de Recuperação (Norte da RB)	113,97	2,23
Zona de Recuperação (Sudeste da RB)	1167,69	22,83
Total	1281,66	25,06

Zona de Uso Especial

Definição: É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da Unidade de Conservação, abrangendo habitações, oficinas e outros.

Objetivo geral: minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural da Unidade.

Objetivos específicos:

- Dotar a RB de infra-estrutura necessária para a realização de atividades de administração, pesquisa, monitoramento, educação ambiental, capacitação, prevenção e combate a incêndios e fiscalização.
- Fiscalizar e monitorar o uso das vias de circulação e dos portos do Rio São João.

Normas:

- A fiscalização deverá ser permanente.
- São permitidas atividades gerenciais, de recepção de pesquisadores e grupos de estudantes, de treinamento, capacitação e de educação ambiental.
 - Todas as atividades de educação ambiental, pesquisa, manejo e monitoramento são exclusivamente de responsabilidade do IBAMA, mesmo quando

executadas por outras instituições governamentais ou não-governamentais.

- As instalações devem estar preferencialmente localizadas na periferia da RB.
- O acesso, o uso e o funcionamento das instalações devem ser autorizados, controlados e monitorados pelo IBAMA.
 - Fica proibida a instalação de qualquer placa ou aviso que não conste do sistema de sinalização oficial, inclusive as de cunho publicitário.

Descrição aproximada dos seus limites:

A Zona de Uso Especial foi dividida em 9 (nove) áreas, conforme apresentado na FIGURA 4.2. e descrito a seguir:

1. **Sede da RB:** compreende a área construída próxima à Rodovia BR-101, onde estão situadas as instalações da Associação Mico-Leão-Dourado, a Trilha Interpretativa Boi Branco, a Sede Administrativa da RB, a garagem e o alojamento.
2. **Torre de Incêndio II:** constitui a segunda Unidade de Prevenção e Combate a Incêndios, sendo a única que está situada dentro da RB. Está localizada entre a Estrada do Barro Branco e a Ferrovia, a leste da Casa dos Pesquisadores. Sua delimitação é de 30 metros ao redor da torre.
3. **Casa dos Morcegos:** é uma construção com a finalidade de alojar pesquisadores que atuam na RB. Está localizada do lado oeste da Estrada Principal, alguns metros acima da entrada para a estrada do Aristides Desativada. Sua delimitação é de 5 metros ao redor da Casa.
4. **Casa dos Pesquisadores:** da mesma forma que a Casa dos Morcegos, é um alojamento para pesquisadores. Situa-se na margem da Ferrovia, do lado norte, perto do início da Estrada do Barro Branco.
5. **Casa da Porteira:** é uma estrutura de vigilância e fiscalização, atualmente abandonada. Localiza-se no cruzamento entre a Estrada Principal e a Trilha Rodolfo Norte.
6. **Casa da Barragem:** estrutura que tem a finalidade de vigilância e fiscalização da região em torno da barragem, estando situada pouco abaixo da trilha que leva à Ilha dos Barbados, próxima à Estrada Principal.
7. **Estrada Principal:** consiste na antiga Estrada Municipal SJA 022. É uma estrada não pavimentada que cruza a RB na direção oeste-sul. O ponto de entrada na RB é logo abaixo da Casa da Porteira, de onde segue em direção a Casa do Morcego. Da Casa dos Morcegos segue até cruzar a ferrovia a alguns metros da Estação Poço D'Ánta, seguindo em direção sul até chegar na barragem.
8. **Estrada do Aterro:** caminho que vai do Rio São João até a Estrada Principal, atravessando a área alagada situada pouco acima da Lagoa de Juturnaíba.
9. **Portos do Rio São João:** compreendida pelos portos: Boca Rica, Porto da Pedra, Porto da Piranha, o da Ponte de Ferro e Zénobio (Olhos D'água), de apoio à fiscalização.

Zona de Uso Conflitante

Definição: constituem-se de espaços localizados dentro de uma Unidade de Conservação, cujos usos e finalidades, estabelecidos antes da criação da UC, conflitam com os objetivos de conservação da área protegida.

Objetivo geral: contemporizar a situação existente, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre a Unidade de Conservação.

Objetivos específicos:

- Proteger as várias formações vegetais, incluindo a Floresta Submontana e a de baixada, assim como as margens dos corpos d'água.
- Eliminar ou minimizar as conseqüências advindas da presença da linha férrea na RB com transporte de cargas perigosas.
- Exigir a adoção de medidas e de procedimentos que minimizem os riscos de acidentes e de impactos ocasionados pela linha férrea.

Normas:

- As atividades permitidas são a fiscalização, o monitoramento e o manejo.
- Nesta zona, a instituição responsável pela ferrovia deverá tomar medidas mínimas de segurança, tais como: redução da velocidade do trem, recuperação dos trilhos, estabelecimento de procedimentos de qualidade e segurança do trabalho, no que se refere às atividades dos maquinistas e demais funcionários, estabelecimento e notificação de horários de transportes de produtos e sua natureza.
- A implantação de infra-estrutura de segurança, de drenagem e aceiros deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo IBAMA.
- Nesta zona, deverá ser intensificada a fiscalização do uso de técnicas e procedimentos, que coloquem em risco a integridade da RB.
- Não será permitido o uso de capina química para manutenção e limpeza da faixa de servidão da ferrovia, devendo a mesma ser realizada manualmente.
- O Chefe da RB deverá ser previamente informado das atividades de inspeção de rotina, de manutenção e de limpeza do trecho da linha férrea, localizado no interior da RB.
- As atividades de rotina serão acompanhadas por um funcionário da RB.
- O acesso à ferrovia só será permitido a funcionários da empresa responsável, devidamente credenciados e acompanhados por, pelo menos, um funcionário da RB.

Descrição aproximada dos seus limites: conforme apresentado na FIGURA 4.2., a Zona de Uso Conflitante é constituída pela Ferrovia que cruza a RB em sentido leste-oeste e abrange uma área de aproximadamente 49,40 ha, considerando um buffer de 30 metros de cada lado da ferrovia, 1,60m de bitola e 8017 m de comprimento do seu trecho no interior da RB. Seu ponto de entrada, na RB é pela ponte sobre o Rio Aldeia Velha, de onde segue em direção a Torre de Incêndio II e a Casa dos Pesquisadores, passando pela Estação Poço D'Anta de onde segue em direção a Estrada do Aterro.

FIGURA 4.2 – Carta Temática do Zoneamento

4.5.2. – Síntese do Zoneamento

O QUADRO 4.6 apresenta as principais características das diferentes zonas que foram identificadas para a Reserva Biológica de Poço das Antas e registra os critérios adotados para sua definição.

QUADRO 4.6 – Síntese do Zoneamento

Zonas	Critérios De Zoneamento	Valores (A/M/B)	Caracterização Geral			Principais Conflitos	Usos Permitidos
			Meio Físico	Meio Biótico	Meio Antrópico		
Zona Primitiva	Grau de conservação da vegetação.	A e/ou M	Relevo suavemente ondulado e áreas de baixada, inclusive alagadas; presença de solos orgânicos turfosos e latossolos.	Várias formações vegetais, a maioria secundária com alto grau de conservação, tanto Submontana como de Baixada. Incluem-se as Florestas de Baixada Alagadas e os Brejos.	Presença de linha férrea atravessando a RB.	Caça, pesca, extração de recursos vegetais e transporte de cargas perigosas.	Fiscalização; monitoramento ; pesquisa científica.
	Variabilidade ambiental.	A					
	Representatividade.	A					
	Riqueza e/ou diversidade de espécies.	A					
	Suscetibilidade ambiental.	A					
Potencial para conscientização ambiental.	A						
Zona de Uso Extensivo	Grau de conservação da vegetação.	M	Relevo suavemente ondulado.	Floresta Submontana e de Baixada	Existência de trilhas para a pesquisa.	Caça e pesca, circulação de pessoas estranhas e extração de recursos vegetais.	Pesquisa; fiscalização; educação ambiental; proteção; monitoramento ; manejo.
	Áreas de transição.	M					
	Suscetibilidade ambiental	M					
	Potencial para conscientização ambiental	M					
	Presença de infra-estrutura	M					

A: Alto
M: Médio
B: Baixo

Zonas	Critérios De Zoneamento	Valores (A/M/B)	Caracterização Geral			Principais Conflitos	Usos Permitidos
			Meio Físico	Meio Biótico	Meio Antrópico		
Zona de Recuperação	Grau de conservação da vegetação.	M e/ou B	Planície flúvio-lagunar; área com solo erodido e de baixa fertilidade ao norte, próximo ao limite da BR-101 e solo orgânico turfoso ao sul e sudeste da RB.	Vegetação degradada com campo de baixada e capoeira de baixada e presença de espécies exóticas.	Canalização dos Rios São João e Aldeia Velha. Presença da linha férrea. Presença de torre de observação de incêndios	Pressão lenta e continuada sobre o limite da Zona de Recuperação; desmatamento e incêndios; presença de linha férrea transportando produtos tóxicos; caça; pesca com instrumentos inadequados (com tarrafa, por exemplo).	Regeneração natural; revegetação com espécies nativas; fiscalização; pesquisa, monitoramento e educação ambiental.
	Variabilidade ambiental.	M					
	Representatividade.	B					
	Riqueza e/ou diversidade de espécies.	B					
	Áreas de transição.	M					
	Suscetibilidade ambiental.	A					
	Potencial para conscientização ambiental	A					
Zona de Uso Especial	Presença de infra-estrutura e de atividades gerenciais.	A	Planície flúvio-lagunar; solo exposto e degradado pela circulação de veículos e de pessoas.	Presença de espécies exóticas e invasoras, com vegetação totalmente alterada.	Presença de infra-estrutura: Sede e suas instalações administrativas, de apoio, Alojamento, Centro Educativo, Trilha Interpretativa e as instalações da AMLD. Torre de Incêndio II, Casa do Morcego, Casa dos Pesquisadores, Casa da Barragem, Estrada Principal, Estrada do Aterro e portos do Rio São João.	Ausência da formalização da parceria entre o IBAMA e a AMLD.	Atividades gerenciais; recepção de pesquisadores e grupo de estudantes; educação ambiental; treinamento e capacitação.
	Uso conflitante.	M					
	Grau de conservação da vegetação.	B					
	Potencial de visitação.	A					
		Potencial para conscientização ambiental.					

A: Alto
M: Médio
B: Baixo

Zonas	Critérios De Zoneamento	Valores (A/M/B)	Caracterização Geral			Principais Conflitos	Usos Permitidos
			Meio Físico	Meio Biótico	Meio Antrópico		
Zona de Uso Conflitante	Presença de infra-estrutura.	A	Atravessa planície e relevo suavemente ondulado.	Várias formações vegetais, incluindo Floresta Submontana e de Baixada, assim como margens de corpos d'água.	Presença da ferrovia e da estrada principal.	Passagem de trem e transporte de cargas perigosas.	Fiscalização; monitoramento; manejo.
	Uso conflitante.	A					
	Atividades humanas.	M					

A: Alto
M: Médio
B: Baixo

4.6. – Normas gerais da Unidade de Conservação

Neste item, estão indicadas as normas gerais de manejo para a Reserva Biológica de Poço das Antas, que estabelecem, regulamentam e esclarecem as atividades e procedimentos gerais a serem desenvolvidos e adotados na RB.

- O horário de funcionamento da RB será das 7:00 h às 17:00 h, podendo ser ajustado com o horário de verão.
- Os horários de funcionamento da RB e das atividades propostas, neste documento, deverão ser constantemente divulgados em mídia apropriada.
- A infra-estrutura da RB limitar-se-á àquela indicada por este Plano e que venha a ser necessária ao seu manejo.
- Será vedada a construção de quaisquer obras de engenharia que não sejam de interesse da RB, e incompatíveis com a categoria de manejo, tais como: rodovias, barragens, aquedutos, oleodutos, linhas de transmissão, entre outras.
- Não será permitida a visitação pública, exceto aquela com finalidades científicas ou de educação ambiental.
- Não será permitida a entrada de visitantes autorizados, pesquisadores e funcionários, quando acompanhados por animais de estimação.
- São proibidos o ingresso e a permanência, na RB, de pessoas portando armas, materiais ou instrumentos destinados ao corte, caça, pesca ou a quaisquer outras atividades prejudiciais à fauna ou à flora, exceto aqueles oficialmente autorizados pela legislação vigente.
- Os pesquisadores, devidamente autorizados e munidos de licença de pesquisa, poderão utilizar-se de instrumentos, de equipamentos pertinentes e de instalações específicas para a prática de pesquisas e monitoramento ambiental.
- A fiscalização da RB deverá ser permanente e sistemática e deverá ser realizada por técnicos treinados e experientes.
- As atividades de prevenção e combate a incêndios deverão ser permanentes e sistemáticas.
- Todas as pesquisas e projetos a serem realizados, na RB, deverão ter a autorização do órgão competente, segundo as determinações da legislação vigente.
- Serão proibidas a caça, a pesca, a coleta e a apanha de espécimes da fauna e da flora, em todas as zonas de manejo, ressalvadas aquelas com finalidades científicas, desde que autorizadas pelo IBAMA.
- Nenhuma atividade humana poderá comprometer a integridade da área.
- É proibido alimentar as espécies de animais silvestres, a não ser no caso específico do mico-leão-dourado, quando de projeto de manejo devidamente autorizado.
- A reintrodução de espécies da flora ou da fauna nativa somente será permitida quando autorizada pelo IBAMA/DIREC, mediante projeto específico.
- Não serão permitidos a criação de animais domésticos e o cultivo de hortas no interior da RB.

- É proibida a venda e o consumo de bebida alcoólica no interior da RB.
- Os relatórios produzidos deverão ser entregues à RB por pesquisadores, fotógrafos e outros, devendo permanecer uma cópia depositada na Sede, conforme cronograma previamente aprovado pela RB.
- A informação constante de todos os relatórios entregues a RB deverá ser sistematizada.
- O lixo não degradável produzido pelas atividades da RB deverá ser retirado da mesma, semanalmente.
- O lixo deverá ser retirado da RB pela Prefeitura mais próxima e/ou pelos funcionários da Reserva, embalado adequadamente e descartado em local apropriado.
- O lixo produzido pelas atividades de pesquisa deverá receber tratamento adequado, segundo a sua natureza.
- Todo o sistema de comunicação visual, constituído pela sinalização educativa, informativa, de orientação e de localização, para pedestres e motoristas, utilizado na RB, seguirá os padrões e especificações estabelecidas no manual de sinalização do Roteiro de Chefes de Unidades de Conservação do IBAMA.
- Fica proibida a instalação de qualquer placa ou aviso que não conste no sistema de sinalização oficial, inclusive as de cunho publicitário, nos limites da RB.
- Todos os focos de incêndio que ocorrerem no interior da RB devem ser comunicados a DIREC, ao PREVFOGO e a GEREX-RJ, para as providências cabíveis e sua informação deve ser sistematizada em um banco de dados.
- Todas as edificações da RB deverão contar com extintores de incêndio, de acordo com as normas de segurança.
- Todos os servidores da RB deverão desenvolver suas atividades profissionais devidamente uniformizados e identificados.
- Todo veículo que circule regularmente pela RB deve ser credenciado na Administração da UC e deve possuir uma identificação permanente.
- Deverão ser realizadas atividades de fiscalização, controle, monitoramento da ferrovia no interior da Reserva, podendo haver necessidade de que sejam tomadas medidas cabíveis para garantir a segurança da UC.
- Os usuários que utilizarem as infra-estruturas e equipamentos da RB serão responsáveis por qualquer dano causado aos mesmos, pelo uso e/ou pelo manuseio inadequado.
- Deverá ser realizada, aleatoriamente, vistoria dos veículos que transitam na RB, por ocasião da entrada e/ou saída da área, de acordo com as operações especiais de fiscalização.
- É terminantemente proibido cevar e molestar animais dentro da RB, com exceção de procedimentos metodológicos constantes em pesquisas científicas e explicitados em processo específico a ser previamente autorizado pelo IBAMA.
- O material coletado, na RB, deverá ser vistoriado por funcionários responsáveis pelo acompanhamento das pesquisas e verificado se está de acordo com o projeto licenciado.

- Deverá ser instalado, na RB, um banco de dados e informações, sistematizando todas as pesquisas realizadas na Unidade e na sua Zona de Amortecimento.
- Todas as atividades de educação ambiental, pesquisa e manejo, mesmo que executadas em parceria formal por outras instituições governamentais ou não, devem ter a supervisão do IBAMA.
- Dentro dos limites da RB, somente serão permitidas instalações oficiais do IBAMA.
- O acesso, uso e funcionamento das instalações existentes, dentro dos limites da RB, tem que ser autorizado, controlado e monitorado pelo IBAMA.
- O uso das trilhas existentes no interior da RB deve ser minimizado ao máximo, além de monitorado pela UC.
- É terminantemente proibida a abertura de novas trilhas, bem como a ampliação das já existentes.

4.6.1. – Normas gerais para a Zona de Amortecimento

A Zona de Amortecimento da Reserva Biológica de Poço das Antas, conforme descrita no Encarte 2 (item 2.1.1), estará sujeita as seguintes normas gerais, conforme descrita no item:

- Em conformidade com a Lei n.º 9.985/2000, Art. 2º, Inciso XVIII, as atividades humanas, na Zona de Amortecimento da RB, estarão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a UC.
- Toda atividade passível de impacto ambiental, que de acordo com a Lei nº 6.938/81, as resoluções do CONAMA nº 001, de 23/01/86 e Resolução nº 237 de 19/12/1997, deverá ser licenciada pelo setor competente do IBAMA, tendo parecer técnico do Chefe da RB.
- No processo de licenciamento de empreendimentos novos para a ZA da RB, deverá ser observado o grau de comprometimento da conectividade dos fragmentos, da vegetação nativa e de seus corredores ecológicos.
- Todos os empreendimentos que não estejam de acordo com o estabelecido para esta Zona de Amortecimento terão um prazo de dois anos para se regularizarem a partir da aprovação do Plano de Manejo.
- O asfaltamento, ampliação e duplicação das estradas e rodovias na ZA da RB dependerão de uma anuência prévia do IBAMA, através do Chefe da UC.
- A duplicação, construção e manutenção de estradas e rodovias deverão observar técnicas que permitam o escoamento de águas pluviais para locais adequados e a previsão de medidas mitigadoras para o trânsito de animais silvestres.
- Não são permitidas atividades de terraplanagem, dragagem e escavação que venham a causar danos ou degradação do meio ambiente e/ou perigo para pessoas ou para a biota, sem autorização dos órgãos competentes e com a anuência da Chefia da UC, a qual deverá analisar a pertinência da realização dos estudos necessários.
- Não será permitida a instalação de indústrias potencialmente poluidoras ou degradadora do ambiente na ZA da RB.
- As indústrias instaladas na ZA da RB deverão possuir adequados sistemas de tratamento e disposição de efluentes líquidos e de resíduos sólidos.
- Os empreendimentos já instalados na ZA da RB, que não tenham sofrido processo de

licenciamento, deverão ter suas licenças de operação atualizadas.

- Em relação às áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, nos termos da legislação, caberá:
- As propriedades situadas na ZA que não tenham averbação da Reserva Legal em suas escrituras deverão providenciar sua regularização num prazo de dois anos, a partir da publicação deste Plano de Manejo.
- As Reservas Legais das propriedades confrontantes com a RB deverão ser localizadas preferencialmente junto aos limites da UC, objetivando o estabelecimento de conectividade.
- A vegetação nativa das Áreas de Preservação Permanente deverá ser conservada ou, se necessário, recuperada.
- A disposição de resíduos e/ou efluentes de qualquer natureza deverá seguir as normas legais, estabelecidas para os casos específicos, e as normas deste Plano de Manejo.
 - Fica proibida a disposição de resíduos químicos, inclusive nucleares, gerados fora da ZA. No caso dos gerados dentro da ZA, é necessário projeto específico para a disposição adequada e cumprimento da legislação vigente.
- Para o uso de agrotóxicos na ZA, a Chefia da UC deverá ser consultada e exercerá a fiscalização das normas deste Plano de Manejo.
- Nas propriedades, o agrotóxico e seus componentes e afins deverão ser armazenados em local adequado, evitando que eventuais acidentes, derrames ou vazamentos, possam comprometer o solo e cursos d'água superficial e subterrâneo.
- Não é permitida aplicação de agrotóxico por aeronave.
- O proprietário deverá manter cópia da receita agronômica, emitida por profissional legalmente habilitado, a disposição para fiscalização no local da aplicação.
- Todas as embalagens vazias deverão ser devolvidas aos estabelecimentos comerciais, onde foram adquiridos, devendo estes contar com local adequado para o recebimento e armazenamento das embalagens, até que sejam recolhidas pelas empresas responsáveis pela destinação final, conforme previsto na Lei, devendo as mesmas atender a Resolução CONAMA n.º 334, de 03/04/2003.
- A lavagem dos equipamentos de aplicação dos agrotóxicos nos corpos d'água é proibida.
- A água resultante da lavagem deverá ser aproveitada na última aplicação do produto, de forma a não ser descartada no ambiente.
 - O transporte de produtos perigosos deverá seguir as normas dispostas em legislação específica, seja para ferrovia e/ou rodovia.
- A pessoa física ou jurídica responsável pelo transporte de produtos perigosos, e que já tenha autorização prévia do órgão estadual de meio ambiente e do órgão de trânsito, será obrigada a se comunicar com a RB, com antecedência mínima de 24 horas de sua efetivação, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis.
- Não será permitida a disposição de lixo em qualquer ponto da área compreendida pelos limites da ZA da RB.

- Todo empreendimento turístico implantado ou a ser implantado, na ZA, deverá ser licenciado pelos órgãos competentes e atender às normas sanitárias e de proteção dos recursos naturais, bem como as deste Plano de Manejo.
- As edificações que vierem a ser construídas na ZA não poderão interferir na qualidade paisagística da RB.
- As atividades turísticas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais da ZA da RB.
- As atividades extrativas e agropecuárias desempenhadas na ZA da RB deverão ser autorizadas, de acordo com a legislação específica e as normas deste Plano de Manejo.
- Só será permitida a atividade de mineração mediante o licenciamento ambiental, ouvida a Chefia da UC.
- Não será autorizada a instalação de carvoarias e cerâmicas na ZA.
- O uso da água, em especial para irrigação e usos industriais, só será permitido após a solicitação de outorga para uso (Lei n.º 9.443/97).
- O cultivo da terra será feito de acordo com as práticas de conservação do solo e da água recomendadas pelos órgãos oficiais de extensão rural atuantes na região da UC. Toda a queima controlada para renovação de pastagens na ZA será licenciada pelo IBAMA. Nas propriedades confrontantes, esta atividade será acompanhada por servidores da RB.
- Na faixa de 1 km contígua às áreas da RB e APPs, que margeiam os cursos d'água da Zona de Amortecimento, fica permitido somente o uso de agrotóxicos da Classe IV (pouco ou muito pouco tóxicos) Faixa Verde. (O conceito de agrotóxico utilizado neste documento é o definido pela Lei Federal nº 7.802, de 11/07/89, regulamentada através do Decreto 98.816, no seu Artigo 2º, Inciso I).
- A RB deverá efetivar a sua participação junto ao INCRA nas decisões sobre os assentamentos e acampamentos localizados na ZA.
- A RB deverá efetivar a sua participação nos processos de licenciamento, assim como acompanhar a realização de atividades de conservação e manutenção da Rodovia BR-101.
- A RB deverá efetivar a sua participação nos processos de licenciamento, assim como acompanhar a realização de atividades de conservação e manutenção dos dutos.
- A RB deverá fiscalizar, controlar e monitorar o percurso da ferrovia, a passagem dos trens, as cargas transportadas e todas as ações de conservação e manutenção da linha férrea.

4.7. – Planejamento por Áreas de Atuação

As áreas de atuação são espaços específicos que visam o gerenciamento da Unidade de Conservação, estabelecendo, tanto em seu interior quanto em seu exterior (Zona de Amortecimento e Região), áreas estratégicas e ações a serem desenvolvidas em cada uma destas áreas, organizando seu planejamento segundo os programas temáticos.

4.7.1. – Ações Gerenciais Gerais (AGG)

As AGG abordam ações de caráter abrangente direcionadas para toda a UC e sua Região. As Ações Gerenciais Internas (AGGI) orientam a definição de ações voltadas para todo o interior da Unidade de Conservação. As Ações Gerenciais Externas (AGGE) orientam o estabelecimento de atividades gerenciais gerais voltadas para a Zona de Amortecimento e Região da Unidade de Conservação.

Todas as AGGI foram enquadradas segundo os programas temáticos: Proteção e Manejo, Pesquisa e Monitoramento, Educação Ambiental e Operacionalização. Todas as AGGE foram enquadradas segundo os programas temáticos: Proteção e Manejo, Pesquisa e Monitoramento, Integração Externa, Alternativa de Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental e Operacionalização.

4.7.1.1. – Ações Gerenciais Gerais Internas (AGGI)

AGGI Proteção e Manejo

- 1) Estabelecer um **Programa de Fiscalização** para a RB, com o objetivo de manter a UC protegida de invasões humanas e animais (gado bovino, eqüino, caprino, etc.).
 - A fiscalização da RB deverá ser realizada de forma sistemática e dinâmica.
 - Os funcionários da RB deverão respeitar e fazer respeitar todas as normas gerais da RB, as normas do zoneamento e as normas da Zona de Amortecimento.
 - As atividades de fiscalização levarão em consideração todos os aspectos do zoneamento e as normas de uso da RB, estabelecidas neste Plano de Manejo e na legislação vigente.
 - As ações de fiscalização serão complementadas com a efetivação de 03 (três) postos de fiscalização: Maratuã, Barragem e Talude e Canal do Rio São João/Aldeia Velha. Todos estes postos, assim como o Rio/Canal São João e Rio/Canal Aldeia Velha são considerados no Plano como áreas estratégicas.
 - O Programa de Fiscalização deverá abranger atividades noturnas nos fins de semana e feriados.
 - Deverão ser contratados 10 funcionários para completar a equipe de fiscalização, que deve estar constituída por 15 Técnicos Ambientais.
 - Os Técnicos Ambientais, encarregados das atividades de fiscalização da RB e da sua Zona de Amortecimento, que ingressarem à UC, deverão portar carteira nacional de habilitação.
 - No exercício de suas funções, os Técnicos Ambientais deverão usar uniforme e portar a carteira funcional.
 - A utilização de veículos motorizados somente será permitida onde exista acesso e, desde que, este Plano de Manejo recomende seu uso.

- A fiscalização das trilhas somente será feita a pé.
- Sempre que possível, a fiscalização terá uma abordagem educativa e de orientação, tanto para os visitantes, quanto para a comunidade do entorno da RB, deixando as medidas repressivas para último caso.

2) Reformular e manter rotina de fiscalização.

- As estratégias e rotinas de fiscalização deverão ser acompanhadas e avaliadas em períodos de 30 dias pela administração da RB, em conjunto com os parceiros envolvidos, para ajustes necessários.
- As rotinas de fiscalização deverão ser intensificadas e divulgadas entre todos os funcionários envolvidos.
- As rotas de fiscalização, atualmente usadas, serão revistas e modificadas em função da necessidade de fiscalização da RB.
- A definição da rotina de fiscalização deverá considerar os levantamentos, conforme indicado no programa de pesquisa, e os mapas existentes e aqueles que serão elaborados no futuro.
- A fiscalização deverá ser realizada nos períodos diurno e noturno, inclusive nos finais de semana e feriados.
- O sistema de segurança da sede e acessos deverá ser fortalecido.
- As principais trilhas da RB deverão ser fiscalizadas diariamente.
- Deverão ser mantidos em bom estado de uso todas as estradas, caminhos e trilhas importantes para a fiscalização.
- A fiscalização da caça no interior da RB deverá ser intensificada, especialmente durante o período mais crítico, que ocorre durante a estação seca.
- Deverão ser programadas rondas noturnas durante os períodos mais propícios à caça.
- Os agentes deverão recolher e guardar, na instalação destinada para este fim, todos os apetrechos de caça encontrados.
- A fiscalização da pesca no período mais crítico, quando ocorre a época reprodutiva (piracema), deverá ser intensificada.
- As atividades de fiscalização deverão ser intensificadas nos meses de junho à outubro, quando se dão as principais ocorrências de queimadas na Zona de Amortecimento da RB.
- Os portos Boca Rica, Porto da Pedra, Porto da Piranha, o da Ponte de Ferro e Zénobio (Olhos D' Água), localizados ao longo do Rio São João, estão inseridos na Zona de Uso Especial e servirão de apoio à fiscalização.

2.1) Estabelecer equipes diárias de fiscalização.

- O responsável pelo setor de proteção, com a aprovação do chefe da RB, deverá determinar o esquema de fiscalização, com o rodízio de equipes nas áreas e dos componentes de cada grupo.

- O responsável pelo setor de proteção, com a aprovação do chefe da RB, deverá definir diariamente a programação da fiscalização, com a definição do local e estratégia, com o objetivo de introduzir o elemento surpresa nas operações. A equipe deverá ser alocada na rota, através de sorteio realizado no horário de saída.
 - As atividades de fiscalização poderão ser integradas com as de monitoramento.
- 2.2) Realizar, quando necessário, operações especiais, envolvendo toda a equipe de fiscalização e parceiros.
- 3) Capacitar e atualizar periodicamente os Técnicos Ambientais encarregados pela fiscalização da RB.
- O Programa de capacitação dos técnicos deverá abranger, entre outros, os seguintes temas:
 - Objetivos de criação e objetivos específicos de manejo da RB.
 - Espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção na RB.
 - Mata Atlântica, com ênfase em Floresta de Terras Baixas e Floresta Sub-Montana.
 - Legislação ambiental vigente.
 - Navegação por satélite (uso do GPS).
 - Primeiros socorros.
 - Manuseio de armas de fogo.
 - Técnicas de abordagem.
 - Sobrevivência na mata.
 - Preenchimento de formulários de rotina (autos de infração, notificação, etc).
 - Operação de equipamentos de comunicação.
 - Prevenção e combate a incêndios.
 - Noções de educação e interpretação ambiental.
- 3.1) Treinar a equipe de fiscalização para desenvolver as atividades de monitoramento indicadas neste plano.
- 3.2) Estimular e facilitar a participação da equipe de fiscalização em seminários, palestras e cursos que possam contribuir para o aperfeiçoamento de suas atividades.
- 3.3) Identificar as oportunidades de treinamento e capacitação oferecidos pelo IBAMA e outros órgãos ou instituições para a participação da equipe de fiscalização da RB.
- 3.4) Na medida do possível, organizar palestras e seminários na RB e incentivar a participação de sua equipe.

- 3.5) Avaliar periodicamente o desempenho dos Técnicos Ambientais na realização de atividades de fiscalização.
- 4) Exigir dos usuários da RB (colaboradores, pesquisadores e funcionários da AMLD, pesquisadores das universidades, estudantes, entre outros), que comuniquem à RB a ocorrência de caçadores, pescadores e/ou quaisquer outras ameaças à Unidade.
- 5) Sistematizar, integrar e manter na RB as informações sobre autos de infração e termos de embargo e interdição.
- Preencher rotineiramente relatórios de atividades e fazer o georeferenciamento de todo percurso feito, identificando os fatos mais relevantes observados durante as operações.
 - Os relatórios de atividades devem apresentar informação sobre o material apreendido, volume, quantidade e instrumentos legais lavrados, tais como autos de infração (termos de apreensão e depósito), fotografias, registros de avistamento de espécies da fauna ou indícios de sua presença, indícios da presença de caçadores, entre outros fatos os aspectos relevantes.
 - Os dados registrados nos relatórios deverão ser incluídos em um banco de dados da RB, inclusive em base cartográfica.
- 6) Dotar a equipe de fiscalização de equipamentos necessários para a realização das atividades, tais como: colete a prova de balas, botas e perneiras, facão, machado, moto-serra, GPS, rádios de comunicação, lanternas e equipamentos de primeiros socorros. O QUADRO 4.8 apresenta detalhamento dos equipamentos necessários para a realização de atividades de fiscalização, além dos anteriormente citados.

QUADRO 4.8 – Fiscalização – Equipamentos

Item	Quantidade
Pick-ups 4x4 diesel	04
Motor de popa de 15 HP	01
Motor de popa de 25 HP	01
Barco de alumínio de 6m de comprimento, proa chata (bico chato) e borda baixa	01
Barco de alumínio de 6m de comprimento, proa com quilha e borda alta	01
Rádios móveis (motorola)	10
Rádios base (motorola)	03
Rádios portáteis (motorola)	15
Binóculo para visão noturna	01

- Cada equipe deve trabalhar com no mínimo dois rádios portáteis e baterias.
 - Todas as viaturas devem possuir unidades móveis de rádio para comunicação com a RB e com os agentes.
- 7) Dotar a RB de condições de prestar primeiros socorros a acidentados no transcurso de atividades realizadas em seu interior.
- 7.1) Identificar, nas proximidades da RB, os locais que dispõem de soros antiofídicos e divulgar esta informação entre os funcionários e pesquisadores
- 8) Elaborar e implementar um **Programa Permanente de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais** na RB, que tem por objetivo geral detectar as áreas sensíveis à ocorrência de incêndios e evitar que estes tomem proporções impactantes.
- 8.1) Integrar a este Programa o PREVFOGO que já atende à RB, de modo que passe a operar permanentemente.

- Para a execução deste Programa deverão ser atendidas normas de operacionalização constantes no item AGGI Operacionalização.

9) Dotar a RB de uma brigada permanente de combate a incêndios.

- A brigada deve ser lotada na Sede da RB.
- A equipe deverá ser composta por, pelo menos, 14 pessoas.
- A equipe de brigadistas deverá receber treinamento periodicamente.

9.1) Implementar rotina de trabalho para os brigadistas.

- A abertura e a manutenção de estradas/aceiros de proteção deverão ser feitas regularmente pelos brigadistas.
- As ações de prevenção de incêndios deverão ser intensificadas durante o período de maior risco (inverno ou estação seca).
- As ações de prevenção de incêndios deverão ser intensificadas nas áreas mais susceptíveis a sua ocorrência, tais como a área da turfeira, assentamento Sebastião Lan (margem do Rio Aldeia Velha), no limite da RB com a BR-101 (em frente à Torre I), linha férrea e a área de revegetação próxima à BR-101.
- Durante a limpeza de caminhos, trilhas e estradas (como a de acesso à barragem e às torres), os brigadistas deverão ser alertados que as serpentes, peçonhentas ou não, fazem parte da fauna nativa e não devem ser eliminadas.

9.2) Elaborar relatório diário e final de incêndios ocorridos, conforme modelo do PREVFOGO.

9.3) Dotar a RB de infra-estrutura, equipamentos e ferramentas necessárias para a formação da brigada permanente de prevenção e combate a incêndios florestais. Os dados estão detalhados no QUADRO 4.9.

9.4) Adquirir uma viatura especial para transporte de 14 brigadistas, dos objetos pessoais e de todos os equipamentos e materiais para o combate aos incêndios.

QUADRO 4.9 – Brigada de Incêndio – Equipamentos e Materiais

Item	Quantidade
Conjuntos EPIs (vestimenta para brigadista)	28
Binóculos (Nikon ou Pentax)	02
Moto-bomba portátil diesel de 05 HP	02
Mangueiras de incêndio de 1 ^{1/2} x 15m com engate STORZ (padrão bombeiro)	20
Roçadeiras costais Sthill 220 (motor a explosão)	02
Moto-serra Sthil, 038	02
Enxadas	20
Enxadões	20
Ancinhos	10
Abafadores	40
Bombas costais rígidas	20
Bombas costais tipo mochila	20
RBT (reboque bomba tanque de 2.000 litros)	01
Beliches para o alojamento da fiscalização/Brigada	07
Colchões	14
Geladeira duplex	01
Fogão de 06 bocas com tampo de aço inox e botijão de gás	01
Mesa de escritório	01
Mesas para refeitório, revestida de fórmica e com 06 assentos	02
Armário de aço tipo escaninho com 12 portas	02
Armário de parede com 04 portas	01
Sofás de três assentos	02

9.5) Instalar sistema de imageamento a distância para prevenção de incêndios.

10) Implementar **Programa de Manejo e Proteção das Espécies de Fauna e Flora da RB**, que tem por objetivo geral conservar, recuperar e manter a biodiversidade existente na UC, assim como incentivar a conservação das espécies na ZA, incluindo o controle das atividades impactantes.

10.1) Elaborar e implementar plano de conservação e manejo das espécies de invertebrados identificadas, na Avaliação Ecológica Rápida (AER), como raras e ameaçadas, entre as quais a espécie *Parides ascanius*, borboleta-da-praia, que parece estar restrita às matas próximas as áreas inundadas pela Barragem de Juturnaíba; a espécie *Mimoides lysithous harissianus* (criticamente em perigo no Estado do Rio de Janeiro); a espécie *Morpho achilles*, que deve ser alvo de ações que previnam a médio e a longo prazo a redução de sua população dentro da RB, em cuja ocorrência foi registrada na Pelonha, na Portuense e na Casa dos Morcegos.

10.2) Elaborar e implementar plano de conservação e manejo das espécies de mamíferos identificadas, na AER, como ameaçadas ou presumivelmente ameaçadas, tais como *Agouti paca paca*, *Dasyus sp. tatu*, *Pecari tacaju* cateto e *Leontopithecus rosalia* mico-leão-dourado, em perigo para o Estado do Rio de Janeiro.

10.3) Elaborar e implementar plano de conservação e manejo das espécies de aves identificadas, na AER, como ameaçadas, tais como *Anhinga anhinga* biguatinga, *Ciconia maguari* joão-grande, *Cairina moschata* pato-do-mato, *Leucopternis lacernulatus* gavião-pomba, *Heliornis fulica* picaparra, *Columba speciosa* pomba-trocal, *Claravis godefrida* pararu, *Pteroglossus aracari* araçari-de-bico-branco, *Myrmotherula minor*, *Ornithion inerme* poiadeiro-de-sobrancelha, *Rhynchocyclus olivaceus* bico-chato-grande, *Pipra rubrocapilla* cabeça-encarnada, *Dixiphia pipra* cabeça-branca, *Tangara mexicana* cambada-de-chaves, *Sporophila collaris* coleiro-do-brejo e *Oryzoborus angolensis* curió.

10.4) Elaborar e implementar plano de conservação e manejo das espécies de répteis e anfíbios identificadas, na AER, como raras e espécies que têm a distribuição

restrita dentro da RB, respectivamente, entre as quais se encontram *Caiman latirostris* jacaré-de-papo-amarelo, que tem o Rio São João como seu ambiente e *Arcovomer passarelli*, *Chiasmocleis carvalhoi*, *Euparkerella cochranæ*, *Phyllodytes luteolus*, *Flectonotus goeldii* e *Sphaenorhincus planicola*.

- 10.5) Elaborar e implementar plano de conservação e manejo das espécies da flora identificadas, na AER, como ameaçadas na RB, tais como *Banara brasiliensis*, *Cariniana legalis*, *Inga bullata*, *Inga leptantha*, *Inga platyptera*, *Inga sellowiana*, *Ocotea pretiosa*, *Sorocea guilleminiana* (registrada na Pelonha), *Trichilia ramalhoi* (registrada na Pelonha), *Trichilia silvatica* (registrada na Pelonha), *Trichilia casaretti* (registrada na Portuense), *Trichilia lepidota ssp. Schumanniana* (registrada na Portuense e na Pelonha) e *Plathymentia foliolosa* (encosta da Portuense).
- 10.6) Eliminar ou controlar as espécies exóticas, invasoras, introduzidas e domésticas que se encontrem no interior da RB, visando à proteção das espécies nativas.
 - 10.6.1) Elaborar projeto específico para controle e/ou eliminação da espécie exótica *Achatina fulica* caramujo gigante africano.
 - A erradicação da *Achatina fulica*, espécie africana de conhecida agressividade populacional, deverá ser realizada sob a orientação de especialistas, levando em consideração a existência, na RB, da espécie nativa *Solaropsis* sp., de aspecto morfológico muito semelhante a esta.
 - 10.6.2) Eliminar ou controlar as espécies vegetais exóticas que se encontrem no interior da RB, tais como *Artocarpus heterophylla* jaqueira, *Musa paradisiaca* bananeira, *Elaeis guinnensis* dendê e *Citrus* sp. laranja.
 - 10.6.3) Eliminar ou controlar as espécies de animais domésticos que se encontrem no interior da RB, entre as quais *Rattus norvegicus* ratazana doméstica, *Rattus rattus* rato-doméstico e *Mus musculus* camundongo doméstico, além de cães, gatos e vacas.
 - 10.6.4) Eliminar ou controlar as espécies de aves introduzidas e invasoras que se encontrem no interior da RB, entre as quais *Columba livia* pombo doméstico (introduzida), *Passer domesticus* pardal (introduzida), *Estrilda astrild* biquinho-de-lacre (introduzida), *Bubulcus ibis* garça-vaqueira (invasora), *Columba picazuro* pomba-asa-branca (invasora), *Furnarius figulus* casaca-de-couro-da-lama (invasora), *Phacellodomus rufifrons* João-de-pau (invasora), *Nemosia pileata* saíra-de-chapéu-preto, *Sporophila lineola* bigodinho (invasora), *Cariama cristata* seriema (invasora), *Athene cunicularia* coruja-buraqueira (invasora), *Todirostrum cinereum* relógio (invasora), *Fluvicola nengeta* lavadeira-mascarada (invasora), *Gubernetes yetapa* tesoura-do-brejo (invasora), *Machetornis rixosa* bem-te-vi-do-gado (invasora), *Nemosia pileata* saíra-do-chapéu-preto (invasora), *Sicalis flaveola* canário-da-terra-verdadeiro (invasora), *Sicalis luteola* tipio (invasora), *Emberizoides herbicola* canário-do-campo, *Agelaius ruficapillus* garibaldi (invasora), *Sturnella supercilialis* polícia-inglesa-do-sul (invasora), *Gnorimopsar chopi* melro (invasora), *Syrigma sibilatrix* Maria-faceira (invasora), *Elanus leucurus* gavião-peneira (invasora) e *Nystalus chacuru* João-bobo (invasora).
 - A eliminação e/ou remoção de qualquer das espécies só poderá ocorrer segundo orientação de especialista e mediante desenvolvimento de projeto de pesquisa específico.

- As estratégias de manejo das espécies vegetais invasoras e exóticas deverão ser cuidadosas, criteriosas e progressivas, visando não prejudicar espécies da fauna que estão habituadas a utilizá-las em suas alimentação ou como habitat. Exemplos de espécies de plantas cujas populações da fauna dependem como recurso, encontram-se as palmeiras de dendê (*Elaeis* sp.), que servem como recurso alimentar para diversas espécies animais e os bambus introduzidos, que servem como habitat e são parte importante da alimentação do rato-de-bambu *Kannabateomys amblyonyx*), cuja população possivelmente é reduzida na RB.
- 11) Elaborar **Programa de Recuperação das Áreas Degradadas Internas**, que tem por objetivo geral identificar, mapear e definir o grau de degradação e suas causas, tanto das áreas de dentro da RB como na ZA, de forma a desenvolver projetos específicos de recuperação de áreas degradadas, melhorando, assim, a qualidade da cobertura vegetal da RB.
- Na estruturação do Programa deverão ser definidos e/ou levados em consideração, os objetivos específicos, o público-alvo, os meios de comunicação, os resultados esperados e os indicadores.
- 11.1) Implementar estratégias de recuperação das áreas degradadas na RB, com base em projetos específicos.
- 11.2) Realizar o levantamento e mapeamento das áreas degradadas, identificando, entre outros aspectos, o tamanho e o estado de degradação de cada área.
- A recuperação de áreas degradadas dependerá da realização de projeto específico de pesquisa, que deverá estabelecer os métodos e critérios para a recuperação de cada uma das áreas, considerando suas características ambientais específicas.
 - Só será permitida a utilização de espécies nativas na recuperação das áreas degradadas.
 - O programa deverá prever a substituição gradativa das espécies exóticas pelas nativas.
 - Dentre as áreas a serem recuperadas, devem estar contempladas as áreas de pastos abandonados e trechos secundários nos estágios iniciais de regeneração.
 - Este programa deverá ser realizado em convênio com instituições e centros de pesquisa atuantes na RB e outros especializados.
 - A implementação deste programa poderá envolver a participação de estagiários, voluntários e a comunidade rural do entorno.
 - O Programa de Recuperação deverá considerar a definição de indicadores de monitoramento, organizados e apresentados em cada uma das etapas de sua elaboração.
- 12) Definir ações preventivas e corretivas para o caso de ocorrência de acidentes potenciais associados a BR-101, dutos, ferrovias e assentamentos em associação com as instituições responsáveis.

AGGI Operacionalização

Limites e demarcação da RB

- 1) Verificar, atualizar e redefinir os limites atuais da RB.

- 1.1) Incorporar área remanescente localizada na Fazenda Bandeirante Gleba B, de 332 ha, do acervo imobiliário do INCRA sob a posse da RB através do termo provisório de cessão datado de 5 de maio de 1994.
- 1.2) Incorporar área remanescente, de 781,733 ha, do Decreto nº 76532/75, pertencente ao acervo imobiliário do INCRA, localizado a montante da barragem de Juturnaiba, limitado pelo Rio São João, Ribeirão das Crioulas e a RB, também objeto de um contrato de concessão direito real de uso nº 05/49.
- 2) Fazer gestões para a revisão do Decreto de Criação da RB, considerando as áreas que estão em litígio atualmente.
 - 2.1) Demarcar a RB após a revisão dos seus limites.
- 3) Revisar e reformar as cercas existentes nos limites da RB, priorizando os locais mais críticos, tais como Rio/canal São João, Rio/canal Aldeia Velha e Reservatório de Juturnaíba.
- 4) Garantir a integridade do Sistema de Sinalização da RB.
 - 4.1) Conservar e manter as placas de sinalização da RB.
 - Serão removidas todas as placas que não façam parte do projeto de sinalização.
- 5) Definir o espaço aéreo da RB.
 - 5.1) Desenvolver estudo técnico específico para delimitação do espaço aéreo da RB, conforme o Art. 7 do Decreto nº 4340/2002, de regulamentação da Lei nº 9.985/00.
 - Para a realização do estudo técnico, deverá ser consultada a autoridade aeronáutica competente.
 - 5.2) Informar à Diretoria de Aeronáutica Civil (DAC) o espaço aéreo da RB, de forma a evitar vôos sobre a RB, exceto em ocasiões excepcionais e/ou programadas, tais como: incêndios, acidentes, calamidades públicas, operações de fiscalização e policiais.

Comunicação e divulgação

- 6) Adequar o Sistema de Comunicação da RB, para que este atenda as suas necessidades.
 - 6.1) Fazer gestões para que a TELEMAR instale uma linha telefônica na RB.
 - 6.1.1) Instalar linha telefônica através de um sistema de rádio-telefonia moderno e digital.
 - 6.2) Instalar a rede do IBAMA intranet e internet via satélite.
 - Todos os computadores da RB deverão ser ligados à internet.
 - 6.3) Alimentar e atualizar o sistema de banco de dados no módulo de planejamento no Sistema de Informação de Unidades de Conservação do IBAMA/DIREC.
 - 6.4) Solicitar ao IBAMA a criação de uma página na internet para a RB, a qual deverá ser mantida atualizada.

7) Promover e manter o funcionamento do Conselho Consultivo da RB, presidido pelo seu chefe, conforme o disposto no Art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Segundo o Decreto nº 4.340/02, ao Conselho Consultivo compete:

- O acompanhamento da elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da RB, garantindo o seu caráter participativo.
- A integração da RB com as demais UCs e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno.
- O esforço para a compatibilização dos interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a RB.
- Opinar sobre a contratação e os dispositivos do termo de parceria com uma OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da RB.
- O acompanhamento da gestão por OSCIP e recomendação da rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade.
- A manifestação sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na RB, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos.
- A proposição de diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno da RB.
- Deverá ser elaborado e mantido atualizado um calendário de atividades do Conselho Consultivo.
- Deverá ser formada uma rede de comunicação permanente dos membros do Conselho, preferencialmente através da internet.
- A reunião do Conselho deve ser pública, com pauta preestabelecida no ato da convocação e realizada em local de fácil acesso.
- O órgão executor deverá convocar o Conselho com antecedência mínima de sete dias.
- O órgão executor deverá prestar apoio à participação dos conselheiros nas reuniões, sempre que solicitado e devidamente justificado.
- O mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

7.1) Elaborar ou Regimento Interno do Conselho Consultivo da RB.

- O Chefe da RB, junto com os outros membros do Conselho, serão os responsáveis pela elaboração do Regimento Interno, e o mesmo será aprovado em reunião.
- As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da RB serão fixados no Regimento Interno.

8) Elaborar ou concluir Regimento Interno da RB.

- O Regimento Interno deverá contemplar as normas administrativas da RB, horário de funcionamento, atribuições dos diferentes setores da RB, perfil das funções do organograma, rotina de fiscalização, normas de pesquisa, de ocupação das suas

instalações (sede administrativa, centro educativo, alojamento e outras dependências);

- O Regimento Interno deverá ser elaborado pela administração da RB com a participação do seu Conselho Consultivo;
- O estabelecimento do Regimento Interno deverá ser aprovado com portaria do presidente do IBAMA.
- No Regimento Interno deverão ser definidas as normas de conduta de entrada e permanência, bem como de realização das atividades temporárias e permanentes na RB.

9) Desenvolver um **Programa de Comunicação Social** para a RB, com o objetivo de melhorar a comunicação entre a UC, ZA, região e as instituições locais, regionais, nacionais e internacionais, que de alguma forma tenham relação ou potencial de envolvimento com a Reserva.

- Na estruturação do Programa de Comunicação Social deverão ser definidos e/ou levados em consideração, os objetivos específicos, o público-alvo, os meios de comunicação, os resultados esperados e indicadores.

9.1) Elaborar vídeo e CD de divulgação sobre a RB.

- O vídeo deve abordar, no mínimo, as principais características da RB, seus objetivos de manejo e as ações desenvolvidas, como por exemplo, integração com a Zona de Amortecimento e desenvolvimento de pesquisa científica.

9.2) Fazer gestões para legalizar a logomarca oficial da RB.

9.2.1) Difundir a logomarca da RB.

9.2.2) Identificar, produzir e lançar produtos que possam ser associados à logomarca oficial da RB.

- Deverão ser observadas as diretrizes da DIREC com relação à definição da logomarca.

9.3) Fornecer e solicitar aos meios de comunicação a divulgação de informações sobre a RB.

- A Linha Verde será divulgada em todos os materiais que constituírem o sistema de comunicação visual da RB e em todos os meios de divulgação e educação desenvolvidos para a mesma.

9.4) Veicular informação sobre o papel da RB na amenização das condições microclimáticas locais, tais como: barreira para velocidade de ventos; aumento de umidade dos solos e ar; regularização de chuvas; controle de pragas e melhoria da qualidade de vida.

9.5) Atualizar e arquivar as notícias veiculadas pela mídia sobre a RB e, quando necessário e pertinente, responder aos questionamentos feitos.

9.6) Criar e manter atualizada uma página na INTERNET para a RB.

- A página da RB, na INTERNET, seguirá o padrão adotado pelo IBAMA.

- Tal página divulgará a RB e as atividades de todos os programas desse Plano de Manejo.
- A página da RB na INTERNET terá um e-mail para consultas à Unidade.

9.7) Divulgar nos meios de comunicação, próprios ou não (página na INTERNET, boletim informativo, seção nos jornais locais, horários nas rádios e emissoras de televisão locais, entre outros) os benefícios que a RB gera, assim como seus atributos, objetivos, normas, atividades, programas (Centro de Educação Ambiental, resultados e monitoramentos realizados, entre outros).

9.8) Decodificar e divulgar os resultados das pesquisas para a comunidade da Região da RB.

9.8.1) Divulgar os resultados das pesquisas para o público, em especial para a comunidade, associações, ONGs, órgãos governamentais municipais da Região da RB, adotando linguagem adequada e estratégias apropriadas (cartilhas, palestras etc.).

9.9) Divulgar amplamente o Encontro de Pesquisadores na comunidade científica.

9.10) Divulgar junto às Universidades, Centros de Pesquisa e ONGs, as oportunidades de pesquisa existentes na RB, com o propósito de aumentar o número de pesquisadores interessados na UC.

- Nas atividades de divulgação, devem estar incluídas informações sobre a RB, suas instalações, normas, prioridades de pesquisa e apoio oferecido aos pesquisadores.
- A divulgação poderá ser realizada através de *folders*, palestras ou mala direta a ser veiculada nas Universidades, Centros de Pesquisa e ONGs.

Administração

10) Completar quadro de pessoal para desempenhar funções na RB, conforme os dados detalhados no QUADRO 4.7.

QUADRO 4.7 – Quadro de pessoal atual e desejado na RB

Cargo/Função	Quantidade		Setor	Vínculo Institucional/Procedência
	Atual	Desejada		
Chefe da RB	01	01	Administrativo	IBAMA
Técnico Ambiental	05	15	Proteção	IBAMA
Técnico Administrativo	02	03	Administrativo	IBAMA
Auxiliar de serviços gerais/ manutenção	03	04	Administrativo	Contratação de serviços
Analista Ambiental	03	03	Técnico	IBAMA
Chefe da Brigada	00	01	Proteção	IBAMA / PREVFOGO
Brigadistas	00	14	Proteção	IBAMA/ concessão de serviços
Vigilantes	02	04	Proteção	Contratação de serviços
Técnico de nível superior especialista em Educação Ambiental	00	01	Educação Ambiental	Contratação de serviços
Estagiários do Programa de Educação Ambiental	00	02	Educação Ambiental	Contratação de serviços
Técnico de nível superior especialista em comunicação social comunitária	00	01	Integração Externa	Contratação de serviços

- Os funcionários tercerizados e aqueles cedidos de outras instituições estarão subordinados à Administração da RB.

- Os funcionários necessários para completar o quadro funcional da RB podem ser oriundos de redistribuição de funcionários do IBAMA, de outros órgãos públicos federais ou ainda aqueles cedidos por concessionários, prefeituras, ONGs e outras organizações, desde que estejam legalizados através de parceria formal.
- 10.1) Manter e ampliar a contratação dos serviços temporários para atender demandas específicas, tais como: manutenção e limpeza das instalações, vigilância patrimonial, manutenção de equipamentos e rede de informática e manutenção de veículos.
 - 10.2) Estabelecer um Programa de estágios e voluntariado para a RB.
 - 10.2.1) Oferecer vagas para estagiários e voluntários, e identificar meios para que desenvolvam as atividades ligadas a educação ambiental e/ou pesquisa, atividades de alimentação da base de dados do sistema de monitoramento, sistematização das pesquisas, entre outras.
 - Os estagiários e voluntários poderão desenvolver atividades de educação ambiental, integração com a comunidade do entorno e atendimento ao público, sob a coordenação do responsável pela atividade na RB.
 - Os estagiários poderão acompanhar projetos de pesquisa desenvolvidos na RB, quando houver necessidade e quando for de interesse para o pesquisador responsável.
 - Deverá ser realizado um termo de cooperação técnica/convênio com as instituições que os estagiários e voluntários estejam ligados.
- 11) Promover a capacitação periódica dos funcionários da RB, em especial nos seguintes temas: relações públicas, legislação ambiental, ecologia e conservação dos recursos naturais, cartografia, utilização de GPS (*Global Positioning System*), geoprocessamento, educação ambiental, informática, captação de recursos e primeiros socorros.
 - 11.1) Fazer gestão junto às diretorias do IBAMA para a inclusão dos funcionários da RB nos cursos de capacitação promovidos pela instituição.
 - 11.2) Organizar e realizar seminário interno para a apresentação aos funcionários e internalização do Plano de Manejo da RB.
 - 12) Legalizar as cooperações e parcerias atuais com instituições, tais como: Batalhão Florestal, ONGs, universidades, centros de pesquisa, prefeituras municipais e Consórcio da Bacia do Rio São João.
 - 12.1) Legalizar e formalizar a parceria com a AMLD, e estabelecer atribuições, direitos e deveres do IBAMA e desta Associação.
 - 12.2) Restabelecer parceria com o Comando da Base Aero-Naval de São Pedro da Aldeia para que seja realizado um sobrevôo mensal, com a participação do chefe da RB, visando contribuir para a fiscalização da Reserva.
 - 12.3) Desenvolver ações legais, junto a Prefeitura de Silva Jardim, no sentido de remover as ossadas do cemitério existente no interior da RB após ouvir as famílias envolvidas.
 - 13) Captar e destinar recursos financeiros para o gerenciamento da RB.

- 14) Retirar manilhas de cimento abandonadas na RB, localizadas na entrada da Trilha Portuense, do outro lado da Estrada Principal e no entroncamento da Estrada Principal com a Casa dos Pesquisadores.

Infra-estrutura

- 15) Reativar o funcionamento e reformar a Casa dos Pesquisadores, visando melhorar sua infra-estrutura e aumentar a segurança.

15.1) Transferir a administração da Casa dos Pesquisadores para o IBAMA.

- Deverão ser levadas em consideração as seguintes diretrizes na reforma aqui propostas:
- Deverá ser resolvido o problema da falta de água e luz na casa.
- O lixo gerado no local seja acondicionado adequadamente e retirado pelos pesquisadores.
- O local deverá ser dotado de um sistema de fossa séptica e filtro.
- No local deverá ser instalada uma torre de transmissão para rádio e/ou telefone.
- O gerador deverá ser substituído devido à poluição resultante.
- Deverá ser construído e equipado um laboratório na casa.

- 16) Reformar a construção denominada “Casa dos Morcegos”, viabilizando o seu uso para pesquisa.

Apoio à pesquisa

- 17) Disponibilizar o Alojamento, a Casa dos Pesquisadores e o laboratório para os pesquisadores.

- O uso do alojamento, da Casa dos Pesquisadores e também do laboratório deverá ser programado antecipadamente.
- Deve ser feito o controle e registro do uso do laboratório e dos equipamentos nele presentes, bem como dos materiais utilizados e/ou mantidos no local.
- Os pesquisadores serão responsáveis pelo bom uso das instalações e equipamentos que utilizarem durante as atividades de pesquisa na RB.
- Os pesquisadores deverão providenciar suas próprias roupas de cama e banho, assim também como os gêneros alimentícios de que farão uso durante a sua permanência na RB.

17.1) Solicitar a todos os pesquisadores um cronograma de atividades constando dia / período do dia / local / atividade de realização de sua pesquisa científica dentro da RB.

- Sempre que houver necessidade, a RB auxiliará as atividades de pesquisa desenvolvidas.
- Na medida do possível, as atividades de pesquisa, desenvolvidas no interior da RB, deverão ser acompanhadas por um funcionário da RB.

- 18) Identificar e informar aos pesquisadores os riscos potenciais de acidentes no interior da RB.
 - 18.1) Fornecer, aos pesquisadores, informações sobre como proceder em caso de acidentes, incluindo os locais para onde devem ser encaminhados os acidentados.
- 19) Estabelecer convênios e Acordos de Cooperação Técnica com instituições que possam colaborar no monitoramento da RB.
 - Estes acordos e convênios deverão ser articulados junto com as ações de integração externa, pesquisa e proteção/manejo.

AGGI Pesquisa e Monitoramento

- 1) Manter cadastro e registro de todas as pesquisas já desenvolvidas e em andamento na RB.
 - 1.1) Manter organizado, em meio digital, o arquivo com o registro das pesquisas já realizadas e as que estão em andamento na RB.
 - O arquivo com o registro das pesquisas já realizadas e as que estão em andamento deverá ser organizado em meio digital e atualizado periodicamente.
 - Deverá fazer parte deste arquivo informações sobre todos os pesquisadores envolvidos com as atividades de pesquisa dentro da RB.
- 2) Sistematizar as informações sobre a RB através de relatórios e artigos dos pesquisadores.
 - Deverão ser mantidas cópias de todas as teses, dissertações, monografias e publicações relativas à RB, assim como os relatórios das pesquisas nela desenvolvidas.
 - Todo o material sistematizado sobre as pesquisas desenvolvidas na RB deverão ser depositados em local exclusivamente destinado a este fim.
- 3) Manter um funcionário encarregado de coordenar todas as atividades de pesquisa científica na RB.
 - Este funcionário será responsável pelo cadastro das pesquisas e seus responsáveis, das autorizações e licenças, cobrança dos relatórios, sistematização das informações sobre a RB e pela guarda e utilização do acervo bibliográfico.
 - O funcionário será responsável pelo fornecimento aos pesquisadores dos resultados e outras informações já disponíveis relativas ao assunto da pesquisa a ser realizada.
 - O funcionário deverá zelar para que todos os estudos e pesquisas autorizadas sejam georeferenciados, para sua incorporação no SIG da RB.
 - Os pesquisadores deverão ser informados de que, na medida do possível, devem geo-referenciar a(s) área(s) de estudo.
- 4) Identificar, priorizar e incentivar a criação de novas linhas de pesquisa orientadas para o manejo da RB.

- 4.1) Promover reuniões, encontros ou seminários para identificar novas linhas de pesquisa.
 - Todas as pesquisas que serão desenvolvidas na área da RB deverão ser autorizadas pelo IBAMA.
 - As pesquisas científicas desenvolvidas na RB não poderão colocar em risco a sobrevivência das espécies integrantes dos ecossistemas protegidos.
 - Todo pesquisador deve assinar um termo de responsabilidade ao realizar trabalho na RB.
 - Todas as pesquisas devem obedecer às normas de bioética.
- 5) Priorizar e apoiar as pesquisas que subsidiarem o manejo e o plano de manejo da RB.
 - 5.1) Solicitar aos pesquisadores as recomendações de manejo relativas à pesquisa desenvolvida na RB.
- 6) Avaliar as áreas da RB com maior concentração de estudos e aquelas que carecem de informações.
 - 6.1) Discutir com as instituições atuantes na RB sobre as áreas que carecem de estudos.
- 7) Priorizar junto às instituições de pesquisa, estudantes de mestrado e doutorado, pesquisas e estudos necessários para o manejo da RB, principalmente:
 - Expansão do conhecimento qualitativo e quantitativo da avifauna da RB e Zona de Amortecimento.
 - Ampliação do conhecimento acerca do efeito da sazonalidade sobre a composição da avifauna.
 - Aumento do conhecimento acerca do nível da dependência da avifauna com as diversas fitofisionomias encontradas na RB.
 - Quantificação do papel do Rio São João e de seus ambientes associados para a riqueza da avifauna da RB.
 - Dimensionamento da composição das espécies remanescentes de aves do solo da floresta.
 - Avaliação da composição e distribuição por guildas de aves de rapina.
 - Reconhecimento e estimativa das populações de grandes onívoros e frugívoros de copa.
 - Avaliação da composição e espacialização dos insetívoros de tronco.
 - As espécies de aves consideradas prioritárias para futuras pesquisas, considerando seu *status* de conservação, a falta de informações bibliográficas e a facilidade de detecção em campo e de captura/marcação/recaptura, são *Ramphodon naevius*, *Phaethornis idaliae*, *Thalurania glucopis*, *Myrmotherula unicolor*, *Conopophaga melanops*, *Ornithion inerme*, *Myiornis auricularis*, *Hemitriccus orbitatus*, *Todirostrum poliocephalum*, *Pipra rubrocapilla*, *Dixiphia pipra*, *Sporophila collaris* e *Oryzoborus angolensis*.

- Promoção de estudos que viabilizem a reintrodução de espécies extintas na RB, como o queixada *Tayassu pecari*, a onça-pintada *Panthera onca*, veados *Mazama spp.* e o rato-do-mato *Oecomys concolor*.
- Realização de levantamento entomológico, visando aumentar a lista preliminar de insetos da RB.
- Realização de estudos para a identificação das espécies de plantas utilizadas para a reprodução do lepidóptero *Thysania agrippina*.
- Realização de estudos para a identificação das espécies de plantas utilizadas para a reprodução do lepidóptero *Gonodonta ditissima*.
- Realização de estudos sobre a distribuição espacial e temporal de *Parides ascanius* na RB, incluindo um mapeamento de seus habitat na Reserva.
- Estimativa da população de *Parides ascanius* na RB.
- Realização de estudos de espécies miméticas de *Parides ascanius*, como a espécie *Mimoides lysithous harisianus*, visando diagnosticar a condição atual de suas populações na RB.
- Realização de estudos sobre as populações de *Aristolochia macroura* na RB.
- Realização de levantamento de espécies de orquídeas, bromélias e samambaias, principalmente na Trilha Portuense.
- Realização de estudos das populações de anfíbios, com ênfase na identificação de novas ocorrências, sobretudo na Trilha Portuense.
- Realização de estudos com a espécie vegetal taquara, importante para a conservação de espécies especialistas em taquaras, tais como a pomba *Claravis godefrida* e a cigarra-bambu *Haplospiza unicolor*.
- Realização de levantamento de espécies exóticas, tais como bambu, jaqueira, dendê, bananeira, laranja e jambo, e de suas relações ecológicas, visando a retirada e/ou controle destas espécies.
- Apoio a estudos sobre os impactos de espécies exóticas na RB.
- Realização de estudo para remoção das espécies exóticas na RB.
- Desenvolvimento de estudos de ecologia da paisagem que levem em consideração a fragmentação da vegetação da Zona de Amortecimento e a possibilidade de formação de corredores ecológicos.
- Desenvolvimento de estudos de avaliação do impacto da fragmentação nos remanescentes dos ecossistemas presentes na UC.
- Realização de estudos que subsidiem a recuperação das áreas degradadas da RB.
- Realização de estudos sobre regeneração das principais espécies vegetais.
- Implementação de estudos de regeneração das principais espécies florestais da RB, de forma a subsidiar a proteção destas espécies.

- Inventário de espécies vegetais existentes no entorno das áreas degradadas da RB, fornecendo subsídios para a seleção de espécies e recuperação da cobertura vegetal.
 - Identificação de áreas prioritárias para revegetação, em função de possibilidades de erosão, ocorrência de incêndios, modificação dos recursos hídricos, entre outras.
 - Desenvolvimento de estudo para a determinação da capacidade de suporte da trilha interpretativa, após sua reformulação.
- 8) Estabelecer vínculos formais com as universidades e instituições de pesquisa que já desenvolvem pesquisas na RB e com aquelas que se mostrem interessadas.
- Estas parcerias deverão ser formalizadas através de termos de cooperação técnica.
- 9) Incentivar periodicamente o “Encontro de Pesquisadores” da RB.
- 9.1) Levantar recursos financeiros juntos a parceiros para a realização do Encontro de Pesquisadores na RB.
- 10) Captar e destinar recursos financeiros para execução das pesquisas consideradas prioritárias para a RB.
- Esta atividade deverá ser realizada com a colaboração das instituições de pesquisa que serão responsáveis pelo trabalho.
- 11) Promover a integração deste Programa de Pesquisa com o de Educação Ambiental da RB.
- 12) Elaborar material de divulgação científica (por exemplo, boletim).
- 13) Instituir **Programa de Monitoramento** para a RB, com o objetivo de integrar todas as atividades desenvolvidas na UC, através dos resultados obtidos ao longo do tempo, além de subsidiar a avaliação da implementação do Plano.
- As rotinas deverão prioritariamente incluir as áreas abrangidas pela Zona de Recuperação da RB, bem como as áreas susceptíveis ao fogo, áreas abertas utilizadas por pesquisadores, as margens dos rios limítrofes, os portos, as áreas estratégicas, a Torre de Incêndio I, barragem e reservatório, a área de turfa, a área remanescente cedida pelo contrato n. 5/99, a Gleba B da fazenda Bandeirante Portuense e as demais áreas estratégicas internas e externas.
 - Deverá ser dada prioridade ao monitoramento das atividades conflitantes, tais como caça, pesca, desmatamento, uso do fogo, circulação de trens e manutenção da ferrovia e atropelamentos de animais.
 - As ações de monitoramento deverão ser articuladas com as ações de proteção/manejo, pesquisa e fiscalização.
 - Deverá haver um técnico que exerça a função de coordenador de monitoramento;
- 13.1) Criar, na RB, um banco de dados para o monitoramento.
- Este banco de dados deverá ser criado em conjunto com as ações de pesquisa científica, ocorrência de fogo e prevenção de incêndios.

- 13.2) Estabelecer um conjunto de indicadores para monitoramento da RB.
- A seleção dos indicadores deverá ser realizada em conjunto com instituições, pesquisadores e programas nacionais de monitoramento e gestão.
- 13.3) Monitorar as áreas degradadas para acompanhar seu processo de regeneração natural.
- Esta atividade atentará às zonas de recuperação estabelecidas no zoneamento da RB e às outras áreas selecionadas previamente no interior da Zona Primitiva, abrangendo inclusive as áreas úmidas.
- 13.4) Monitorar a fauna através de técnicas diretas e indiretas.
- O monitoramento da fauna da RB poderá ser feito com o uso de fichas, que entre outras informações, registre a forma de detecção dos animais (visualização direta, vocalização, rastro, fezes ou entrevistas) e a presença de armadilhas, por exemplo.
 - Esta atividade poderá envolver o pessoal da fiscalização e pesquisadores.
- 13.5) Monitorar o aparecimento e os efeitos das espécies exóticas, como, por exemplo, *Achatina fulica*.
- 13.6) Avaliar os impactos negativos sobre as trilhas mais utilizadas, tais como Portuense, Pelonha, Rodolfo Norte, Rodolfo Sul e Trilha Interpretativa Boi Branco.
- 13.7) Avaliar e monitorar os impactos negativos da BR-101, da ferrovia e das demais estradas, assim como dos dutos sobre a RB.
- Toda a extensão das vias dentro da área da RB deverá ser vistoriada, pelo menos duas vezes por semana, através de deslocamentos à pé ou de bicicleta registrando todos os animais mortos ou feridos.
 - Deverão ser coletados dados sobre o atropelamento de animais nas rodovias, ferrovia e estrada.
 - Toda ocorrência deverá ter registrada sua localização (GPS), posição na rodovia, data e horário do registro, espécie, sexo e faixa etária do animal e, sempre que possível, deverá haver o registro fotográfico e o aproveitamento da carcaça (preparação de material para coleção).
 - Deverá ser verificada ao longo da ferrovia, rodovia e dutos, a deposição de resíduos de todos os tipos.
 - Deverão ser registrados todos os tipos de acidentes na BR-101 e nas estradas vicinais.
- 13.8) Avaliar o impacto do uso de “cachos de banana” no interior da RB para atrair os micos-leões-dourados durante a realização de pesquisas, assim como de outros atrativos sobre os vários grupos de fauna.
- 13.9) Monitorar as condições meteorológicas.
- 13.10) Monitorar a frequência, intensidade e efeitos das queimadas e incêndios florestais.

- Esta atividade deverá ser desenvolvida em conjunto com as ações de proteção e com subsídios do Programa de Prevenção e Combate a Incêndios.
- Realizar projeto específico de pesquisa, estabelecendo os métodos e critérios para o seu manejo e/ou eliminação no interior da RB.

AGGI Educação Ambiental

- 1) Desenvolver um **Programa de Educação Ambiental** para a RB, com o objetivo geral de integrar a UC com as comunidades da Região, de forma a fortalecer a conscientização sobre a importância da conservação dos recursos e das espécies em extinção e incentivar o uso e o manejo dos recursos naturais na Zona de Amortecimento com práticas conservacionistas no que se refere aos recursos hídricos e solo.
 - O Programa de Educação Ambiental será coordenado pela chefia da UC, podendo ser desenvolvido e executado com a colaboração de entidades com objetivos compatíveis aos da RB.
 - O programa deverá priorizar os objetivos da RB, contribuindo para o cumprimento de seus objetivos, bem como para o reconhecimento de sua importância pela comunidade.
 - As atividades de educação ambiental deverão ser desenvolvidas mediante o uso de todos os meios de comunicação disponíveis, que despertem interesse do público pela conservação da área da RB.
 - A visita à RB somente será permitida com fins de educação ambiental e de pesquisa científica.
 - A visita à RB poderá ser de dois tipos: agendada antecipadamente e ocasional controlada.
 - A visita de grupos escolares e universitários deverá ser agendada antecipadamente através do envio de um ofício ao IBAMA.
 - A visita agendada antecipadamente inclui o atendimento no Centro Educativo da RB e na Trilha Interpretativa Boi Branco.
 - A visita ocasional ocorrerá no Centro Educativo.
 - A visita ocasional poderá ser realizada também na trilha interpretativa quando houver a possibilidade de que um funcionário da RB possa acompanhá-la durante todo o tempo de sua duração.
 - O número de visitantes ocasionais será triado na guarita da RB, com entrega de material informativo, principalmente nos primeiros meses do ano, quando há maior demanda.
 - A visita de grupos escolares só poderá ser realizada mediante a presença do professor responsável.
 - A visita de grupos escolares deverá limitar-se a 25 alunos. Quando a turma tiver um número superior a 25 alunos, o grupo deverá ser dividido e atendido separadamente. Um grupo deverá visitar a trilha interpretativa, enquanto o outro será levado ao Centro Educativo.

- A visitação de grupos universitários, do país ou do exterior, ocorrerá uma vez ao mês, para um grupo de no máximo 20 alunos.
- A visitação de grupos universitários sempre deverá ser acompanhada por um funcionário da RB.
- Deverá ser solicitado à universidade interessada que utilize veículo próprio, de preferência um microônibus e não maior que este, para transporte do grupo até à RB e para que o mesmo seja utilizado durante a visita ao seu interior.
- A visitação de grupos universitários deve incluir uma palestra do IBAMA no Centro Educativo.
- A visita de grupos universitários poderá atender a objetivos específicos, em função do curso e do tempo disponível, que requeiram a observação direta no campo de vários aspectos, entre os quais, grupos de micos-leões-dourados, áreas degradadas, plantios de revegetação, interação da RB com a Zona de Amortecimento, flora etc.
- A visita de grupos universitários poderá, dependendo dos seus objetivos e da disponibilidade de funcionários da RB, contemplar a visita a algumas trilhas da RB, a barragem de Juturnaíba e a área onde está localizada a Torre de Incêndio II.
- Os visitantes deverão ser informados previamente de todas as normas e procedimentos a serem adotados.
- Os visitantes serão alertados para levarem o lixo produzido até o local destinado a esse fim.
- Os visitantes serão alertados da proibição na utilização de caminhos alternativos na trilha.

1.1) Proporcionar apenas atividades guiadas na trilha interpretativa.

- A linguagem a ser adotada durante a visitação guiada deverá ser compatível com o público-alvo.
- Ao final de cada visita será entregue aos visitantes um questionário adequado ao grupo, visando o conhecimento de sua opinião sobre a experiência vivenciada durante a visita na RB.

1.2) Identificar parceiros, entre as ONGs, os órgãos governamentais dos municípios e universidades, abrangidos pela Região da RB para a elaboração e implantação do Programa de Educação Ambiental.

1.2.1) Apresentar e discutir o Programa de Educação Ambiental com os parceiros existentes.

1.3) Estruturar o Programa de Educação Ambiental visando abranger, entre outros, os seguintes temas:

- A importância da existência de espaços protegidos e seu papel para o cumprimento dos objetivos nacionais de conservação.
- Histórico de criação da RB e seus objetivos.
- Importância que a RB representa no contexto regional, estadual e nacional (remanescente da Mata Atlântica).

- Problemas da RB e da região decorrentes do uso e ocupação do solo e dos recursos naturais.
 - Conhecimento da RB através das pesquisas científicas.
 - A questão ambiental deve ser tratada no Programa de forma multidisciplinar;
 - O Programa de Educação Ambiental e as atividades relacionadas, que estejam sendo realizadas ou que já tenham sido executadas, serão consideradas pelo Programa de Educação Ambiental a ser implantado na RB.
 - Na estruturação do Programa de Educação Ambiental deverão ser definidos e/ou levados em consideração, além das áreas temáticas, os objetivos específicos, o público-alvo, os meios de comunicação, os resultados esperados e indicadores.
- 2) Implementar o Núcleo de Educação Ambiental da RB.
- 2.1) Dotar a RB de equipe especializada em atividades de educação ambiental.
- 2.2) Capacitar e treinar os funcionários, voluntários, parceiros e estagiários para atuarem na implementação do Programa de Educação Ambiental.
- A chefia da RB será o responsável exclusivo pela criação e gestão do Núcleo de Educação Ambiental.
 - A Chefia da RB poderá implementar parcerias para o desenvolvimento das ações do Núcleo.
- 3) Desenvolver um projeto permanente de avaliação de percepção/cognição do público-alvo do Programa de Educação Ambiental sobre todas as questões trabalhadas durante a visita a RB.
- O questionário será um dos instrumentos de avaliação dos participantes.
- 3.1) Manter, no Núcleo, um registro atualizado de todos os visitantes e participantes do Programa de Educação Ambiental da RB.
- 4) Definir estratégias de avaliação dos resultados esperados do Programa de Educação Ambiental.
- 5) Produzir material de divulgação do Programa de Educação Ambiental da RB, divulgando seus objetivos, atividades, horários, número de participantes e público-alvo e contato.
- 6) Produzir material educativo para as atividades de educação ambiental que, entre outros aspectos, aborde a RB e sua Região.
- 6.1) Produzir material informativo/educativo voltado para a questão de incêndios.
- 6.2) Produzir material informativo/educativo para a questão do aprisionamento de animais silvestres.
- 7) Elaborar programa de exposições itinerantes, voltado prioritariamente à Região da RB.
- 8) Elaborar material interpretativo (fotos, slides etc.) sobre as áreas e os recursos naturais da RB que não podem ser visitados ou vistos pelo público, explicando, entre outras coisas, sua importância para a conservação e a razão de não poderem ser visitados. A Trilha da Casa dos Morcegos pode servir para este fim. A formação

presente nesta área permite a divulgação das características do ecossistema, o conhecimento de espécies de orquídeas e bromélias, típicas do ambiente e que fornecem recursos à fauna.

- Estes materiais deverão ficar expostos no Centro Educativo da RB.
- 9) Criar campanhas de sensibilização voltadas para a comunidade da Região da RB, visando seu envolvimento na proteção da UC.
- A população deve ser orientada para fazer denúncias telefônicas, quando for de seu conhecimento qualquer tipo de contravenção ambiental. As denúncias serão feitas através da Linha Verde do IBAMA pelo telefone 0800618080 ou e-mail: linhaverde@ibama.gov.br, não sendo necessário identificar-se;
 - A Linha Verde será divulgada em todos os materiais que constituírem o sistema de comunicação visual da RB e em todos os meios de divulgação e educação desenvolvidos para a mesma.
- 9.1) Realizar campanhas anuais contra incêndios florestais, priorizando a época que antecede ao período crítico de sua ocorrência.
- 9.2) Realizar campanhas de divulgação contra o aprisionamento de animais silvestres e sobre a importância da RB para a conservação e conhecimento da biodiversidade.
- 10) Solicitar ao IBAMA cópias de vídeos educativos que abordem temas, tais como água, lixo, conservação e proteção de espécies, entre outros.
- 11) Organizar e divulgar calendário de eventos abertos ao público, que tenham como objetivo a conscientização ambiental.
- Estes eventos devem ser preferencialmente realizados nas principais datas comemorativas relacionadas ao meio ambiente e a cultura regional.

4.7.1.2. – Ações Gerenciais Gerais Externas (AGGE)

AGGE Proteção e Manejo

- 1) Efetivar e intensificar a fiscalização na Zona de Amortecimento priorizando:
 - O combate à caça e ao desmatamento.
 - O controle de atividades poluentes nas propriedades no entorno imediato.
 - O cumprimento de exigências ambientais e legislação relativa às APPs, uso de agrotóxicos, Reservas Legais, entre outras.
- Os Técnicos Ambientais deverão observar as Leis Ambientais vigentes, apresentando, no final do período, as fichas de controle das atividades mais relevantes observadas.
 - Deverão constar na ficha de controle informações, tais como: material apreendido, volume, quantidade e instrumentos legais lavrados (autos de infração, termos de apreensão e depósito), entre outros.
 - As informações coletadas deverão ser sempre georreferenciadas e, quando se tratar de apreensão de animais e recursos florestais, indicada a origem dos mesmos.

- 2) Verificar o cumprimento, por parte das propriedades vizinhas, das normas ambientais e de uso e ocupação do solo da Zona de Amortecimento:
 - As ações de fiscalização, na ZA, deverão ser integradas com aquelas de mesma natureza desenvolvidas pela APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado.
 - A fiscalização atentará para os aspectos das normas de uso da Zona de Amortecimento, estabelecidos neste Plano e na legislação pertinente.
 - A fiscalização terá, sempre que possível, uma abordagem educativa e de orientação.
 - A Zona de Amortecimento da RB deverá ser percorrida por uma equipe de fiscalização com frequência pelo menos mensal.
- 3) Acompanhar criadouros de espécies exóticas na Zona de Amortecimento da RB.
- 4) Fiscalizar as atividades dentro das RPPN's localizadas na Zona de Amortecimento da RB.
- 5) Divulgar o Roteiro Metodológico para a elaboração de Plano de Manejo para RPPNs, do IBAMA (2004).
- 6) Incentivar as RPPNs para que elaborem seus Planos de Manejo.
- 7) Estabelecer um programa para efetivação das Reservas Legais nas propriedades localizadas na Zona de Amortecimento e fiscalizar estas áreas regularmente.
 - O programa deverá divulgar as normas e legislações pertinentes para o estabelecimento de Reservas Legais.
 - Este programa deverá ser viabilizado através de parceria com Universidades e Instituições similares, dentro da proposta de realização de atividades de extensão, observando-se corredores ecológicos e áreas prioritárias para a conectividade de fragmentos.
 - O Ministério Público poderá ser chamado para efetuar um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC entre os proprietários rurais e o IBAMA, para fins de regularização da situação face ao Código Florestal, sempre que necessário.
- 8) Articular, com outras instituições estaduais, municipais e proprietários, a proteção de áreas identificadas fora da RB como de interesse para conservação, para criação de UCs ou seu reconhecimento em RPPNs, a saber:
 - Áreas prioritárias para a conexão entre fragmentos que garantam o fluxo gênico de espécies residentes na RB.
 - Áreas externas que servem potencialmente para dessedentação, reprodução ou sobrevivência, de um modo geral, da fauna.
 - Áreas ou propriedades de potenciais parceiros para a incorporação em programas de conservação ambiental.
- 9) Elaborar e implantar projeto de recuperação das margens dos Rios Aldeia Velha e São João, priorizando as margens erodidas. Este projeto será elaborado pelo

IBAMA e seguirá as seguintes recomendações:

- 9.1) Envolver os proprietários nas ações de recuperação e proteção das áreas de preservação permanente.
 - 9.2) Desenvolver campanhas junto às propriedades rurais e assentamentos para a conscientização da necessidade da recomposição das margens de todos os cursos d'água.
 - 9.3) Recompôr as margens destes rios com espécies florestais, arbustivas e arbóreas nativas, na tentativa de restaurar a composição original.
- 10) Informar aos proprietários das áreas de preservação permanente acerca do seu *status* de proteção e a necessidade da sua recuperação e manutenção.
 - 11) Elaborar Programa de Recomposição de Matas Ciliares.
 - Para a realização destas atividades os estudantes serão conduzidos por um professor orientador e receberão treinamento específico para as mesmas.
 - Os levantamentos realizados servirão de base para o estabelecimento dos TAC.
 - As propostas de manejo dos recursos naturais deverão ter embasamento científico e serem condizentes com os princípios de conservação adotados para a categoria de manejo em questão.

AGGE Operacionalização

- 1) Exigir cumprimento da legislação vigente com relação a obrigatoriedade de consulta ao órgão que administra a RB, para que todo e qualquer licenciamento na Zona de Amortecimento seja enviado para parecer da Chefia da RB.
- 2) Acompanhar as condicionantes de licenciamento de empreendimentos que venham a ser propostos para a ZA.
- 3) Acompanhar o cumprimento das medidas mitigadoras constantes nas licenças de implantação e operação de empreendimentos, na ZA.
- 4) Acompanhar a aplicação de recursos oriundos de medidas compensatórias destinados à RB.
- 5) Estabelecer parceria formal com Batalhão Florestal para apoio a ações de fiscalização rotineiras na ZA.
- 6) Estabelecer parceria formal com a Base Aeronaval de São Pedro da Aldeia para participação em vôos rotineiros de instrução, visando maior efetividade nas ações fiscalizadoras a Região da RB.
- 7) Estabelecer parcerias formais com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e/ou de Agricultura para apoio nas ações de fiscalização na Região da RB.
- 8) Buscar apoio das Universidades e órgãos de extensão para a elaboração do projeto de recuperação das margens dos Rios Aldeia Velha e São João.
 - 8.1) Identificar órgãos financiadores e apresentar o projeto.
 - 8.2) Captar recursos através de associações e ONGs.

- 9) Firmar Acordos de Cooperação com o INCRA e as Prefeituras Municipais para a proteção da Zona de Amortecimento.
- 10) Estabelecer com Universidades e outras Instituições afins, protocolo de cooperação técnica para implantação de trabalhos de extensão.

AGGE Educação Ambiental

- 1) Desenvolver, com apoio das secretarias municipais da Região da UC, campanhas de aproveitamento dos resíduos orgânicos oriundos das culturas.
- 2) Desenvolver, com apoio das secretarias municipais da Região da RB, campanhas de reciclagem do lixo.
- 3) Promover campanhas, junto aos produtores rurais da Região da RB, prevenindo danos ambientais.
 - Orientá-los quanto aos riscos do uso de agrotóxicos e herbicidas para os recursos naturais e para sua própria saúde.
- 4) Realizar parceria com órgão de extensão rural, para realizar campanhas de uso de defensivos agrícolas.
- 5) Desenvolver atividades educativas e preventivas de incêndios na Zona de Amortecimento da RB:
 - 5.1) Orientar os agricultores sobre a prática das queimadas, enfatizando os danos que a mesma acarreta ao meio ambiente, reiterando a necessidade de solicitarem licença com antecedência ao IBAMA, para procederem às queimadas.
 - 5.2) Fazer gestão junto ao órgão de extensão rural para divulgação dos procedimentos necessários para o uso das queimadas, bem como outras técnicas alternativas ao uso do fogo.
 - 5.3) Solicitar à EMBRAPA e ao PREVFOGO folhetos informativos sobre o uso correto do fogo, bem como normas para a realização de queimadas e fazer divulgação dos mesmos na Região da RB.
 - 5.4) Desenvolver campanhas junto às propriedades rurais e assentamentos para a conscientização da necessidade da recomposição das margens de todos os cursos d'água.
- 6) Desenvolver folheto sobre a proibição da caça, coleta de material biológico e extração de madeira no interior da RB.
- 7) Realizar reuniões periódicas com as comunidades da Região da RB, abordando temas específicos de interesse da RB.
 - As reuniões devem aproveitar os eventos comemorativos locais, para atingir o maior público possível.
- 8) Envolver os proprietários nas ações de recuperação e proteção das áreas de preservação permanente.
- 9) Informar aos proprietários das áreas de preservação permanente a cerca do seu *status* de proteção e a necessidade de sua recuperação e manutenção.

- 10) Divulgar o Plano de Manejo da Reserva Biológica de Poço das Antas junto às comunidades da Zona de Amortecimento.
- As divulgações poderão ocorrer por meio de mídia falada ou escrita, em reuniões abertas à comunidade e em reuniões técnicas a serem agendadas com as comunidades abrangidas pela Zona de Amortecimento;
 - Esclarecer, em especial, os limites e as normas de uso e ocupação do solo, estabelecidos por esse instrumento, e o amparo legal para o controle dessa área pelo IBAMA.
 - Essas reuniões deverão ocorrer em até 03 meses após a aprovação do plano.
- 11) Distribuir o Resumo Executivo do Plano de Manejo a interessados, tais como professores, pesquisadores, bibliotecas, diversas ONGs e organizações governamentais, prefeituras, doadores, visitantes ilustres, etc.
- 12) Divulgar a Lei do SNUC como legislação que garante ao IBAMA o controle ambiental na Zona de Amortecimento das Unidades de Conservação.
- 12.1) Distribuir exemplares da referida lei nas prefeituras, órgãos oficiais, sindicatos e associações, dentre outros.
- 13) Desenvolver um programa de educação ambiental para a Zona de Amortecimento.
- O programa deverá especificar o público alvo a ser atingido, contemplando, especialmente, os proprietários e os alunos das escolas da Região da RB.
 - Esse programa deve fornecer ao público alvo informações sobre a RB, tais como seu objetivo, seus atributos naturais, sua importância para a conservação da biodiversidade local, regional e nacional, os tipos de problemas que enfrenta e as soluções que estão sendo adotadas para contorná-los, entre outros.
 - A linguagem adotada deverá ser compatível com o público alvo, utilizando-se de todos os meios de comunicação disponíveis, de forma a despertar o interesse do mesmo na conservação da RB.
 - Como forma de conscientização ambiental da população da ZA, deverão ser elaboradas cartilhas para a divulgação de práticas de saneamento básico, disposição e armazenamento de lixo.
- 14) Produzir e distribuir livreto com a legislação ambiental aplicável à RB e à Zona de Amortecimento.
- 14.1) Reunir toda a legislação necessária à composição de tal livreto.
- 15) Colaborar no treinamento e capacitação de pessoal e professores da rede escolar em educação ambiental, enfocando temas relacionados com a problemática ambiental regional.
- 16) Identificar, apoiar e participar de eventos educativos na Zona de Amortecimento da RB.
- 17) Promover a formação de associações de defesa da RB, nos municípios da Região.

AGGE Integração Externa

- 1) Estabelecer termo de cooperação com as prefeituras da Região da RB, visando reforço de pessoal, em especial, para desenvolver serviços gerais.
- 2) Envolver outros órgãos de fiscalização da União, do Estado e dos municípios em operações especiais na RB e na sua Zona de Amortecimento.
 - 2.1) Incentivar a criação de um Destacamento Florestal (polícia) na Região da RB.
 - 2.2) Estabelecer e formalizar a parceria atual com o Corpo de Bombeiro de Casimiro de Abreu, Macaé, Cabo Frio, Magé e Alto da Boa Vista.
- 3) Estabelecer parcerias com movimentos sociais, universidades e prefeituras, para desenvolver atividades de educação ambiental e agricultura sustentável na ZA da RB.
- 4) Estabelecer negociações para a criação de um mosaico de UCs na Baixada Litorânea Norte, englobando as UCs federais, estaduais e municipais, atuais e futuras.
 - O mosaico de UCs será reconhecido em ato do Ministério do Meio Ambiente.
 - O mosaico deverá dispor de um conselho, com caráter consultivo e a com a função de atuar como instância de gestão integrada das UCs que o compõem.
 - O conselho do mosaico será presidido por um dos chefes das UCs, e sua escolha será feita pela maioria simples de seus membros.
- 5) Firmar termos de cooperação técnica com universidades, EMATER e prefeituras da Região da RB, para implementação de assistência técnica às atividades agrícolas em geral.
- 6) Estabelecer parcerias com as universidades e centros de pesquisa para que sejam desenvolvidos estudos nas propriedades rurais lindeiras à RB, visando à identificação e posterior orientação do manejo agropecuário utilizado.
- 7) Divulgar, junto aos órgãos estaduais e municipais, o Plano de Manejo, seus limites, normas e usos permitidos na Zona de Amortecimento.
- 8) Incentivar a criação de RPPN e outras categorias de Unidades de Conservação na Zona de Amortecimento.
- 9) Sensibilizar os municípios do entorno para a concepção de programas dedicados às necessidades das populações locais.
 - 9.1) Promover, em conjunto com os municípios e organizações afins, programas que contemplem a conservação de solos, a agricultura orgânica, o controle no uso de agrotóxicos, o combate aos desmatamentos, a formação de reserva legal, a manutenção de matas ciliares, achados paleontológicos ou arqueológicos, a adequação de estradas e a criação de RPPN.
 - 9.2) Despertar o interesse dos meios de comunicação locais em apoiar o programa e os meios necessários para o atendimento ao público-alvo.
 - 9.3) Buscar, junto à iniciativa privada e ao governo, recursos para viabilizar o programa.

- Nas ações de comunicação, a RB privilegiará a mídia local e utilizará diversos meios, visando informar, tanto as populações do entorno, quanto os visitantes em passagem pela região.
- 10) Desenvolver posturas pró-ativas de modo a articular e integrar a RB nos diversos segmentos sociais do entorno (assentamentos, sindicatos, movimentos sociais e outros)
- 10.1) Articular as atividades deste Plano com as políticas e com os programas e planos locais, regionais, nacionais e internacionais que possam afetá-lo direta ou indiretamente.
- O levantamento destes programas e planos locais, regionais, nacionais e internacionais será atualizado anualmente.
- 11) Criar uma rotina de envolvimento dos proprietários limítrofes com questões diversas da RB, pela qual estarão previstas visitas freqüentes, objetivando, principalmente, os seguintes pontos:
- Evidenciar os benefícios que a RB traz e poderá trazer aos seus vizinhos.
 - Informar os programas da RB para sua Zona de Amortecimento, que envolvem os proprietários, bem como demonstrar a importância de sua adesão.
 - Considerar todas as atividades do Programa de Comunicação Social que envolvam a ZA.
- 12) Desenvolver e implementar um calendário de atividades da RB que inclua os eventos da região.
- 12.1) Manter atualizado o levantamento dos locais e datas de eventos da região, que possam envolver a RB.
- 12.2) Prever o envolvimento anual da RB nos eventos identificados.
- Sempre que possível e adequado, os administradores da RB organizarão exposições e disponibilizarão materiais de divulgação, bem como seus produtos, para os eventos regionais.
- 12.3) Divulgar e atualizar o calendário de atividades da RB nos âmbitos local, regional, nacional e internacional, quando necessário.
- 13) Apoiar a divulgação técnico-científica das pesquisas realizadas na Zona de Amortecimento.
- Os pesquisadores apresentarão seus trabalhos à população local e aos funcionários.
- 14) Incentivar/estimular o apoio dos órgãos de assistência técnica na região.
- 15) Incentivar/estimular o apoio a programas ou projetos de órgãos oficiais.
- 16) Solicitar às prefeituras municipais a manutenção das principais estradas vicinais da Zona de Amortecimento, em especial daquelas utilizadas pela fiscalização da RB.
- 17) Desenvolver, imediatamente, projeto específico, visando a identificação de propostas viáveis para a solução de conflitos entre o IBAMA, o INCRA e a comunidade

assentada/acampada na área.

AGGE Alternativas de Desenvolvimento

- 1) Solicitar ao Programa Nacional de Florestas (PNF), existente na Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), do MMA, a divulgação do Projeto de Florestas Energéticas junto aos municípios da Zona de Amortecimento.
- 2) Divulgar iniciativas de alternativas de uso de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros para o desenvolvimento sustentável.
- 3) Promover o envolvimento de instituições governamentais e não-governamentais, no que se refere à disponibilização de apoio técnico aos proprietários da Zona de Amortecimento, no sentido de estimulá-los a adotarem técnicas agroecológicas.
 - As instituições envolvidas deverão analisar a realidade local, com base nas informações previamente dispostas no Plano de Manejo, de forma a estimular o uso de técnicas mais adequadas à região.
 - As atividades agrícolas deverão dispensar especial atenção à prática e ao uso de queimadas e uso de agrotóxicos e herbicidas.
 - As instituições como EMBRAPA, órgão de extensão, ONGs e Universidades, que trabalham com a questão, deverão ser, preferencialmente, consultadas e envolvidas na prestação deste tipo de serviço.
 - Deverão ser incentivadas técnicas agroecológicas, tais como: adubação verde, adubação orgânica, adubação mineral, uso de defensivos naturais, combinação e rotação de culturas, dentre outras.
- 4) Fazer gestões, junto às prefeituras locais, para a implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável.
- 5) Incentivar iniciativas de aproveitamento de resíduos oriundos de cultivos, como forma de implementação de renda (ex. artesanato com palha de bananeira).
- 6) Incentivar iniciativas de aproveitamento de produtos naturais, tais como taboa, sementes, cipós, bambu e restos de madeira, visando o desenvolvimento do artesanato e produtos de movelaria fina.
- 7) Estimular a implantação de agroindústrias familiares e/ou comunitárias na Região da RB.
- 8) Incentivar a produção de mudas para o programa de fomento florestal e recuperação de áreas degradadas.
- 9) Incentivar o cooperativismo para o desenvolvimento, a melhoria e o aproveitamento das oportunidades oferecidas pela RB, com o apoio das prefeituras municipais.
- 10) Estimular a implementação do ecoturismo e do turismo rural, entre outras categorias, nos municípios da Região da RB, com os seguintes enfoques:
 - Valorização do patrimônio histórico-ambiental e cultural.
 - Desenvolvimento do turismo rural e ecoturismo na Zona de Amortecimento.

- Formas de diversificação e alternativa econômica.
 - Incremento e melhoria dos serviços oferecidos.
- 11) Apoiar os municípios na elaboração e implantação da Agenda 21.
 - As propostas constantes no Plano de Manejo da RB e da agenda 21 devem guardar reciprocidade.
 - A chefia da RB deve acompanhar a implantação da agenda 21 nos municípios da Região da UC.
 - 12) Apoiar a criação de consórcios intermunicipais para a contratação de técnicos especializados no trato da questão ambiental.
 - 13) Sistematizar e difundir as técnicas de conservação do solo e da água.
 - 14) Estimular, diante da capacidade política pluripartidária das prefeituras da Região da UC, atos dos congressistas que possam contribuir com a RB e as comunidades da Zona de Amortecimento.
 - 15) Fazer gestão para criação de associações de reposição florestal obrigatória.

4.7.2. – Áreas Estratégicas Internas (AEI)

As AEIs são áreas relevantes para o manejo e o alcance dos objetivos de criação da RB, com identidade fundamentada em condições ecológicas peculiares e/ou vocação para atividades específicas, para as quais serão direcionadas estratégias visando reverter ou otimizar as forças/fraquezas da RB (IBAMA, 2002).

As Áreas Estratégicas da RB, suas inserções no zoneamento, a descrição geográfica do espaço, os resultados esperados e seus indicadores, atividades, sub-atividades e normas, estão apresentados a seguir. Na seqüência, apresenta-se o enquadramento das áreas estratégicas por temas.

A FIGURA 4.3 – Carta Temática das Áreas Estratégicas Internas apresenta as áreas definidas como estratégicas no interior da RB.

FIGURA 4.3 – Carta Temática das Áreas Estratégicas Internas

Área Estratégica Interna margem esquerda do Rio / Canal São João

Inserção no zoneamento:

Situada na Zona de Uso Especial.

Descrição geográfica do espaço:

Faixa linear de 50 m ao longo da margem esquerda do Rio São João, no limite sudoeste da RB e faixa linear de 100 m ao longo da margem esquerda do canal do Rio São João, no limite sul da RB, tomando por base o Novo Código Florestal, que considera Áreas de Preservação Permanente as florestas e demais formas de vegetação:

- De 50 m para os cursos d' água que tenham de 10 a 50 m de largura - o Rio São João tem uma largura maior de 21 m.

- De 100 m para os cursos d' água que tenham de 50 a 200 m de largura - o canal tem uma largura maior de 68 m.

Resultados esperados:

- Redução do acesso e da circulação de pessoas estranhas.
- Verificação do estado de conservação da área estratégica.

Indicadores:

- Número de autos de infração cometidos na área.
- Número de ocorrência de Ipequi *Heliornis Fulica*, espécie de ave indicadora de área conservada.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Intensificar a fiscalização, visando evitar e coibir atividades de pesca, caça e extração vegetal e mineral.
- 2) Construir uma rampa de acesso de concreto para embarcação da fiscalização.
- 3) Proteger as espécies de aves dependentes dos ambientes aquáticos na localidade do Rio São João, incluindo a única população remanescente de ipequi *Heliornis fulica*.
- 4) Estimular estudos sobre a ictiofauna.
- 5) Estimular estudos das matas ciliares existentes e da vegetação marginal.

Área Estratégica Interna margem direita do Rio / Canal Aldeia Velha

Inserção no zoneamento:

Situada na Zona de Uso Especial.

Descrição geográfica do espaço:

Faixa linear de 50 m ao longo da margem direita do Rio e Canal Aldeia Velha, no limite leste/sudeste da RB, tomando por base o Novo Código Florestal, que considera Áreas de Preservação Permanente as florestas e demais formas de vegetação:

- De 50 m para os cursos d' água que tenham de 10 a 50 m de largura - o Rio Aldeia Velha possui a largura maior de 16 m e o canal de 12 m.

Resultados esperados:

- Redução do acesso e da circulação de pessoas estranhas.
- Recuperação da mata ciliar do Rio Aldeia Velha.

Indicadores:

- Número de autos de infração cometidos na área.
- Monitoramento de áreas recuperadas de mata ciliar.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Intensificar a fiscalização sobre atividades de pesca, caça e extração vegetal e mineral, seguindo as normas indicadas no programa de proteção e operacionalização.
- 2) Recuperar mata ciliar ao longo do canal.
- 3) Estimular estudos das matas ciliares existentes e da vegetação marginal.

Área Estratégica Interna Ferrovia

Inserção no Zoneamento:

Situada na Zona de Uso Conflitante.

Descrição Geográfica do Espaço:

A linha férrea cruza a RB em sentido leste-oeste. Seu ponto de entrada na RB é pela ponte sobre o Rio Aldeia Velha, de onde segue em direção à Torre de Incêndio II e à Casa dos Pesquisadores, passando pela Estação Poço D'Antas, de onde segue em direção à Estrada do Aterro.

Resultados Esperados:

- Maior proteção dos recursos naturais presentes na RB.
- Redução dos impactos negativos causados pela ferrovia até a sua neutralização.
- Maior controle das atividades decorrentes da presença da linha férrea no interior da RB.
- Plano de emergência e contingência implantado.
- Cronograma de funcionamento da linha disponível na RB.
- Remoção/ mudança do leito da linha férrea do interior da RB.

Indicadores:

- Número de autos de infração cometidos na área.
- Número de dormentes e grampos em bom estado de conservação.
- Número de obras de arte de segurança e drenagem, em bom estado de conservação.
- Presença de aceiros limpos.
- Número de animais atropelados.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Fazer gestão para a retirada / mudança do leito da ferrovia no trecho que esta corta a RB, em função da alta periculosidade dos produtos que transporta, colocando em risco a segurança dos funcionários e demais usuários da RB e a conservação dos recursos naturais e da própria RB, e pelo fato de atravessar um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica de Baixada, sendo sua presença totalmente incompatível com os objetivos da RB.
 - 1.1) Realizar os procedimentos técnicos e administrativos para que se realizem os estudos pertinentes à retirada da ferrovia do interior da RB, de acordo com a legislação vigente.
- 2) Exigir da instituição responsável pela ferrovia a adoção imediata de medidas de segurança, tais como redução da velocidade do trem, recuperação dos trilhos, estabelecer procedimentos de qualidade com os maquinistas e funcionários, estabelecimento e notificação dos horários de transportes de produtos e a sua natureza.

- O chefe da RB deverá possuir a escala com os horários de passagem das composições e a lista dos produtos perigosos que transportam.
- 3) Exigir a elaboração de projeto de análise de riscos e a implantação de um plano de emergência e contingência.
 - 4) Acompanhar e fiscalizar a implantação de infra-estrutura de segurança, drenagem e aceiros.
 - 5) Acionar imediatamente o Ministério Público, a fim de estabelecer um TAC entre o IBAMA e a instituição responsável pela ferrovia, para elaboração e implantação de um plano de uso e um plano para o desvio de trechos da ferrovia para fora da RB.
 - 6) Propor que a manutenção e a conservação da linha férrea, dentro dos limites da RB, sigam os padrões de qualidade máxima.
 - 7) Fiscalizar o uso de técnicas e procedimentos que coloquem em risco a integridade da UC, tais como queimadas, uso de maçarico e descarte do lixo produzido.
 - Não será permitido o uso de capina química para a manutenção e limpeza da faixa de servidão da ferrovia, devendo a mesma ser realizada manualmente.
 - 8) Acompanhar o processo de licenciamento junto à diretoria de licenciamento do IBAMA, assim como fazer gestões para a internalização dos recursos oriundos de medida compensatória.
 - 9) Cobrar da empresa responsável pela ferrovia a informação da realização de atividades de inspeção de rotina, de manutenção e limpeza, dentro da UC, para o devido acompanhamento.
 - O acesso à ferrovia só será permitido a funcionários da empresa responsável, devidamente credenciados e acompanhados por, pelo menos, um funcionário da RB.
 - 10) Exigir da instituição responsável pela ferrovia a aplicação da legislação específica do transporte de cargas tóxicas perigosas, enquanto não for resolvida a sua retirada.
 - 11) Realizar estudos sobre os impactos causados por vibrações, ruídos e atropelamento sobre a fauna e fragmentação sobre a fauna e vegetação.

Área Estratégica Interna Torre de Incêndio II

Inserção no zoneamento:

Situada na Zona de Uso Especial.

Descrição geográfica do espaço:

Está situada dentro da RB entre a Estrada do Barro Branco e a Ferrovia, à leste da Casa dos Pesquisadores. A delimitação da área é de 30 metros ao redor da torre.

Resultados esperados:

- Prevenção de Incêndios.
- Programa de Prevenção e Combate a Incêndios implementado.

Indicadores:

- Registros de ocorrência de incêndios na RB.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Manter a torre II em perfeito estado de conservação.
 - O seu funcionamento deve atender ao Programa de Prevenção e Combate a Incêndios.
- 2) Viabilizar projeto de imageamento remoto para estudo de dinâmica de incêndio, com vistas à prevenção de sua ocorrência na RB.
- 3) Manter os procedimentos de segurança, inclusive o uso de EPI, quando da operação da torre.
 - As visitas de universidades à Torre II deverão ser sempre acompanhadas por funcionário da RB.

Área Estratégica Interna Turfa

Inserção no zoneamento:

Situada na Zona de Recuperação.

Descrição geográfica do espaço:

Situa-se na parte sudeste da RB, delimitada a leste pelo canal do Rio Aldeia Velha e ao sul pelo canal do Rio São João, até o deságüe do Rio Aldeia Velha e localizada abaixo da linha férrea.

Resultados esperados:

- Maior conhecimento sobre a área, através de projeto específico de rehidratação.
- Recuperação da área de turfa.
- Prevenção de incêndios.
- Programa de Monitoramento e Recuperação implementados.

Indicadores:

- Número de estudos e pesquisas específicos realizados na área.
- Hectares de turfa presentes na área.
- Hectares de turfa reidratados.
- Número de ocorrências de incêndios.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Realizar estudos para detalhamento da área de turfa, incluindo sua real delimitação, sua profundidade e um levantamento planialtimétrico mais completo.
 - Este projeto deverá ser realizado em parceria com instituições de pesquisa e/ou universidades.
- 2) Realizar estudos sobre a viabilidade de desenvolver projeto de malhas de canais de irrigação, para levar água para a área de solo orgânico.
- 3) Monitorar e avaliar os resultados de possíveis intervenções em relação à recuperação da área, no que diz respeito ao solo, recurso hídrico, fauna e flora.
 - Tais resultados deverão ser integrados ao Programa de Monitoramento da RB.
- 4) Implementar rotina de fiscalização de focos de incêndio na área de turfa.

Área Estratégica Interna Área Alagada

Inserção no zoneamento:

Situada na Zona Primitiva.

Descrição geográfica do espaço:

Área situada próxima à barragem, acompanhando a parte final da Estrada Principal, estando situada abaixo da linha férrea.

Resultados esperados:

- Maior conhecimento sobre a área.
- Conservação da heterogeneidade ambiental.
- Conservação da biodiversidade, incluindo espécies ameaçadas.
- Programa de Manejo e de Monitoramento implementados.

Indicadores:

- Número de espécies na área (riqueza).
- Número de indivíduos por espécies na área.
- Número de estudos realizados na área.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Realizar estudos para caracterização do ambiente que incluam evolução do relevo, qualidade da água, tipo de solo, florística, estrutura e fauna associada.
- 2) Intensificar atividades de proteção geral da área, considerando o programa de fiscalização.
- 3) Realizar mapeamento detalhado da área.
- 4) Realizar análise temporal e espacial da área.
- 5) Dar ênfase a pesquisas de espécies dependentes, exclusivamente desse tipo de habitat.
- 6) Implantar Projeto de monitoramento do estado de conservação da área alagada.

Área Estratégica Interna Posto da Barragem e Talude (cota de inundação)

Inserção no zoneamento:

Zona de Uso Especial.

Descrição geográfica do espaço:

Situada na parte sul da RB, no trecho em que Estrada Principal cruza o canal do Rio São João.

Resultados esperados:

- Estabilização do talude.
- Aumento da segurança no talude.
- Redução do acesso e de circulação de pessoas estranhas.

Indicadores:

- Autos de infração cometidos.
- Presença de áreas degradadas no talude.
- Número de canais de erosão no talude.
- Número de escorregamentos de massa no talude.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Implantar posto de fiscalização na casa que existe atualmente neste local.
- 2) Contratar equipe de fiscalização ou de vigilância terceirizada.
- 3) Adquirir equipamento de Radiocomunicação, conforme especificado no item AGGI Operacionalização.
- 4) Adquirir veículo motorizado conforme especificado no item AGGI Operacionalização.
- 5) Implementar rotina de fiscalização, seguindo a orientação do item AGGI Operacionalização.
- 6) Impedir alterações que possam descaracterizar a diversidade de habitats existentes nesta localidade, diminuindo a biodiversidade da RB.
- 7) Intensificar ações de fiscalização, de forma a coibir: a pesca, a caça, atividades de recreação e lazer e a presença de animais domésticos, entre outras possibilidades.
- 8) Exigir práticas, ambientalmente corretas, de manutenção do talude.
- 9) Solicitar relatórios das auditorias de segurança do talude.
- 10) Identificar e preservar brejos de taboa, visando à proteção de *Parides ascanius* borboleta-da-praia.

➤ As visitas de universidades à Barragem deverão ser sempre acompanhadas por funcionário da RB.

11) Avaliar os relatórios das auditorias de segurança do talude.

Área Estratégica Interna Sede

Inserção no zoneamento:

Situada na Zona de Uso Especial.

Descrição geográfica do espaço:

A Sede da RB está localizada na região nordeste da mesma, no Km 214 da Rodovia Federal BR-101. Nela encontram-se a Sede Administrativa, o alojamento de pesquisadores, o Centro Educativo, o viveiro, a garagem, o almoxarifado e as instalações ocupadas pela Associação Mico-Leão-Dourado, além de outras instalações de apoio.

Resultados esperados:

- Aumento da efetividade das atividades de administração, fiscalização, proteção, pesquisa, monitoramento, educação ambiental e divulgação, realizadas.
- Edificações, instalações e equipamentos adequados e modernos, com boa manutenção e em bom estado de uso.
- Melhoria das condições de comunicação da RB.
- Boas condições para o desenvolvimento de pesquisas.
- Reformulação e modernização do sistema de sinalização.
- Recuperação e manutenção da Trilha interpretativa.
- Reformulação e conservação da sinalização na Trilha interpretativa.

Indicadores:

- Número de edificações e instalações em bom estado de conservação.
- Número de equipamentos disponíveis e em bom estado de conservação para o desenvolvimento das atividades.
- Número de dias por ano sem comunicação na RB.
- Número de placas de sinalização apropriadas.
- Número de visitantes por semana.
- Número de avaliações sobre os questionários aplicados durante as visitas à trilha.
- Número de avaliações de registros meteorológicos.
- Número de litros de combustível para viaturas terrestres e aquáticas gastos em fiscalização.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Reformar e ampliar as instalações atuais existentes na Sede da RB, de forma a atender, satisfatoriamente, às atividades nela desenvolvidas.

- 1.1) Adequar a Sede Administrativa quanto a móveis e equipamentos necessários, conforme dados detalhados no QUADRO 4.10.
- A adequação da Sede Administrativa deverá contemplar as salas existentes.
 - Deverá existir um sanitário masculino e outro feminino, além de uma varanda na entrada, uma sala de reuniões, copa e cozinha.
 - Deverão ser construídas as instalações hidráulicas/sanitárias para a Sede Administrativa.
 - O telhado da Sede Administrativa deverá ser substituído, e uma laje deverá ser colocada em todo o imóvel.
 - Não é permitida a instalação de qualquer placa ou aviso que não conste do sistema de sinalização oficial, inclusive as de cunho publicitário.

QUADRO 4.10 – Sede Administrativa – Móveis e Equipamentos.

Item	Quantidade
mesas de escritório com 03 gavetas	08
cadeiras para mesa de escritório	08
sofás de três lugares	03
arquivos metálicos com 04 gavetas	05
armários de duas portas para guardar material de expediente	02
bebedouro de água gelada	01
aparelhos condicionadores de ar de 10.000 BTUs	05
mesa de reuniões com 10 assentos	01
cadeiras para mesa de reuniões	10
fogão de 04 bocas com tampo de aço inox e botijão de gás	01
Geladeira	01
utensílios para cozinha	01
automóvel 5 passageiros	01
micro-computadores com periféricos	05
computadores <i>notebook</i>	02
Impressora jato de tinta formato A3	01
software ArcGis 9.0	01
software <i>Trackmaker</i>	01
kit de primeiros socorros	01

- 2) Reformar e ampliar o almoxarifado e a sala para o armazenamento de material apreendido, seguindo as orientações que constam no projeto do IBAMA.
- A sala do almoxarifado deverá medir aproximadamente 15 m²;
 - A sala para o armazenamento de material apreendido deverá medir aproximadamente 12 m².
- 3) Reformar e ampliar a garagem atual.
- A futura garagem deverá ser coberta com estacionamento para 10 vagas.
- 4) Reformar e ampliar a oficina para guarda de ferramentas e peças para a realização de consertos.
- A sala para oficina, onde, além da realização de consertos, serão armazenados combustível, esmeril, carregador de bateria, ferramentas e morsa, entre outros, deverá medir, aproximadamente, 12 m².
- 5) Construir o pórtico de entrada e reformar o posto de vigilância da Sede da RB.

- O pórtico deverá contar com, no mínimo, uma guarita e uma cancela.
 - Na guarita deverá ser instalada uma cancela para a identificação.
 - A cancela deverá estar permanentemente fechada e iluminada.
 - Na guarita deverá permanecer um guarda durante 24 horas.
 - O guarda deve solicitar ao visitante sua identificação e esclarecer que se trata de uma RB e as implicações disto.
 - No caso em que visitantes puderem adentrar a RB, o guarda deverá fazer seus registros, retendo uma identificação e encaminhando-os à recepção do Centro Educativo.
 - Quanto aos pesquisadores, funcionários e demais usuários habituais, deverão ser submetidos à mesma rotina.
 - Na guarita deverá ser mantido um registro atualizado de usuários (funcionários e pesquisadores), de modo a permitir a identificação e autorização para entrada na RB.
- 6) Construir instalações específicas para os brigadistas e instalação para a guarda dos equipamentos de prevenção e combate a incêndios.
- A reforma e a ampliação das instalações serão realizadas de acordo com as especificações que constam no projeto do IBAMA, conforme apresentado a seguir:
 - Deverá ser construído um banheiro coletivo com 01 vestiário, 02 chuveiros, 02 vasos sanitários, 02 lavatórios e 02 mictórios.
 - Deverão ser construídos uma cozinha e um refeitório.
 - Deverá ser construída uma sala para logística.
 - Deverá ser construída uma sala para armazenamento de material e equipamentos.
 - Deverá ser construído um dormitório com capacidade para 10 pessoas.
 - Essa instalação deverá estar sempre disponível e em perfeito estado de conservação, para alojar os brigadistas.
- 7) Adequar instalações e equipamentos de apoio à fiscalização.
- 7.1) Reformar e ampliar as instalações de apoio à fiscalização.
 - 7.2) Implantar posto permanente de fiscalização localizado na barragem, aproveitando a casa já existente na área.
 - 7.3) Manter em bom estado de uso a ponte de acesso à Estrada do Aristides.
- 8) Adequar o Centro Educativo da RB, de forma a atingir seus objetivos.
- 8.1) Dotar o Centro Educativo de móveis e equipamentos, conforme mostra o QUADRO 4.11.

QUADRO 4.11 – Centro Educativo – Móveis e equipamentos

Item	Quantidade
cadeiras individuais estofadas para o auditório	80
Mesas revestidas com fórmica de 03 assentos	20
Central de ar condicionado para o auditório (para 192 m ³)	01
Viatura tipo Van para 16 passageiros	01
projektor de slides Kodak	01
aparelho de DVD Phillips	01
filmadora Panasonic	01
máquina fotográfica digital Sony	02
projektor LCD ou projetor multimídia	01

- 8.2) Dotar o Centro Educativo de fossa séptica/filtro/sumidouro e instalações hidráulicas com poço semi-artesiano.
- 8.3) Providenciar instalações específicas para atender ao Núcleo de Educação Ambiental da RB.
- 9) Reformular e garantir a manutenção da Trilha Interpretativa Boi Branco.
- A Trilha Interpretativa Boi Branco deverá ser mantida em bom estado de conservação.
- 9.1) Reformular o trajeto atual da trilha visando recuperar as áreas degradadas, reformular seu leito, impedir a abertura ou a ampliação de trilhas secundárias (atalhos) e sinalizá-la de forma a que o visitante tenha acesso a informações de todos os ambientes e atributos naturais presentes na RB.
- 9.2) Desenvolver estudo para a determinação da capacidade de suporte da Trilha Interpretativa, após sua reformulação.
- 9.3) Reformular e manter em bom estado de conservação as placas e painéis existentes na Trilha Interpretativa.
- 9.4) Redefinir o objetivo da trilha em função do público-alvo, formado por professores e alunos da rede de ensino fundamental e ensino médio da região da RB.
- Na Trilha Interpretativa apenas serão permitidas atividades guiadas.
 - A linguagem a ser adotada durante a visita guiada deverá ser compatível com o público-alvo.
 - Ao final de cada visita será entregue aos visitantes um instrumento adequado ao grupo, como por exemplo, um questionário, visando o conhecimento de sua opinião sobre a experiência vivenciada durante a visita na RB.
- 10) Adequar instalações de apoio à pesquisa, de forma a atender as necessidades dos pesquisadores.
- 10.1) Dotar o alojamento para pesquisadores de móveis e equipamentos, reformar os sanitários masculino e feminino e ampliar o laboratório. Os dados estão detalhados no QUADRO 4.12.

QUADRO 4.12 – Alojamento – Móveis e equipamentos

Item	Quantidade
camas beliches	08
camas de solteiro	05
Colchões	21
jogo de sofá	01
estante para televisão	01
televisor de 29" (Philips)	01
geladeiras duplex	02
freezer horizontal (180 litros)	01
Liquidificador	01
forno de microondas	01
fogão de 06 bocas com tampo de aço inox e botijão de gás	01
utensílios para cozinha	o.q.b
mesa de refeição com 08 assentos	01
armário de parede com 04 portas	01
ventiladores de teto	05

10.2) Reformar e dotar o laboratório de móveis e equipamentos, conforme QUADRO 4.13.

QUADRO 4.13 – Móveis e equipamentos para o laboratório da RB

Item	Quantidade
condicionadores de ar 7.500 BTUs (para a câmara fria de sementes)	02
freezer vertical de 240 litros	01
mesa revestida de fórmica	01
Balança com capacidade até 20 Kg	01
estufa	01
armário de 04 portas, metálico, para guardar materiais e equipamentos	01

- As normas de conduta para uso de todas as instalações destinadas à pesquisa estão descritas no item AGGI operacionalização, no sub-item Apoio à pesquisa.

11) Implantar uma estação meteorológica.

- Para instalação da estação, é necessário um local aberto, próximo à Sede Administrativa, com gramado ou coberto de brita, cercado com aramado e com ponto de energia elétrica e cabeamento para conexão a um computador.
- A estação meteorológica deverá apresentar, no mínimo, a seguinte configuração básica:
 - Sistema de evapotranspiração.
 - Coletor de chuva.
 - Sensores de temperaturas, radiação solar, velocidade e direção do vento, umidade do ar, pressão atmosférica, *leaf wetness*.
 - Datalogger.
 - Gabinete de proteção.
 - Software específico.
 - Ser totalmente automatizada.

Área Estratégica Interna Posto Maratuã

Inserção no zoneamento:

Situada na Zona de Uso Especial.

Descrição geográfica do espaço:

Área situada a oeste da RB junto ao Rio Maratuã, próximo ao ponto de encontro com o Rio São João.

Resultados esperados:

- Redução do acesso e de circulação de pessoas estranhas.

Indicadores:

- Autos de infração cometidos na área.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Reformar e reativar o posto e mantê-lo eficientemente comunicável com a administração da RB.
- 2) Intensificar ações de fiscalização de forma a coibir: a pesca, a caça, atividades de recreação e lazer e a presença de animais domésticos, entre outras possibilidades.
- 3) Integrar este posto aos outros previstos no programa de fiscalização.

Área Estratégica Interna Posto Canal do Rio São João/Aldeia Velha

Inserção no zoneamento:

Situada na Zona de Uso Especial.

Descrição geográfica do espaço:

Área situada a sudeste da RB, junto ao ponto de encontro do canal do Rio Aldeia Velha com o canal do Rio São João.

Resultados esperados:

- Redução do acesso e de circulação de pessoas estranhas.

Indicadores:

- Autos de infração cometidos na área.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Implantar posto de fiscalização.
- 2) Intensificar ações de fiscalização de forma a coibir: a pesca, a caça, atividades de recreação e lazer e a presença de animais domésticos, entre outras possibilidades.
- 3) Integrar este posto aos outros previstos no programa de fiscalização.

Área Estratégica Interna Estrada do Aristides

Inserção no zoneamento:

Situada na Zona de Uso Especial.

Descrição geográfica do espaço:

Localizada na porção centro-oeste, começando na Estrada do Barro Branco, seguindo em direção norte até o limite da RB com o Rio Aldeia Velha.

Resultados esperados:

- Redução do acesso e de circulação de pessoas estranhas.
- Ponte de acesso em bom estado de conservação.
- Desenvolvimento de projeto específico para o manejo das taquaras localizadas nesta área da RB e sua fauna associada.

Indicadores

- Autos de infração cometidos na área.
- Número de estudos sobre as taquaras localizadas nesta área da RB e sua fauna associada.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Realizar estudos específicos em áreas de taquaras e sua fauna associada.
- 2) Manter as ações rotineiras de fiscalização.
- 3) Manter a ponte em boas condições de uso.
- 4) Fechar um ramal da Estrada.
- 5) Incluir na rotina de fiscalização a Estrada do Aristides.

Área Estratégica Interna Estrada Principal

Inserção no zoneamento:

Situada na Zona de Uso Conflitante.

Descrição geográfica do espaço:

Corta a RB no sentido noroeste-sul, desde a porteira de acesso ao interior da RB até o talude da barragem de Juturnaíba, no canal do Rio São João.

Resultados esperados:

- Controle do acesso à UC.
- Uso disciplinado da Estrada Principal.

Indicadores

- Autos de infração cometidos na área.
- Número de viaturas que circulam pela estrada.
- Extensão (metros) da estrada em condições inadequadas.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Reformar a Casa da Porteira para que na mesma seja instalado um posto de vigilância e apoio à fiscalização.
- 2) Manter a estrada em bom estado de conservação.
 - O uso da estrada deverá ser adequado às Normas Gerais da UC constantes deste Plano de Manejo.
 - A circulação de veículos e pessoas deverá ser sempre comunicada e autorizada, se for o caso, pela chefia da RB.
- 3) Manter a sinalização da Estrada em bom estado de conservação.
- 4) Incluir na rotina de fiscalização a Estrada Principal.

4.7.3. – Áreas Estratégicas Externas (AEE)

São áreas relevantes para a interação da UC com sua Região, especialmente sua Zona de Amortecimento, e que apresentam situações específicas (ameaças/oportunidades), para as quais serão direcionadas estratégias visando reverter ou otimizar o quadro em que se encontram (IBAMA, 2002).

O estabelecimento de áreas estratégicas está respaldado na Lei nº 9.985/2000, que diz em seu artigo 25, § 1ª: “o órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos naturais da Zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma Unidade de Conservação” (IBAMA, 2000).

As Áreas Estratégicas Externas (AEE) definidas para a RB de Poço das Antas, suas inserções no zoneamento da UC, a descrição geográfica do espaço, os resultados esperados, seus indicadores, atividades, sub-atividades e normas estão apresentadas a seguir e podem ser observadas espacialmente na Carta Temática das Áreas Estratégicas Externas, na FIGURA 4.4.

FIGURA 4.4 – Carta Temática das Áreas Estratégicas Externas

Área Estratégica Externa Rodovia Br-101 / Dutos

Descrição Geográfica do Espaço:

A Rodovia BR-101 percorre todo o limite norte da RB. Entre a faixa marginal da Rodovia e a cerca da UC, localizam-se os dutos OSDUC I e OSDUC II da Petrobras Transportes S.A. – TRANSPETRO, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRAS) e sua faixa de servidão.

Resultados Esperados:

- Conservação e manutenção dos aceiros.
- Proteção da fauna contra atropelamentos.
- Redução de ocorrência de acidentes causados pela existência da Rodovia.
- Redução de ocorrência de acidentes causados pela presença dos dutos.
- Prevenção de incêndios.
- Instalação de lombadas eletrônicas.
- Aumento da segurança no acesso à RB.

Indicadores:

- Número de ocorrências de invasões.
- Número de atropelamentos de exemplares da fauna protegida pela UC.
- Número de acidentes rodoviários no percurso da BR-101 contido na Zona de Amortecimento da RB.
- Número de incêndios ocorridos na faixa marginal da rodovia, no trecho da Zona de Amortecimento da RB.
- Número de acidentes ocorridos na área dos dutos, ao longo da Zona de Amortecimento da RB.
- Número de equipes de manutenção das faixas dos dutos e da rodovia circulando.

Atividades, sub-atividades e normas:

- Os resultados da avaliação dos indicadores deverão ser integrados ao Programa de Monitoramento da RB.
 - 1) Promover ações junto ao DNIT para mitigar e compensar a duplicação da BR-101, quando da sua realização.
- Os recursos provenientes da compensação ambiental deverão ser destinados à implementação do plano de manejo
 - 2) Exigir, como condicionante do licenciamento da duplicação da BR-101, uma alternativa tecnológica que permita o restabelecimento da conexão entre os fragmentos de mata atlântica da Zona de Amortecimento.

- 3) Solicitar ao DNIT a instalação de redutores de velocidade na rodovia BR-101, ao longo do percurso tangente à RB.
- O órgão responsável pela rodovia deverá providenciar a instalação de barreiras para controle de velocidade, com lombadas eletrônicas no trecho junto à RB.
 - Esses controladores de velocidade deverão ter ampla sinalização.
- 4) Exigir a colocação de placas sinalizando a presença de animais cruzando as pistas da rodovia BR-101.
 - 5) Exigir do DNIT a manutenção freqüente da faixa de servidão junto às margens da rodovia.
 - 6) Exigir, como condicionante do licenciamento de novos dutos, que a empresa/órgão responsável estabeleça alternativas tecnológicas que permitam o restabelecimento da conexão entre os fragmentos de mata atlântica da zona de amortecimento da RB.
 - 7) Exigir da empresa responsável a manutenção da faixa de servidão dos dutos que percorrem o limite norte da RB, mantendo a cobertura por grama, seguindo técnicas compatíveis com os interesses de conservação.
 - 8) Exigir da empresa responsável pelos dutos que margeiam o limite norte da RB que seja instalado um sistema de válvulas de segurança, antes e depois dos limites da Reserva.
 - 9) Solicitar ao DNIT a melhoria do acesso à sede da RB, construindo uma alternativa que permita a entrada de veículos de modo seguro, em qualquer dos sentidos da Rodovia BR-101.

Área Estratégica Externa Rio / Canal São João

Descrição Geográfica do Espaço:

Inclui o corpo d'água e a área terrestre até 30 metros da margem, ao longo de todo o percurso hídrico limítrofe com a RB.

Resultados Esperados:

- Melhoria da qualidade da água.
- Maior proteção do Rio São João e da APP relacionada.
- Manutenção do recurso hídrico.
- Restabelecimento da conectividade entre fragmentos florestais da área.
- Estabelecimento, na área, de comunidades participativas nas metas de proteção e recuperação.
- Conservação da biodiversidade.

Indicadores

- Número de análises de amostras de água próximas do padrão esperado.
- Resultados da vazão hídrica dos corpos d'água segundo os parâmetros esperados.
- Riqueza de espécies.
- Taxa de saneamento das populações humanas na Bacia Hidrográfica.
- Quantidade de produtos agrotóxicos comprados e utilizados pelos produtores rurais da ZA da RB.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Incentivar ações de saneamento em toda a Bacia Hidrográfica do Rio São João, exigindo o constante monitoramento de todos os cursos d'água da bacia.
- 2) Incentivar pesquisas e acompanhar o monitoramento da qualidade da água e de controle de emissões de efluentes no Rio São João e seus afluentes.
 - Os resultados deverão ser periodicamente integrados ao Programa de Monitoramento da RB.
- 3) Acompanhar o desenvolvimento dos estudos que visem à renaturalização do Rio São João, à jusante da barragem de Juturnaíba, envolvendo a Agência Nacional de Águas – ANA e o Comitê de Bacia do Rio São João.
- 4) Estabelecer parceria com o Consórcio da Bacia do Rio São João e o Comitê de Bacia.
- 5) Apoiar ações para a implementação da APA Bacia do Rio São João / Mico-leão-dourado.
 - 5.1) Desenvolver rotina de fiscalização conjunta, no âmbito do Programa de Fiscalização da RB.

- 5.2) Apoiar ações de implantação de projetos de saneamento básico, coleta e descarte adequado de rejeitos sólidos.
 - 5.3) Participar de todos os projetos de captação ao longo da bacia do Rio São João.
 - 5.4) Participar de todos os projetos de captação na Represa de Juturnaíba.
 - 5.5) Exigir ações de recuperação de matas ciliares.
 - 5.6) Incentivar a criação de Programas de Educação Ambiental.
- 6) Exigir da PROLAGOS e Comitê de Bacias providências, junto a quem de direito, para ações de manutenção e gerenciamento da Barragem de Juturnaíba, visando os seguintes objetivos:
- Maior controle no acesso à barragem de Juturnaíba.
 - Recuperação urgente da estrutura de concreto do canal de dreno da comporta, lado esquerdo de quem olha a montante da Represa de Juturnaíba.
 - Construção de uma escada para peixes, facilitando a piracema.
 - Manutenção adequada (desobstrução completa) dos 04 (quatro) elementos dos vertedouros da barragem, periodicamente tomados pela vegetação flutuante, evitando a sobrecarga da estrutura de concreto e a redução da vida útil do complexo, que representam risco de acidente.
- 7) Elaborar estudos sobre a viabilidade de desenvolver projeto de malhas de canais de irrigação, para levar água para áreas de solo orgânico (turfeiras).
 - 8) Fiscalizar áreas de erosão de margens e pontos de assoreamento de leito do Rio/Canal São João.
 - 9) Fiscalizar as atividades de caça, pesca e extração vegetal e mineral.
 - 10) Exigir da instituição responsável pela Rodovia BR-101 o cumprimento da legislação específica do transporte de cargas tóxicas e perigosas, bem como o plano de risco e contingência.
 - 11) Exigir da instituição responsável pela Ferrovia EF-103 o cumprimento da legislação específica do transporte de cargas tóxicas e perigosas, bem como o plano de risco e contingência.

Área Estratégica Externa Rio / Canal Aldeia Velha

Descrição Geográfica do Espaço:

Inclui o corpo d'água e a área terrestre até 30 metros da margem, ao longo de todo o percurso hídrico limítrofe com a RB.

Resultados Esperados:

- Melhoria da qualidade da água.
- Maior proteção do Rio / Canal Aldeia Velha e da APP relacionada.
- Manutenção de recurso hídrico.
- Restabelecimento da conectividade entre fragmentos florestais da área.
- Estabelecimento, na área, de comunidades participativas nas metas de proteção e recuperação.
- Conservação da biodiversidade.

Indicadores:

- Número de análises de amostras de água próximas do padrão esperado.
- Resultados da vazão hídrica dos corpos d'água segundo os parâmetros esperados.
- Riqueza de espécies.
- Taxa de saneamento das ocupações humanas na Bacia Hidrográfica.
- Quantidade de produtos agrotóxicos comprados e utilizados pelos produtores rurais da ZA da RB.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Incentivar ações de saneamento em toda a Bacia Hidrográfica do rio Aldeia Velha, exigindo o constante monitoramento de todos os cursos de água da bacia.
- 2) Incentivar pesquisas e acompanhar o monitoramento da qualidade da água e de controle de emissões de efluentes no Rio Aldeia Velha e seus afluentes.
- 3) Estabelecer parcerias com o Consórcio da Bacia do Rio São João e o Comitê de Bacia.
- 4) Apoiar ações para a implantação de projetos de saneamento básico, coleta e descarte adequado de rejeitos sólidos.
 - 4.1) Desenvolver rotina de fiscalização conjunta com as comunidades locais.
 - 4.2) Participar de todos os projetos de captação ao longo da bacia do rio Aldeia Velha.
 - 4.3) Participar de todos os projetos de captação na Represa de Juturnaíba.
 - 4.4) Exigir ações de recuperação de matas ciliares.

- 4.5) Incentivar a criação de Programas de Educação Ambiental.
- 5) Elaborar estudos sobre a viabilidade de desenvolver projeto de malhas de canais de irrigação, para levar água para áreas de solo orgânico (turfeiras).
 - 6) Fiscalizar áreas de erosão de margens e pontos de assoreamento de leito do rio/canal Aldeia Velha.
 - 7) Fiscalizar as atividades de caça, pesca e extração vegetal e mineral.
 - 8) Exigir da instituição responsável pela Rodovia BR-101 o cumprimento da legislação específica do transporte de cargas tóxicas e perigosas, bem como a elaboração de um plano de risco e contingência.
 - 9) Exigir da instituição responsável pela ferrovia o cumprimento da legislação específica do transporte de cargas tóxicas e perigosas, bem como o plano de risco e contingência.

Área Estratégica Externa Ferrovia

Descrição Geográfica do Espaço:

Inclui o leito da ferrovia e sua área de servidão ao longo de todo o percurso no âmbito da Zona de Amortecimento da RB.

Resultados Esperados:

- Redução dos impactos negativos causados pela ferrovia, até a sua retirada.

Indicadores:

- Número de acidentes ferroviários na Zona de Amortecimento da RB.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Exigir da instituição responsável pela ferrovia a adoção imediata de medidas de segurança.
 - Acompanhamento da composição por equipe especializada em segurança e prevenção de acidentes.
 - Controle da velocidade do trem.
 - Manutenção e conservação da linha férrea segundo padrões de qualidade máxima.
 - Estabelecimento de procedimentos de qualidade com os maquinistas, auxiliares e demais funcionários atuantes na Zona de Amortecimento da RB.
 - Estabelecer e notificar à chefia da RB e demais autoridades locais sobre os horários de passagem do trem, assim como a natureza dos produtos transportados.
- 2) Exigir a elaboração de Projeto de análise de riscos e a implementação de um plano de emergência e contingência.
- 3) Acompanhar o processo de licenciamento da ferrovia junto à Diretoria de Licenciamento do IBAMA, assim como fazer gestões para a internalização dos recursos oriundos de medida compensatória.
- 4) Exigir da instituição responsável pela ferrovia o cumprimento da legislação específica sobre o transporte de cargas perigosas.

Área Estratégica Externa Torre de Incêndio I

Descrição Geográfica do Espaço:

Área circular com raio de 30 metros no entorno da estrutura da Torre de Incêndio I, localizada no Assentamento Aldeia Velha, no lado oposto da rodovia BR-101, em frente à Sede da RB.

Resultados Esperados:

- Prevenção de incêndios através do Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais da RB.

Indicadores:

- Número de animais mortos nos incêndios.
- Superfície de área queimada.
- Número de incêndios evitados.
- Número de incêndios ocorridos.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Manter a torre em perfeito estado de conservação e uso.
- 2) Viabilizar projeto de imageamento remoto para estudo da dinâmica de incêndios na região, com vistas à prevenção.
- 3) Manter procedimentos de segurança, inclusive o uso de EPI, quando da operação da torre.

Área Estratégica Externa Assentamento Aldeia Velha

Descrição Geográfica do Espaço:

Área denominada Gleba Aldeia Velha, situada junto ao limite norte da RB e atravessada pela rodovia BR-101.

Resultados Esperados:

- Integração consolidada entre a comunidade local e a RB.
- Aumento da proteção da biodiversidade.
- Aumento da proteção ao mico-leão-dourado.
- Recomposição das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanentes.

Indicadores:

- Área (ha) de RL e APP recompostas.
- Número de parcerias realizadas.
- % de área de lavouras sustentáveis instaladas.
- Número de avistamentos do mico-leão-dourado.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Proceder ao licenciamento do assentamento, na forma da Resolução CONAMA nº 289/2001.
- 2) Fazer gestão, junto ao MP, para ajustamento de um TAC entre o INCRA e demais produtores rurais da ZA, visando a criação de Reservas Legais e de Áreas de Preservação Permanente.
 - Deverá ser incentivada a criação de Reservas Legais, preferencialmente em bloco, para facilitar o aumento da conectividade entre os fragmentos florestais da região.
 - As áreas definidas como Reservas Legais em Bloco deverão passar à administração do IBAMA.
- 3) Apoiar parcerias com as lideranças locais e proprietários na área do assentamento, para implantação de práticas agrosilviculturais.
- 4) Apoiar parcerias para desenvolvimento de programas de treinamento e capacitação em práticas agroecológicas.
- 5) Apoiar e incentivar programas de Educação Ambiental na área do assentamento.
- 6) Apoiar parcerias com lideranças locais para implantação de programas de desenvolvimento local sustentado.
 - 6.1) Apoiar parcerias para implementação de viveiros de mudas nativas, a partir dos fragmentos florestais existentes no entorno da UC.

- 6.2) Apoiar parcerias para produção de sementes e mudas de spp nativas.
- 6.3) Apoiar parcerias para treinamento em praticas de reflorestamento.
- 6.4) Apoiar parcerias para produção e comercialização de produtos de agricultura biológica.
- 6.5) Apoiar parcerias para produção e comercialização de produtos artesanais diversos.
- 7) Incentivar e apoiar programas de pesquisa-ação junto às comunidades de assentados e agricultores familiares, com vistas ao desenvolvimento de atividades agrícolas ambientalmente sustentáveis e compatíveis com a preservação da biodiversidade na ZA da RB.
- 8) Incluir representante do Assentamento no Conselho Consultivo RB.
- 9) Participar rotineiramente das reuniões no Assentamento.
- 10) Promover integração das políticas setoriais agrária e ambiental, na área.
- 11) Fiscalizar as atividades desenvolvidas dentro dos lotes/sítios, dentro dos limites da lei.

Área Estratégica Externa Acampamento Sebastião Lan

Descrição Geográfica do Espaço:

A área estratégica refere-se à denominada Gleba Norte da Fazenda Poço D'Dantas, remanescente das terras desapropriadas pelo Decreto nº 73 792, de 03 de novembro de 1975 e resultante da retificação dos Rios Aldeia Velha e São João. O Acampamento Sebastião Lan ocupa mais de 1.000 ha de terras lindeiras à RB, ao norte do canal do Rio São João e separada da RB pelo canal do Rio Aldeia Velha, estando o restante grilado pelo proprietário da Fazenda Arizona.

Resultados Esperados

- Solução de conflitos institucionais.
- Aumento da proteção da biodiversidade da RB.
- Aumento da área da RB.
- Restabelecimento da conectividade entre fragmentos florestais.

Indicadores

- Número de transferências de acampados para locais definitivos.
- % de área desocupada e integrada à RB.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Articular com o INCRA a retomada das negociações, de solução satisfatória, dos problemas de ocupação da área.
- 2) Mobilizar o Conselho Consultivo para a possível solução dos conflitos.
- 3) Despolarizar as discussões em torno do conflito de ocupação da área, através do envolvimento de outras instituições, além de IBAMA, INCRA e UFF.
- 4) Propor alternativas concretas para a ampliação da área da UC objetivando a proteção efetiva da biodiversidade e das espécies que justificam a RB.

Área Estratégica Externa Assentamento Cambucaes / Olhos D'Água

Descrição Geográfica do Espaço:

Área originada pela desapropriação da Fazenda Cambucaes, localizada à sudoeste da RB, junto à margem do Rio São João, o qual serve de limite para a UC. O Projeto de Assentamento Cambucaes / Olhos D'Água ocupa cerca de 1.636 ha.

Resultados Esperados:

- Integração consolidada entre a comunidade local e a RB.
- Aumento da proteção da biodiversidade.
- Aumento da proteção ao mico-leão-dourado.
- Recomposição das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente.
- Equação das questões legais junto ao INCRA.

Indicadores:

- % de área de RL e APP recompostas.
- Número de parcerias realizadas.
- % de área de lavouras sustentáveis instaladas.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Fazer gestões, junto ao INCRA, para solucionar legalmente a situação da comunidade de Olhos D'Água.
- 2) Proceder ao licenciamento do assentamento, na forma da Resolução CONAMA nº 289/2001.
- 3) Fazer gestão junto ao MP para ajustamento de um TAC entre o INCRA e demais produtores rurais da ZA, visando a criação de Reservas Legais e de Áreas de Preservação Permanente.
 - Deverá ser incentivada a criação de Reservas Legais, preferencialmente em bloco, para facilitar o aumento da conectividade entre os fragmentos florestais da região.
 - As áreas definidas como Reservas Legais em Bloco deverão passar à administração do IBAMA.
- 4) Apoiar e incentivar iniciativas de aumento da conectividade entre os fragmentos existentes na área e a RB.
- 5) Apoiar e incentivar programas de Educação Ambiental na área do assentamento.
- 6) Fazer gestão junto ao INCRA para implantação do Plano de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) na área do Assentamento.
- 7) Estabelecer parcerias para desenvolvimento de programas de treinamento e capacitação em práticas agroecológicas.

- 8) Estabelecer parcerias para implementação de viveiros de mudas nativas, a partir dos fragmentos florestais existentes no entorno da UC.
- 9) Apoiar parcerias com lideranças locais para implantação de programas de desenvolvimento local sustentado.
 - 9.1) Apoiar iniciativas para produção de sementes e mudas de espécies nativas.
 - 9.2) Apoiar iniciativas para treinamento em práticas de reflorestamento.
 - 9.3) Apoiar iniciativas para produção e comercialização de produtos de agricultura biológica.
 - 9.4) Apoiar iniciativas de produção e comercialização de produtos artesanais diversos, etc.
- 10) Incluir representante do Assentamento no Conselho Consultivo da UC.
- 11) Participar rotineiramente das reuniões no Assentamento.
- 12) Promover integração das políticas setoriais agrária e ambiental na área.
- 13) Incentivar e apoiar programas de pesquisa-ação, junto às comunidades de assentados e agricultores familiares, com vistas ao desenvolvimento de atividades agrícolas ambientalmente sustentáveis e compatíveis com a preservação da biodiversidade na ZA da RB.
- 14) Fiscalizar as atividades desenvolvidas dentro dos lotes/sítios, dentro dos limites da lei.

Área Estratégica Externa Assentamento Sebastião Lan

Descrição Geográfica do Espaço:

A área estratégica refere-se à denominada Gleba Sul da Fazenda Poço D'Dantas, remanescente das terras desapropriadas pelo Decreto Nº 73 792, de 03 de novembro de 1975 e resultante da retificação dos Rios Aldeia Velha e São João. Compreende cerca de 2600 ha de terras lindeiras à RB, ao sul do canal do Rio São João. Os lotes do Assentamento Sebastião Lan ocupam aproximadamente 520 ha, estando o restante grilado por invasores.

Resultados Esperados:

- Integração consolidada entre a comunidade local e a RB.
- Aumento da proteção da biodiversidade.
- Aumento da proteção ao mico-leão-dourado.
- Recomposição das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente.
- Resolução das questões jurídicas.

Indicadores:

- Área (ha) de RL e APP recompostas.
- Número de parcerias realizadas.
- % de área de lavouras sustentáveis instaladas.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Apoiar programas de Educação Ambiental na área do assentamento.
- 2) Apoiar e incentivar iniciativas de aumento da conectividade entre os fragmentos existentes na área e a RB.
- 3) Fazer gestão, junto ao INCRA e o MP, no sentido de resolver questões jurídicas pendentes.
- 4) Fazer gestão, junto ao INCRA, para implantação do Plano de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) na área do Assentamento.
- 5) Estabelecer parcerias para desenvolvimento de programas de treinamento e capacitação em práticas agroecológicas.
- 6) Estabelecer parcerias para implementação de viveiros de mudas nativas, a partir dos fragmentos florestais existentes no entorno da RB.
- 7) Apoiar parcerias com lideranças locais para implantação de programas de desenvolvimento local sustentado.
 - 7.1) Apoiar iniciativas para produção de sementes e mudas de espécies nativas.
 - 7.2) Apoiar iniciativas para treinamento em práticas de reflorestamento.

- 7.3) Apoiar iniciativas para produção e comercialização de produtos de agricultura biológica.
- 7.4) Apoiar iniciativas de produção e comercialização de produtos artesanais diversos.
- 8) Incluir representante do Assentamento no Conselho Consultivo da RB.
- 9) Participar rotineiramente das reuniões no Assentamento.
- 10) Promover integração das políticas setoriais agrária e ambiental na área.
- 11) Fiscalizar as atividades desenvolvidas dentro dos lotes/sítios, dentro dos limites da lei.
- 12) Incentivar e apoiar programas de pesquisa-ação junto às comunidades de assentados e agricultores familiares, com vistas ao desenvolvimento de atividades agrícolas ambientalmente sustentáveis e compatíveis com a preservação da biodiversidade na ZA da RB.

Área Estratégica Externa Barragem / Reservatório (cota máxima)

Descrição Geográfica do Espaço:

Área compreendida pela barragem construída transversalmente ao vale do Rio São João, incluindo o dique de terra, o vertedouro e seus elementos e a ponte de concreto. Inclui, também, as vias terrestres de acesso por ambos os lados da represa, ao longo de um raio de 1 km.

Resultados Esperados:

- Programa de monitoramento implementado.
- Controle do acesso à barragem.
- Estabelecimento de disciplina dos usos múltiplos da água.
- Conservação da biodiversidade.
- Reprodução da ictiofauna assegurada.

Indicadores:

- Número de autos de infração cometidos.
- Riqueza de espécies da ictiofauna.

Atividades, sub-atividades e normas:

- 1) Estabelecer um TAC entre as empresas responsáveis pela gestão das águas da Represa de Juturnaíba, o IBAMA, o Consórcio Ambiental Lagos Rio São João e as prefeituras locais, de forma a adotar procedimentos adequados aos objetivos da RB.
- 2) Disciplinar os usos na área de alagados.
- 3) Fazer cumprir o ordenamento pesqueiro do reservatório.
- 4) Fazer gestões, junto à concessionária que administra a Represa de Juturnaíba, para a recuperação urgente da estrutura de concreto do canal de dreno da comporta, lado esquerdo, à montante da represa.
- 5) Exigir da empresa responsável pelo reservatório de Juturnaíba a manutenção adequada dos 04 (quatro) elementos dos vertedouros da barragem.
- 6) Exigir a construção de uma escada para peixes, facilitando a piracema.
- 7) Exigir da empresa responsável e do Comitê de Bacia maior controle no acesso à barragem.
- 8) Solicitar das empresas responsáveis os relatórios de monitoramento da qualidade da água do reservatório.
- 9) Acompanhar as iniciativas turísticas desenvolvidas pelas prefeituras locais e agentes particulares, em relação ao Reservatório de Juturnaíba.
- 10) Apoiar e incentivar programa de pesquisa sobre a fauna, com ênfase na ictiofauna, do Reservatório de Juturnaíba.

Área Estratégica Externa Fazenda Bandeirantes - Portuense Gleba B

Descrição Geográfica do Espaço:

Área remanescente da Fazenda Bandeirantes-Portuense Gleba B, medindo 332ha, localizada junto ao limite noroeste da RB, ao norte do Rio São João e confrontante, ao norte e a oeste, com propriedades particulares. A área foi objeto do “Termo Provisório de Cessão”, de 05 de maio de 1994, acordado entre o INCRA e o IBAMA. O Termo ainda está em vigor, contudo, em 1995, por ocasião da comemoração dos 20 anos da RB, a área teria sido doada à UC.

Resultados Esperados:

- Incorporação da área ao patrimônio da RB.

Indicadores

- Número de hectares incorporados.

Atividades, sub-atividades e normas

- 1) Fazer gestões junto ao INCRA com vistas à transferência do imóvel para o acervo da UC.
- 2) Solicitar apoio ao MP para resolver questão pendente.

Área Estratégica Externa Remanescente Cedida pelo Contrato N° 05/99

Descrição Geográfica do Espaço:

Área com cerca de 782 ha, localizada à montante da Barragem de Juturnaíba, limitada pelo Rio São João, o Ribeirão das Crioulas e a RB. A área foi objeto de acordo entre o INCRA e o IBAMA, resultando no “Contrato de Concessão de Direito Real de Uso” de N° 05/99, ainda em vigor.

Resultados Esperados:

- Incorporação da área ao patrimônio da RB.

Indicadores

- Número de hectares incorporados.

Atividades, sub-atividades e normas

- 1) Fazer gestões junto ao INCRA com vistas à transferência do imóvel para o acervo da UC.
- 2) Solicitar apoio ao MP para resolver questão pendente.

Área Estratégica Externa Terras Agrícolas / Limite Oeste

Descrição Geográfica do Espaço:

Compreende as terras das Fazendas Presidente, Rio Preto e “do Japonês”. As propriedades dedicam-se à agropecuária extensiva, mantendo as pastagens com uso de fogo e herbicidas (e outros agrotóxicos).

Resultados Esperados:

- Reorientação da atividade, com emprego de práticas ambientalmente mais sustentáveis.
- Estabelecimento e preservação das Reservas Legais.
- Proteção e Recuperação das Áreas de Preservação Permanente.
- Recuperação dos solos degradados.

Indicadores

- Número de hectares de RL e APP em bom estado de conservação.
- Numero de queimadas controladas realizadas.
- Quantidade de herbicidas (e outros agrotóxicos) utilizados por hectare de pastagem.

Atividades, sub-atividades e normas

- 1) Levantar o passivo ambiental das propriedades para definição das compensações ambientais.
- 2) Fazer gestão junto ao MP para ajustamento de um TAC entre proprietários e IBAMA, visando à implantação/ recuperação de RL e APP.
- 3) Estabelecer e/ou reforçar vínculos de colaboração entre os proprietários e a RB, com vistas à proteção da biodiversidade na ZA da UC e à educação ambiental das populações residentes.
- 4) Apoiar e incentivar iniciativas de aumento da conectividade entre quaisquer fragmentos florestais existentes na área e a RB.
- 5) Apoiar e incentivar a implementação de práticas agropecuárias ambientalmente sustentáveis.
- 6) Apoiar e incentivar a adoção de práticas de recuperação e regeneração dos solos.
- 7) Exercer a fiscalização ambiental na área das propriedades, dentro dos limites da lei.

Área Estratégica Externa Terras Agrícolas / Limite Leste

Descrição Geográfica do Espaço:

Compreende as terras das fazendas localmente chamadas “Dr. Túlio”, “ de Celsinho” e “do Dudu Português”. As propriedades dedicam-se à agropecuária extensiva, mantendo as pastagens com uso de fogo e herbicidas, sendo que, na “do Dudu Português”, há intenso uso de agrotóxicos nas plantações de banana e inhame.

Além das propriedades citadas, inclui também a Fazenda Bonanza, com criação de gado e produção de banana. Nesta propriedade há um fragmento florestal em bom estado de conservação, podendo ser incluído como parte de um corredor florestal entre as RB's de Poço das Antas e União. Há intenção expressada pelos proprietários de parcelamento de parte da fazenda em lotes residenciais. Esta parte, que seria loteada, é área já grilada e alvo de conflitos graves.

Resultados Esperados:

- Reorientação da atividade com emprego de práticas ambientalmente mais sustentáveis.
- Estabelecimento e preservação das Reservas Legais.
- Proteção e recuperação das Áreas de Preservação Permanente.
- Recuperação dos solos degradados.
- Resolução dos conflitos de terra.

Indicadores

- Número de hectares de RL e APP em bom estado de conservação.
- Numero de queimadas controladas realizadas.
- Quantidade de herbicidas (e outros agrotóxicos) utilizados por hectare de pastagem.

Atividades, sub-atividades e normas.

- 1) Levantar o passivo ambiental das propriedades, para definição das compensações ambientais.
- 2) Fazer gestão junto ao MP para ajustamento de um TAC entre proprietários e IBAMA, visando à implantação/ recuperação de RL e APP.
- 3) Estabelecer e/ou reforçar vínculos de colaboração entre os proprietários e a RB, com vistas à proteção da biodiversidade na ZA da UC e à educação ambiental das populações residentes.
- 4) Apoiar e incentivar iniciativas de aumento da conectividade entre quaisquer fragmentos florestais existentes na área e a RB.
- 5) Apoiar e incentivar a implementação de práticas agropecuárias ambientalmente sustentáveis.
- 6) Apoiar e incentivar a adoção de práticas de recuperação e regeneração dos solos.

- 7) Exercer a fiscalização ambiental na área das propriedades, dentro dos limites da lei.

Área Estratégica Externa Fazenda Arizona / Limite Leste

Descrição Geográfica do Espaço:

Compreende as terras da Fazenda Arizona, de propriedade do Sr. Divo Perez. Na fazenda há somente pecuária extensiva, mas, apesar da pastagem ser manejada através de fogo e herbicida, contém um expressivo fragmento de mata bem conservado.

Segundo o INCRA, há uma Portaria que desapropria as terras, por razões de endividamento, junto ao Banco do Brasil.

Resultados Esperados:

- Reorientação da atividade com emprego de práticas ambientalmente mais sustentáveis.
- Estabelecimento e preservação das Reservas Legais.
- Proteção e recuperação das Áreas de Preservação Permanente.
- Recuperação dos solos degradados.
- Resolução da situação jurídica da propriedade.

Indicadores

- Número de hectares de RL e APP em bom estado de conservação.
- Numero de queimadas controladas realizadas.
- Quantidade de herbicidas (e outros agrotóxicos) utilizados por hectare de pastagem.

Atividades, sub-atividades e normas

- 1) Levantar o passivo ambiental das propriedades, para definição das compensações ambientais.
- 2) Fazer gestão junto ao MP para ajustamento de um TAC entre proprietários e IBAMA, visando à implantação/ recuperação de RL e APP.
- 3) Fazer gestão junto ao MP para definição da situação jurídica da propriedade.
- 4) Apoiar e incentivar iniciativas de aumento da conectividade entre quaisquer fragmentos florestais existentes na área e a RB.
- 5) Apoiar e incentivar a implementação de práticas agropecuárias ambientalmente sustentáveis.
- 6) Apoiar e incentivar a adoção de práticas de recuperação e regeneração dos solos.
- 7) Exercer a fiscalização ambiental na área das propriedades, dentro dos limites da lei.

Área Estratégica “Antiga Ilha Tinguiba” ou “Área do INCRA”

Descrição Geográfica do Espaço:

Trata-se de área do acervo imobiliário do INCRA, situada entre a Represa de Juturnaíba, a RB (da qual está separada pelo canal do São João), o PA Sebastião Lan e o limite municipal com Araruama. A área está ocupada por um grileiro, embora o INCRA alegue que já resolveu a questão judicial pendente.

Resultados Esperados:

- Reorientação da atividade com emprego de práticas ambientalmente mais sustentáveis.
- Estabelecimento e preservação das Reservas Legais.
- Proteção e recuperação das Áreas de Preservação Permanente.
- Implantação de técnicas de controle da poluição.
- Esclarecimento da situação jurídica e aplicação da decisão judicial.

Indicadores

- Número de hectares de RL e APP em bom estado de conservação.
- Número de queimadas controladas realizadas.
- Quantidade de herbicidas (e outros agrotóxicos) utilizados por hectare de pastagem.

Atividades, sub-atividades e normas

- 1) Fazer gestões junto ao MP e ao INCRA, com vistas à definição da situação jurídica da terra.
- 2) Fazer gestão junto ao MP para aplicação da decisão judicial.
- 3) Fazer gestão, junto ao INCRA, com vistas à localização e assentamento dos acampados do chamado “Brejão” na área.
- 4) Estabelecer parcerias para estabelecimento de projetos de apoio e extensão rural em toda a área, com vistas à implantação de práticas agrosilviculturais.

4.8. – Enquadramento das áreas de atuação por Programas Temáticos

A seguir, apresentam-se os QUADROS 4.14 e 4.15, onde se observa, de forma sintética, o enquadramento das Ações Gerenciais Gerais e das Áreas Estratégicas por Programas Temáticos, respectivamente.

QUADRO 4.14 – Enquadramento das Ações Gerenciais Gerais por Programas Temáticos

Ações Gerenciais Gerais Internas			
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Operacionalização
1) Estabelecer um Programa de Fiscalização para a RB, com o objetivo de manter a UC protegida de invasões humanas e animais (gado bovino, eqüino, caprino, etc.)	1) Manter cadastro e registro de todas as pesquisas já desenvolvidas e em andamento na RB.	1) Desenvolver um Programa de Educação Ambiental para a RB, com o objetivo geral de integrar a UC com as comunidades da Região, de forma a fortalecer a conscientização sobre a importância da conservação dos recursos e das espécies em extinção e incentivar o uso e o manejo dos recursos naturais na Zona de Amortecimento com práticas conservacionistas no que se refere aos recursos hídricos e solo.	1) Verificar, atualizar e redefinir os limites atuais da RB.
2) Reformular e manter rotina de fiscalização.	1.1) Manter organizado, em meio digital, o arquivo com o registro das pesquisas já realizadas e as que estão em andamento na RB.	1.1) Proporcionar apenas atividades guiadas na trilha interpretativa.	1.1) Incorporar área remanescente localizada na Fazenda Bandeirante Gleba B, de 332 ha, do acervo imobiliário do INCRA sob a posse da RB através do termo provisório de cessão datado de 5 de maio de 1994.
2.1) Estabelecer equipes diárias de fiscalização.	2) Sistematizar as informações sobre a RB através de constantes de relatórios e artigos dos pesquisadores.	1.2) Identificar parceiros, entre as ONGs, os órgãos governamentais dos municípios e universidades, abrangidos pela Região da RB para a elaboração e implantação do Programa de Educação Ambiental.	1.2) Incorporar área remanescente, de 781,733 ha, do Decreto nº 76532/75, pertencente ao acervo imobiliário do INCRA, localizado a montante da barragem de Juturnaíba, limitado pelo Rio São João, Ribeirão das Crioulas e a RB, também objeto de um contrato de concessão direito real de uso nº 05/49.
2.2) Realizar, quando necessário, operações especiais, envolvendo toda a equipe de fiscalização e parceiros.	3) Manter um funcionário encarregado de coordenar todas as atividades de pesquisa científica na RB.	1.2.1) Apresentar e discutir o Programa de Educação Ambiental com os parceiros existentes.	2) Fazer gestões para a revisão do Decreto de Criação da RB, considerando as áreas que estão em litígio atualmente.
3) Capacitar e atualizar periodicamente os Técnicos Ambientais encarregados pela fiscalização da RB.	4) Identificar, priorizar e incentivar a criação de novas linhas de pesquisa orientadas para o manejo da RB.	1.3) Estruturar o Programa de Educação Ambiental.	2.1) Demarcar a RB após a revisão dos seus limites.
3.1) Treinar a equipe de fiscalização para desenvolver as atividades de monitoramento indicadas neste plano.	4.1) Promover reuniões, encontros ou seminários para identificar novas linhas de pesquisa.	2) Implementar o Núcleo de Educação Ambiental da RB.	3) Revisar e reformar as cercas existentes nos limites da RB, priorizando os locais mais críticos, tais como Rio/canal São João, Rio/canal Aldeia Velha e Reservatório de Juturnaíba.
3.2) Estimular e facilitar a participação da equipe de fiscalização em seminários, palestras e cursos que possam contribuir para o aperfeiçoamento de suas atividades.	5) Priorizar e apoiar as pesquisas que subsidiarem o manejo e o plano de manejo da RB.	2.1) Dotar a RB de equipe especializada em atividades de educação ambiental.	4) Garantir a integridade do Sistema de Sinalização da RB.
3.3) Identificar as oportunidades de treinamento e capacitação oferecidos pelo IBAMA e outros órgãos ou instituições para a participação da equipe de fiscalização da RB.	5.1) Solicitar aos pesquisadores as recomendações de manejo relativas à pesquisa desenvolvida na RB.	2.2) Capacitar e treinar os funcionários, voluntários, parceiros e estagiários para atuarem na implementação do Programa de Educação Ambiental.	4.1) Conservar e manter as placas de sinalização da RB.
3.4) Na medida do possível, organizar palestras e seminários na RB e incentivar a participação de sua equipe.	6) Avaliar as áreas da RB com maior concentração de estudos e aquelas que carecem de informações.	3) Desenvolver um projeto permanente de avaliação de percepção/cognição do público-alvo do Programa de Educação Ambiental sobre todas as questões	5) Definir o espaço aéreo da RB.

Ações Gerenciais Gerais Internas			
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Operacionalização
3.5) Avaliar periodicamente o desempenho dos Técnicos Ambientais na realização de atividades de fiscalização.	6.1) Discutir com as instituições atuantes na RB sobre as áreas que carecem de estudos.	3.1) Manter, no Núcleo, um registro atualizado de todos os visitantes e participantes do Programa de Educação Ambiental da RB.	5.1) Desenvolver estudo técnico específico para delimitação do espaço aéreo da RB, conforme o Art. 7 do Decreto nº 4340/2002, de regulamentação da Lei nº 9.985/00.
4) Exigir dos usuários da RB (colaboradores, pesquisadores e funcionários da AMLD, pesquisadores das universidades, estudantes, entre outros), que comuniquem à RB a ocorrência de caçadores, pescadores e/ou quaisquer outras ameaças à Unidade.	7) Priorizar junto às instituições de pesquisa, estudantes de mestrado e doutorado, pesquisas e estudos necessários para o manejo da RB.	4) Definir estratégias de avaliação dos resultados esperados do Programa de Educação Ambiental.	5.2) Informar à Diretoria de Aeronáutica Civil (DAC) o espaço aéreo da RB, de forma a evitar vôos sobre a RB, exceto em ocasiões excepcionais e/ou programadas, tais como: incêndios, acidentes, calamidades públicas, operações de fiscalização e policiais.
5) Sistematizar, integrar e manter na RB as informações sobre autos de infração e termos de embargo e interdição.	8) Estabelecer vínculos formais com as universidades e instituições de pesquisa que já desenvolvem pesquisas na RB e com aquelas que se mostrem interessadas.	5) Produzir material de divulgação do Programa de Educação Ambiental da RB, divulgando suas atividades.	6) Adequar o Sistema de Comunicação da RB, para que este atenda as suas necessidades.
6) Dotar a equipe de fiscalização de equipamentos necessários para a realização das atividades, tais como: colete a prova de balas, botas e perneiras, facão, machado, moto-serra, GPS, rádios de comunicação, lanternas e equipamentos de primeiros socorros.	9) Incentivar periodicamente o "Encontro de Pesquisadores" da RB.	6) Produzir material educativo para as atividades de educação ambiental que, entre outros aspectos, aborde a RB e sua Região.	6.1) Fazer gestões para que a TELEMAR instale uma linha telefônica na RB.
7) Dotar a RB de condições de prestar primeiros socorros a acidentados no transcurso de atividades realizadas em seu interior.	9.1) Levantar recursos financeiros juntos a parceiros para a realização do Encontro de Pesquisadores na RB.	6.1) Produzir material informativo/educativo voltado para a questão de incêndios.	6.1.1) Instalar linha telefônica através de um sistema de rádio-telefonía moderno e digital.
7.1) Identificar, nas proximidades da RB, os locais que dispõem de soros antiofídicos e divulgar esta informação entre os funcionários e pesquisadores.	10) Captar e destinar recursos financeiros para execução das pesquisas consideradas prioritárias para a RB.	6.2) Produzir material informativo/educativo para a questão do aprisionamento de animais silvestres.	6.2) Instalar a rede do IBAMA intranet e internet via satélite.
8) Elaborar e implementar um Programa Permanente de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais na RB, que tem por objetivo geral detectar as áreas sensíveis à ocorrência de incêndios e evitar que estes tomem proporções impactantes.	11) Promover a integração deste Programa de Pesquisa com o de Educação Ambiental da RB.	7) Elaborar programa de exposições itinerantes, voltado prioritariamente à Região da RB.	6.3) Alimentar e atualizar o sistema de banco de dados no módulo de planejamento no Sistema de Informação de Unidades de Conservação do IBAMA/DIREC.
8.1) Integrar a este Programa o PREVFOGO que já atende à RB, de modo que passe a operar permanentemente.	12) Elaborar material de divulgação científica (por exemplo, boletim).	8) Elaborar material interpretativo (fotos, slides etc.) sobre as áreas e os recursos naturais da RB que não podem ser visitados ou vistos pelo público, explicando, entre outras coisas, sua importância para a conservação e a razão de não poderem ser visitados. A Trilha da Casa dos Morcegos pode servir para este fim. A formação presente nesta área permite a divulgação das características do ecossistema, o conhecimento de espécies de orquídeas e bromélias, típicas do ambiente e que	6.4) Solicitar ao IBAMA a criação de uma página na internet para a RB, a qual deverá ser mantida atualizada.

Ações Gerenciais Gerais Internas			
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Operacionalização
9) Dotar a RB de uma brigada permanente de combate a incêndios.	13) Instituir Programa de Monitoramento para a RB, com o objetivo de integrar todas as atividades desenvolvidas na UC, através dos resultados obtidos ao longo do tempo, além de subsidiar a avaliação da implementação do Plano.	9) Criar campanhas de sensibilização voltadas para a comunidade da Região da RB, visando seu envolvimento na proteção da UC.	7) Promover e manter o funcionamento do Conselho Consultivo da RB, presidido pelo seu chefe, conforme o disposto no Art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.
9.1) Implementar rotina de trabalho para os brigadistas.	13.1) Criar, na RB, um banco de dados para o monitoramento.	9.1) Realizar campanhas anuais contra incêndios florestais, priorizando a época que antecede ao período crítico de sua ocorrência.	7.1) Elaborar o Regimento Interno do Conselho Consultivo da RB.
9.2) Elaborar relatório diário e final de incêndios ocorridos, conforme modelo do PREVFOGO.	13.2) Estabelecer um conjunto de indicadores para monitoramento da RB.	9.2) Realizar campanhas de divulgação contra o aprisionamento de animais silvestres e sobre a importância da RB para a conservação e conhecimento da biodiversidade.	8) Elaborar ou concluir Regimento Interno da RB.
9.3) Dotar a RB de infra-estrutura, equipamentos e ferramentas necessárias para a formação da brigada permanente de prevenção e combate a incêndios florestais.	13.3) Monitorar as áreas degradadas para acompanhar seu processo de regeneração natural.	10) Solicitar ao IBAMA cópias de vídeos educativos que abordem temas, tais como água, lixo, conservação e proteção de espécies, entre outros.	9) Desenvolver um Programa de Comunicação Social para a RB, com o objetivo de melhorar a comunicação entre a UC, ZA, região e as instituições locais, regionais, nacionais e internacionais, que de alguma forma tenham relação ou potencial de envolvimento com a Reserva.
9.4) Adquirir uma viatura especial para transporte de 14 brigadistas, dos objetos pessoais e de todos os equipamentos e materiais para o combate aos incêndios.	13.4) Monitorar a fauna através de técnicas diretas e indiretas.	11) Organizar e divulgar calendário de eventos abertos ao público, que tenham como objetivo a conscientização ambiental.	9.1) Elaborar vídeo e CD de divulgação sobre a RB.
9.5) Instalar sistema de imageamento a distância para prevenção de incêndios.	13.5) Monitorar o aparecimento e os efeitos das espécies exóticas, como, por exemplo, <i>Achatina fulica</i> .		9.2) Fazer gestões para legalizar a logomarca oficial da RB:
10) Implementar Programa de Manejo e Proteção das Espécies de Fauna e Flora da RB, que tem por objetivo geral conservar, recuperar e manter a biodiversidade existente na UC, assim como incentivar a conservação das espécies na ZA, incluindo o controle das atividades impactantes.	13.6) Avaliar os impactos negativos sobre as trilhas mais utilizadas, tais como Portuense, Pelonha, Rodolfo Norte, Rodolfo Sul e Trilha Interpretativa Boi Branco.		9.2.1) Difundir a logomarca da RB.
10.1) Elaborar e implementar plano de conservação e manejo das espécies de invertebrados identificadas, na Avaliação Ecológica Rápida (AER), como raras e ameaçadas, <i>Parides ascanius</i> , borboleta-da-praia, que parece estar restrita às matas próximas às áreas inundadas pela Barragem de Juturnaíba; <i>Mimoides lysithous harissianus</i> (criticamente em perigo no Estado do Rio de Janeiro); <i>Morpho achilles</i> deve ser alvo de ações	13.7) Avaliar e monitorar os impactos negativos da BR-101, da ferrovia e das demais estradas, assim como dos dutos sobre a RB.		9.2.2) Identificar, produzir e lançar produtos que possam ser associados à logomarca oficial da RB.

Ações Gerenciais Gerais Internas			
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Operacionalização
que previnam a médio e a longo prazo a redução de sua população dentro da RB, em cuja ocorrência foi registrada na Pelonha, na Portuense e na Casa dos Morcegos.			
10.2) Elaborar e implementar plano de conservação e manejo das espécies de mamíferos identificadas, na Avaliação Ecológica Rápida (AER), como ameaçadas ou presumivelmente ameaçadas, tais como <i>Agouti paca paca</i> , <i>Dasybus sp. tatu</i> , <i>Pecari tajacu cateto</i> e <i>Leontopithecus rosalia</i> mico-leão-dourado, em perigo para o Estado do Rio de Janeiro.	13.8) Avaliar o impacto do uso de “cachos de banana” no interior da RB para atrair os micos-leões-dourados durante a realização de pesquisas, assim como de outros atrativos sobre os vários grupos de fauna.		9.3) Fornecer e solicitar aos meios de comunicação a divulgação de informações sobre a RB.
10.3) Elaborar e implementar plano de conservação e manejo das espécies de aves identificadas, na Avaliação Ecológica Rápida (AER), como ameaçadas, tais como <i>Anhinga anhinga</i> biguatinga (VU), <i>Ciconia maguari</i> joão-grande (VU), <i>Cairina moschata</i> pato-do-mato (VU), <i>Leucopternis lacernulatus</i> gavião-pomba (VU), <i>Heliornis fulica</i> picaparra (VU), <i>Columba speciosa</i> pomba-trocal (VU), <i>Claravis godefrida</i> pararu (EP), <i>Pteroglossus aracari</i> araçari-de-bico-branco (VU), <i>Myrmotherula minor</i> (VU, D), <i>Ornithion inerme</i> poiadeiro-de-sobrancelha, <i>Rhynchocyclus olivaceus</i> bico-chato-grande (VU), <i>Pipra rubrocapilla</i> cabeça-encarnada (VU), <i>Dixiphia pipra</i> cabeça-branca (VU), <i>Tangara mexicana</i> cambada-de-chaves (VU), <i>Sporophila collaris</i> coleiro-do-brejo (EP) e <i>Oryzoborus angolensis</i> curió (VU, D).	13.9) Monitorar as condições meteorológicas.		9.4) Veicular informação sobre o papel da RB na amenização das condições microclimáticas locais, tais como: barreira para velocidade de ventos; aumento de umidade dos solos e ar; regularização de chuvas; controle de pragas e melhoria da qualidade de vida.
10.4) Elaborar e implementar plano de conservação e manejo das espécies de répteis e anfíbios identificadas, na Avaliação Ecológica Rápida (AER), como raras e espécies que têm a distribuição restrita dentro da RB, respectivamente, entre as quais se encontram <i>Caiman latirostris</i> jacaré-de-papo-amarelo, que tem o Rio São João como seu ambiente e <i>Arcovomer passarelli</i> , <i>Chiasmocleis carvalhoi</i> , <i>Euparkerella cochranæ</i> , <i>Phyllodytes luteolus</i> , <i>Flectonotus goeldii</i> e <i>Sphaenorhincus planicola</i> .	13.10) Monitorar a frequência, intensidade e efeitos das queimadas e incêndios florestais.		9.5) Atualizar e arquivar as notícias veiculadas pela mídia sobre a RB e, quando necessário e pertinente, responder aos questionamentos feitos.
10.5) Elaborar e implementar plano de			9.6) Criar e manter atualizada uma página na

Ações Gerenciais Gerais Internas			
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Operacionalização
conservação e manejo das espécies da flora identificadas, na Avaliação Ecológica Rápida (AER), como ameaçadas na RB, tais como <i>Banara brasiliensis</i> , <i>Cariniana legalis</i> , <i>Inga bullata</i> , <i>Inga leptantha</i> , <i>Inga platyptera</i> , <i>Inga sellowiana</i> , <i>Ocotea pretiosa</i> , <i>Sorocea guillemianiana</i> (registrada na Pelonha), <i>Trichilia ramalhoi</i> (registrada na Pelonha), <i>Trichilia silvatica</i> (registrada na Pelonha), <i>Trichilia casaretti</i> (registrada na Portuense), <i>Trichilia lepidota</i> ssp. <i>Schumanniana</i> (registrada na Portuense e na Pelonha) e <i>Plathymenia foliolosa</i> (encosta da Portuense).			INTERNET para a RB.
10.6) Eliminar ou controlar as espécies exóticas, invasoras, introduzidas e domésticas que se encontrem no interior da RB, visando à proteção das espécies nativas.			9.7) Divulgar nos meios de comunicação, próprios ou não (página na INTERNET, boletim informativo, seção nos jornais locais, horários nas rádios e emissoras de televisão locais, entre outros) os benefícios que a RB gera, assim como seus atributos, objetivos, normas, atividades, programas (Centro de Educação Ambiental, resultados e monitoramentos realizados, entre outros).
10.6.1) Elaborar projeto específico para controle e/ou eliminação da espécie exótica <i>Achatina fulica</i> caramujo gigante africano.			9.8) Decodificar e divulgar os resultados das pesquisas para a comunidade da Região da RB.
10.6.2) Eliminar ou controlar as espécies vegetais exóticas que se encontrem no interior da RB, tais como <i>Artocarpus heterophylla</i> jaqueira, <i>Musa paradisiaca</i> bananeira, <i>Elaeis guinnensis</i> dendê e <i>Citrus</i> sp. laranja.			9.8.1) Divulgar os resultados das pesquisas para o público, em especial para a comunidade, associações, ONGs, órgãos governamentais municipais da Região da RB, adotando linguagem adequada e estratégias apropriadas (cartilhas, palestras etc.).
10.6.3) Eliminar ou controlar as espécies de animais domésticos que se encontrem no interior da RB, entre as quais <i>Rattus norvegicus</i> ratazana doméstica, <i>Rattus rattus</i> rato-doméstico e <i>Mus musculus</i> camundongo doméstico, além de cães, gatos e vacas.			9.9) Divulgar amplamente o Encontro de Pesquisadores na comunidade científica.
10.6.4) Eliminar ou controlar as espécies de aves introduzidas e invasoras que se encontrem no interior da RB, entre as quais <i>Columba livia</i> pombo doméstico (introduzida), <i>Passer domesticus</i> pardal (introduzida), <i>Estrilda astrild</i> biquinho-de-lacre (introduzida), <i>Bubulcus ibis</i> garça-vaqueira (invasora), <i>Columba picazuro</i>			9.10) Divulgar junto às Universidades, Centros de Pesquisa e ONGs, as oportunidades de pesquisa existentes na RB, com o propósito de aumentar o número de pesquisadores interessados na UC.

Ações Gerenciais Gerais Internas			
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Operacionalização
pomba-asa-branca (invasora), Furnarius figulus casaca-de-couro-da-lama (invasora), Phacellodomus rufifrons joão-de-pau (invasora), Nemosia pileata saíra-de-chapéu-preto, Sporophila lineola bigodinho (invasora), Cariama cristata seriema (invasora), Athene cunicularia coruja-buraqueira (invasora), Todirostrum cinereum relógio (invasora), Fluvicola nengeta lavadeira-mascarada (invasora), Gubernetes yetapa tesoura-do-brejo (invasora), Machetornis rixosa bem-te-vi-do-gado (invasora), Nemosia pileata saíra-do-chapéu-preto (invasora), Sicalis flaveola canário-da-terra-verdadeiro (invasora), Sicalis luteola tipio (invasora), Emberizoides herbicola canário-do-campo, Agelaius ruficapillus garibaldi (invasora), Sturnella superciliaris polícia-inglesa-do-sul (invasora), Gnorimopsar chopi melro (invasora), Syrigma sibilatrix Maria-faceira (invasora), Elanus leucurus gavião-peneira (invasora) e Nystalus chacuru joão-bobo (invasora).			
11) Elaborar Programa de Recuperação das Áreas Degradadas Internas, que tem por objetivo geral identificar, mapear e definir o grau de degradação e suas causas, tanto das áreas de dentro da RB como na ZA, de forma a desenvolver projetos específicos de recuperação de áreas degradadas, melhorando, assim, a qualidade da cobertura vegetal da RB.			10) Completar quadro de pessoal para desempenhar funções na RB
11.1) Implementar estratégias de recuperação das áreas degradadas na RB, com base em projetos específicos.			10.1) Manter e ampliar a contratação dos serviços temporários para atender demandas específicas, tais como: manutenção e limpeza das instalações, vigilância patrimonial, manutenção de equipamentos e rede de informática e manutenção de veículos.
11.2) Realizar o levantamento e mapeamento das áreas degradadas, identificando, entre outros aspectos, o tamanho e o estado de degradação de cada área.			10.2) Estabelecer um Programa de estágios e voluntariado para a RB.
12) Definir ações preventivas e corretivas para o caso de ocorrência de acidentes potenciais associados a BR-101, dutos, ferrovias e assentamentos em associação			10.2.1) Oferecer vagas para estagiários e voluntários, e identificar meios para que desenvolvam as atividades ligadas a educação ambiental e/ou pesquisa,

Ações Gerenciais Gerais Internas			
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Operacionalização
com as instituições responsáveis.			atividades de alimentação da base de dados do sistema de monitoramento, sistematização das pesquisas, entre outras.
			11) Promover a capacitação periódica dos funcionários da RB, em especial nos seguintes temas: relações públicas, legislação ambiental, ecologia e conservação dos recursos naturais, utilização de GPS (Global Positioning System), cartografia, educação ambiental, captação de recursos, geoprocessamento e informática e primeiros socorros.
			11.1) Fazer gestão junto às diretorias do IBAMA para a inclusão dos funcionários da RB nos cursos de capacitação promovidos pela instituição.
			11.2) Organizar e realizar seminário interno para a apresentação aos funcionários e internalização do Plano de Manejo da RB.
			12) Legalizar as cooperações e parcerias atuais com instituições, tais como: Batalhão Florestal, ONGs, universidades, centros de pesquisa, prefeituras municipais e Consórcio da Bacia do Rio São João.
			12.1) Legalizar e formalizar a parceria com a AMLD, e estabelecer atribuições, direitos e deveres do IBAMA e desta Associação.
			12.2) Restabelecer parceria com o Comando da Base Aero-Naval de São Pedro da Aldeia para que seja realizado um sobrevôo mensal, com a participação do chefe da RB, visando contribuir para a fiscalização da Reserva.
			12.3) Desenvolver ações legais, junto a Prefeitura de Silva Jardim, no sentido de remover as ossadas do cemitério existente no interior da RB após ouvir as famílias envolvidas.
			13) Captar e destinar recursos financeiros para o gerenciamento da RB.
			14) Retirar manilhas de cimento abandonadas na RB, localizadas na entrada da Trilha Portuense, do outro lado da Estrada Principal e no entroncamento da Estrada Principal com a Casa dos Pesquisadores.
			15) Reativar o funcionamento e reformar a Casa dos Pesquisadores, visando melhorar sua infra-estrutura e aumentar a

Ações Gerenciais Gerais Internas			
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Operacionalização
			segurança.
			15.1) Transferir a administração da Casa dos Pesquisadores para o IBAMA.
			16) Reformar a construção denominada "Casa dos Morcegos", viabilizando o seu uso para pesquisa.
			17) Disponibilizar o Alojamento, a Casa dos Pesquisadores e o laboratório para os pesquisadores.
			17.1) Solicitar a todos os pesquisadores um cronograma de atividades constando dia / período do dia / local / atividade de realização de sua pesquisa científica dentro da RB.
			18) Identificar e informar aos pesquisadores os riscos potenciais de acidentes no interior da RB.
			18.1) Fornecer, aos pesquisadores, informações sobre como proceder em caso de acidentes, incluindo os locais para onde devem ser encaminhados os acidentados.
			19) Estabelecer convênios e Acordos de Cooperação Técnica com instituições que possam colaborar no monitoramento da RB.

Ações Gerenciais Gerais Externas				
Proteção/manejo	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
1) Efetivar e intensificar a fiscalização na Zona de Amortecimento.	1) Desenvolver, com apoio das secretarias municipais da Região da UC, campanhas de aproveitamento dos resíduos orgânicos oriundos das culturas.	1) Estabelecer termo de cooperação com as prefeituras da Região da RB, visando reforço de pessoal, em especial, para desenvolver serviços gerais.	1) Solicitar ao Programa Nacional de Florestas (PNF), existente na Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), do MMA, a divulgação do Projeto de Florestas Energéticas junto aos municípios da Zona de Amortecimento.	1) Exigir cumprimento da legislação vigente com relação a obrigatoriedade de consulta ao órgão que administra a RB, para que todo e qualquer licenciamento na Zona de Amortecimento seja enviado para parecer da Chefia da RB.
2) Verificar o cumprimento, por parte das propriedades vizinhas, das normas ambientais e de uso e ocupação do solo da Zona de Amortecimento.	2) Desenvolver, com apoio das secretarias municipais da Região da RB, campanhas de reciclagem do lixo.	2) Envolver outros órgãos de fiscalização da União, do Estado e dos municípios em operações especiais na RB e na sua Zona de Amortecimento.	2) Divulgar iniciativas de alternativas de uso de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros para o desenvolvimento sustentável.	2) Acompanhar as condicionantes de licenciamento de empreendimentos que venham a ser propostos para a ZA.
3) Acompanhar criadouros de espécies exóticas na Zona de Amortecimento da RB.	3) Promover campanhas, junto aos produtores rurais da Região da RB, prevenindo danos ambientais.	2.1) Incentivar a criação de um Destacamento Florestal (polícia) na Região da RB.	3) Promover o envolvimento de instituições governamentais e não-governamentais, no que se refere à disponibilização de apoio técnico aos proprietários da Zona de Amortecimento, no sentido de estimulá-los a adotarem técnicas agroecológicas.	3) Acompanhar o cumprimento das medidas mitigadoras constantes nas licenças de implantação e operação de empreendimentos, na ZA.

Ações Gerenciais Gerais Externas				
Proteção/manejo	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
4) Fiscalizar as atividades dentro das RPPN's localizadas na Zona de Amortecimento da RB.	4) Realizar parceria com órgão de extensão rural, para realizar campanhas de uso de defensivos agrícolas.	2.2) Estabelecer e formalizar a parceria atual com o Corpo de Bombeiro de Casimiro de Abreu, Macaé, Cabo Frio, Magé e Alto da Boa Vista.	4) Fazer gestões, junto às prefeituras locais, para a implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável.	4) Acompanhar a aplicação de recursos oriundos de medidas compensatórias destinados à RB.
5) Divulgar o Roteiro Metodológico para a elaboração de Plano de Manejo para RPPNs, do IBAMA (2004).	5) Desenvolver atividades educativas e preventivas de incêndios na Zona de Amortecimento da RB:	3) Estabelecer parcerias com movimentos sociais, universidades e prefeituras, para desenvolver atividades de educação ambiental e agricultura sustentável na ZA da RB.	5) Incentivar iniciativas de aproveitamento de resíduos oriundos de cultivos, como forma de implementação de renda (ex. artesanato com palha de bananeira).	5) Estabelecer parceria formal com Batalhão Florestal para apoio a ações de fiscalização rotineiras na ZA.
6) Incentivar as RPPNs para que elaborem seus Planos de Manejo.	5.1) Orientar os agricultores sobre a prática das queimadas, enfatizando os danos que a mesma acarreta ao meio ambiente, reiterando a necessidade de solicitarem licença com antecedência ao IBAMA, para procederem às queimadas.	4) Estabelecer negociações para a criação de um mosaico de UCs na Baixada Litorânea Norte, englobando as UCs federais, estaduais e municipais, atuais e futuras.	6) Incentivar iniciativas de aproveitamento de produtos naturais, tais como taboa, sementes, cipós, bambu e restos de madeira, visando o desenvolvimento do artesanato e produtos de movelaria fina.	6) Estabelecer parceria formal com a Base Aeronaval de São Pedro da Aldeia para participação em vãos rotineiros de instrução, visando maior efetividade nas ações fiscalizadoras a Região da RB
7) Estabelecer um programa para efetivação das Reservas Legais nas propriedades localizadas na Zona de Amortecimento e fiscalizar estas áreas regularmente.	5.2) Fazer gestão junto ao órgão de extensão rural para divulgação dos procedimentos necessários para o uso das queimadas, bem como outras técnicas alternativas ao uso do fogo.	5) Firmar termos de cooperação técnica com universidades, EMATER e prefeituras da Região da RB, para implementação de assistência técnica às atividades agrícolas em geral.	7) Estimular a implantação de agroindústrias familiares e/ou comunitárias na Região da RB.	7) Estabelecer parcerias formais com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e/ou de Agricultura para apoio nas ações de fiscalização na Região da RB.
8) Articular, com outras instituições estaduais, municipais e proprietários, a proteção de áreas identificadas fora da RB como de interesse para conservação, para criação de UCs ou seu reconhecimento em RPPNs, a saber:	5.3) Solicitar à EMBRAPA e ao PREVFOGO folhetos informativos sobre o uso correto do fogo, bem como normas para a realização de queimadas e fazer divulgação dos mesmos na Região da RB.	6) Estabelecer parcerias com as universidades e centros de pesquisa para que sejam desenvolvidos estudos nas propriedades rurais lindeiras à RB, visando à identificação e posterior orientação do manejo agropecuário utilizado.	8) Incentivar a produção de mudas para o programa de fomento florestal e recuperação de áreas degradadas.	8) Buscar apoio das Universidades e Órgãos de extensão para a elaboração do projeto de recuperação das margens dos Rios Aldeia Velha e São João.
9) Elaborar e implantar projeto de recuperação das margens dos Rios Aldeia Velha e São João, priorizando as margens erodidas.	5.4) Desenvolver campanhas junto às propriedades rurais e assentamentos para a conscientização da necessidade da recomposição das margens de todos os cursos d'água.	7) Divulgar, junto aos órgãos estaduais e municipais, o Plano de Manejo, seus limites, normas e usos permitidos na Zona de Amortecimento.	9) Incentivar o cooperativismo para o desenvolvimento, a melhoria e o aproveitamento das oportunidades oferecidas pela RB, com o apoio das prefeituras municipais.	8.1) Identificar órgãos financiadores e apresentar o projeto.
9.1) Envolver os proprietários nas ações de recuperação e proteção das áreas de preservação permanente.	6) Desenvolver folheto sobre a proibição da caça, coleta de material biológico e extração de madeira no interior da RB.	8) Incentivar a criação de RPPN e outras categorias de Unidades de Conservação na Zona de Amortecimento.	10) Estimular a implementação do ecoturismo e do turismo rural, entre outras categorias, nos municípios da Região da RB, com os seguintes enfoques:	8.2) Captar recursos através de associações e ONGs.
9.2) Desenvolver campanhas junto às propriedades rurais e assentamentos para a	7) Realizar reuniões periódicas com as comunidades da Região da RB, abordando	9) Sensibilizar os municípios do entorno para a concepção de programas dedicados às	11) Apoiar os municípios na elaboração e implantação da Agenda 21.	9) Firmar Acordos de Cooperação com o INCRA e as Prefeituras Municipais para a

Ações Gerenciais Gerais Externas				
Proteção/manejo	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
conscientização da necessidade da recomposição das margens de todos os cursos d'água.	temas específicos de interesse da RB.	necessidades das populações locais.		proteção da Zona de Amortecimento.
9.3) Recompôr as margens destes rios com espécies florestais, arbustivas e arbóreas nativas, na tentativa de restaurar a composição original.	8) Envolver os proprietários nas ações de recuperação e proteção das áreas de preservação permanente.	9.1) Promover, em conjunto com os municípios e organizações afins, programas que contemplem a conservação de solos, a agricultura orgânica, o controle no uso de agrotóxicos, o combate aos desmatamentos, a formação de reserva legal, a manutenção de matas ciliares, achados paleontológicos ou arqueológicos, a adequação de estradas e a criação de RPPN.	12) Apoiar a criação de consórcios intermunicipais para a contratação de técnicos especializados no trato da questão ambiental.	10) Estabelecer com Universidades e outras Instituições afins, protocolo de cooperação técnica para implantação de trabalhos de extensão.
10) Informar aos proprietários das áreas de preservação permanente acerca do seu <i>status</i> de proteção e a necessidade da sua recuperação e manutenção.	9) Informar aos proprietários das áreas de preservação permanente acerca do seu <i>status</i> de proteção e a necessidade da sua recuperação e manutenção.	9.2) Despertar o interesse dos meios de comunicação locais em apoiar o programa e os meios necessários para o atendimento ao público-alvo.	13) Sistematizar e difundir as técnicas de conservação do solo e da água.	
11) Elaborar Programa de Recomposição de Matas Ciliares.	10) Divulgar o Plano de Manejo da Reserva Biológica de Poço das Antas junto às comunidades da Zona de Amortecimento.	9.3) Buscar, junto à iniciativa privada e ao governo, recursos para viabilizar o programa.	14) Estimular, diante da capacidade política pluripartidária das prefeituras da Região da UC, atos dos congressistas que possam contribuir com a RB e as comunidades da Zona de Amortecimento.	
	11) Distribuir o Resumo Executivo do Plano de Manejo a interessados, tais como professores, pesquisadores, bibliotecas, diversas ONGs e organizações governamentais, prefeituras, doadores, visitantes ilustres, etc.	10) Desenvolver posturas pró-ativas de modo a articular e integrar a RB nos diversos segmentos sociais do entorno (assentamentos, sindicatos, movimentos sociais e outros).	15) Fazer gestão para criação de associações de reposição florestal obrigatória.	
	12) Divulgar a Lei do SNUC como legislação que garante ao IBAMA o controle ambiental na Zona de Amortecimento das Unidades de Conservação.	10.1) Articular as atividades deste Plano com as políticas e com os programas e planos locais, regionais, nacionais e internacionais que possam afetá-lo direta ou indiretamente.		
	12.1) Distribuir exemplares da referida lei nas prefeituras, órgãos oficiais, sindicatos e associações, dentre outros.	11) Criar uma rotina de envolvimento dos proprietários limítrofes com questões diversas da RB, pela qual estarão previstas visitas frequentes, objetivando, principalmente, os seguintes pontos:		
	13) Desenvolver um programa	12) Desenvolver e implementar		

Ações Gerenciais Gerais Externas				
Proteção/manejo	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
	de educação ambiental para a Zona de Amortecimento.	um calendário de atividades da RB que inclua os eventos da região.		
	14) Produzir e distribuir livreto com a legislação ambiental aplicável à RB e à Zona de Amortecimento.	12.1) Manter atualizado o levantamento dos locais e datas de eventos da região, que possam envolver a RB.		
	14.1) Reunir toda a legislação necessária à composição de tal livreto.	12.2) Prever o envolvimento anual da RB nos eventos identificados.		
	15) Colaborar no treinamento e capacitação de pessoal e professores da rede escolar em educação ambiental, enfocando temas relacionados com a problemática ambiental regional.	12.3) Divulgar e atualizar o calendário de atividades da RB nos âmbitos local, regional, nacional e internacional, quando necessário.		
	16) Identificar, apoiar e participar de eventos educativos na Zona de Amortecimento da RB.	13) Apoiar a divulgação técnico-científica das pesquisas realizadas na Zona de Amortecimento.		
	17) Promover a formação de associações de defesa da RB, nos municípios da Região.	14) Incentivar/estimular o apoio dos órgãos de assistência técnica na região.		
		15) Incentivar/estimular o apoio a programas ou projetos de órgãos oficiais.		
		16) Solicitar às prefeituras municipais a manutenção das principais estradas vicinais da Zona de Amortecimento, em especial daquelas utilizadas pela fiscalização da RB.		
		17) Desenvolver, imediatamente, projeto específico, visando a identificação de propostas viáveis para a solução de conflitos entre o IBAMA, o INCRA e a comunidade assentada/acampada, na área.		

QUADRO 4.15 – Enquadramento das Áreas Estratégicas por Programas Temáticos

Área estratégica interna margem esquerda do Rio / Canal São João					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
1) Intensificar a fiscalização, visando evitar e coibir atividades de pesca, caça e extração vegetal e mineral. 3) Proteger as espécies de aves dependentes dos ambientes aquáticos na localidade do Rio São João, incluindo a única população remanescente de ipequi <i>Heliornis fulica</i> .	4) Estimular estudos sobre a ictiofauna. 5) Estimular estudos das matas ciliares existentes e vegetação marginal.				2) Construir uma rampa de acesso de concreto para embarcação da fiscalização.
Área Estratégica Interna Margem direita do Rio / Canal Aldeia Velha					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
1) Intensificar a fiscalização sobre atividades de pesca, caça e extração vegetal e mineral. 2) Recuperar mata ciliar ao longo do canal.	3) Estimular estudos das matas ciliares existentes e vegetação marginal.				
Área Estratégica Interna Ferrovia					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
7) Fiscalizar o uso de técnicas e procedimentos que coloquem em risco a integridade da UC, tais como queimadas, uso de maçarico e descarte do lixo produzido.	11) Realizar estudos sobre os impactos causados por vibrações, ruídos e atropelamento sobre a fauna e fragmentação sobre a fauna e vegetação.				1) Fazer gestão para a retirada / mudança do leito da ferrovia no trecho que esta corta a RB. 1.1) Realizar os procedimentos técnicos e administrativos para que se realizem os estudos pertinentes à retirada da ferrovia do interior da RB, de acordo com a legislação vigente. 2) Exigir da instituição responsável pela ferrovia a adoção imediata de medidas de segurança, tais como redução da velocidade do trem, recuperação dos trilhos, estabelecer procedimentos

					<p>de qualidade com os maquinistas e funcionários, estabelecimento e notificação dos horários de transportes de produtos e a sua natureza.</p> <p>3) Exigir a elaboração de projeto de análise de riscos e a implantação de um plano de emergência e contingência.</p> <p>4) Acompanhar e fiscalizar a implantação de infraestrutura de segurança, drenagem e aceiros.</p> <p>5) Acionar imediatamente o Ministério Público, a fim de estabelecer um TAC entre o IBAMA e a instituição responsável pela ferrovia, para elaboração e implantação de um plano de uso e um plano para o desvio de trechos da ferrovia para fora da RB.</p> <p>6) Propor que a manutenção e a conservação da linha férrea, dentro dos limites da RB, sigam os padrões de qualidade máxima.</p> <p>8) Acompanhar o processo de licenciamento junto à diretoria de licenciamento do IBAMA, assim como fazer gestões para a internalização dos recursos oriundos de medida compensatória.</p> <p>9) Cobrar da empresa responsável pela ferrovia a informação da realização de atividades de inspeção de rotina, de manutenção e limpeza, dentro da UC, para o devido acompanhamento.</p> <p>10) Exigir da instituição responsável pela ferrovia a</p>
--	--	--	--	--	--

					aplicação da legislação específica do transporte de cargas tóxicas perigosas, enquanto não for resolvida a sua retirada.
Área Estratégica Interna Torre de Incêndio II					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
					<ol style="list-style-type: none"> 1) Manter a torre II em perfeito estado de conservação. 2) Viabilizar projeto de imageamento remoto para estudo de dinâmica de incêndio, com vistas à prevenção de sua ocorrência na RB. 3) Manter os procedimentos de segurança, inclusive o uso de EPI, quando da operação da torre.
Área Estratégica interna Turfa					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
4) Implementar rotina de fiscalização de focos de incêndios na área de turfa.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Realizar estudos para detalhamento da área de turfa, incluindo sua real delimitação, sua profundidade e um levantamento planialtimétrico mais completo. 2) Realizar estudos sobre a viabilidade de desenvolver projeto de malhas de canais de irrigação, para levar água para a área de solo orgânico. 3) Monitorar e avaliar os resultados de possíveis intervenções em relação à recuperação da área, no que diz respeito ao solo, recurso hídrico, fauna e flora. 				
Área Estratégica Interna Área Alagada					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de	Operacionalização

				Desenvolvimento	
2) Intensificar atividades de proteção geral da área, considerando o programa de fiscalização.	1) Realizar estudos para caracterização do ambiente que incluam evolução do relevo, qualidade da água, tipo de solo, florística, estrutura e fauna associada. 3) Realizar mapeamento detalhado da área. 4) Realizar análise temporal e espacial da área. 5) Dar ênfase a pesquisas de espécies dependentes, exclusivamente desse tipo de habitat. 6) Implantar Projeto de monitoramento do estado de conservação da área alagada.				
Área Estratégica Interna Posto da barragem e talude (cota de inundação)					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
6) Impedir alterações que possam descaracterizar a diversidade de habitats existentes nesta localidade, diminuindo a biodiversidade da RB. 7) Intensificar ações de fiscalização, de forma a coibir: a pesca, a caça, atividades de recreação e lazer e a presença de animais domésticos, entre outras possibilidades.	10) Identificar e preservar brejos de taboa, visando à proteção de <i>Parides ascanius</i> .				1) Implantar posto de fiscalização na casa que existe atualmente neste local. 2) Contratar equipe de fiscalização ou de vigilância terceirizada. 3) Adquirir equipamento de Radiocomunicação, conforme especificado no item AGGI Operacionalização. 4) Adquirir veículo motorizado conforme especificado no item AGGI Operacionalização. 5) Implementar rotina de fiscalização, seguindo a orientação do item AGGI Operacionalização. 8) Exigir práticas, ambientalmente corretas, de manutenção do talude. 9) Solicitar relatórios das auditorias de segurança do

					talude. 11) Avaliar os relatórios das auditorias de segurança do talude.
Área Estratégica Interna Sede					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
	9.2) Desenvolver estudo para a determinação da capacidade de suporte da Trilha Interpretativa, após sua reformulação.	9.4) Redefinir o objetivo da trilha em função do público-alvo, formado por professores e alunos da rede de ensino fundamental e ensino médio da região da RB.			1) Reformar e ampliar as instalações atuais existentes na Sede da RB, de forma a atender, satisfatoriamente, às atividades nela desenvolvidas. 1.1) Adequar a Sede Administrativa quanto a móveis e equipamentos necessários. 2) Reformar e ampliar o almoxarifado e a sala para o armazenamento de material apreendido, seguindo as orientações que constam no projeto do IBAMA. 3) Reformar e ampliar a garagem atual. 4) Reformar e ampliar a oficina para guarda de ferramentas e peças para a realização de consertos. 5) Construir o pórtico de entrada e reformar o posto de vigilância da Sede da RB. 6) Construir instalações específicas para os brigadistas e instalação para a guarda dos equipamentos de prevenção e combate a incêndios. 7) Adequar instalações e equipamentos de apoio à fiscalização. 7.1) Reformar e ampliar as

					<p>instalações de apoio à fiscalização.</p> <p>7.2) Implantar posto permanente de fiscalização localizado na barragem, aproveitando a casa já existente na área.</p> <p>7.3) Manter em bom estado de uso a ponte de acesso à Estrada do Aristides.</p> <p>8) Adequar o Centro Educativo da RB, de forma a atingir seus objetivos.</p> <p>8.1) Dotar o Centro Educativo de móveis e equipamentos.</p> <p>8.2) Dotar o Centro Educativo de fossa séptica/filtro/sumidouro e instalações hidráulicas com poço semi-artesiano.</p> <p>8.3) Providenciar instalações específicas para atender ao Núcleo de Educação Ambiental da RB.</p> <p>9) Reformular e garantir a manutenção da Trilha Interpretativa Boi Branco.</p> <p>9.1) Reformular o trajeto atual da trilha visando recuperar as áreas degradadas, reformular seu leito, impedir a abertura ou a ampliação de trilhas secundárias (atalhos) e sinalizá-la de forma a que o visitante tenha acesso a informações de todos os ambientes e atributos naturais presentes na RB.</p> <p>9.3) Reformular e manter em bom estado de conservação as placas e painéis existentes na Trilha Interpretativa.</p> <p>10) Adequar instalações de apoio à pesquisa, de forma</p>
--	--	--	--	--	---

					<p>a atender as necessidades dos pesquisadores.</p> <p>10.1) Dotar o alojamento para pesquisadores de móveis e equipamentos, reformar os sanitários masculino e feminino e ampliar o laboratório.</p> <p>10.2) Reformar e dotar o laboratório de móveis e equipamentos.</p> <p>11) Implantar uma estação meteorológica.</p>
Área Estratégica Interna Posto Maratuã					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
3) Integrar este posto aos outros previstos no programa de fiscalização.					<p>1) Reformar e reativar o posto e mantê-lo eficientemente comunicável com a administração da RB.</p> <p>2) Intensificar ações de fiscalização de forma a coibir: a pesca, a caça, atividades de recreação e lazer e a presença de animais domésticos, entre outras possibilidades.</p>
Área Estratégica Interna Posto Canal do Rio São João/Aldeia Velha					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
3) Integrar este posto aos outros previstos no programa de fiscalização.					<p>1) Implantar posto de fiscalização.</p> <p>2) Intensificar ações de fiscalização de forma a coibir: a pesca, a caça, atividades de recreação e lazer e a presença de animais domésticos, entre outras possibilidades.</p>
Área Estratégica Interna Estrada do Aristides					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de	Operacionalização

				Desenvolvimento	
5) Incluir na rotina de fiscalização a estrada do Aristides.	1) Realizar estudos específicos em áreas de taquaras e sua fauna associada.				2) Manter as ações rotineiras de fiscalização. 3) Manter a ponte em condições de uso. 4) Fechar um ramal da Estrada.
Área Estratégica Interna Estrada Principal					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
5) Incluir na rotina de fiscalização a estrada Principal.					1) Reformar a Casa da Porteira para que na mesma seja instalado um posto de vigilância e apoio à fiscalização. 2) Manter a estrada em bom estado de conservação. 3) Manter a sinalização da Estrada em bom estado de conservação.
Área Estratégica Externa Rodovia BR-101/dutos					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
			1) Promover ações junto ao DNIT para mitigar e compensar a duplicação da BR-101, quando da sua realização.		2) Exigir, como condicionante do licenciamento da duplicação da BR-101, uma alternativa tecnológica que permita o restabelecimento da conexão entre os fragmentos de mata atlântica da Zona de Amortecimento. 3) Solicitar ao DNIT a instalação de redutores de velocidade na rodovia BR-101, ao longo do percurso tangente à RB. 4) Exigir a colocação de placas sinalizando a presença de animais cruzando as pistas da rodovia BR-101. 5) Exigir do DNIT a manutenção freqüente da faixa de servidão junto às margens da rodovia. 6) Exigir, como condicionante do licenciamento de novos dutos, que a

					<p>empresa/órgão responsável estabeleça alternativas tecnológicas que permitam o restabelecimento da conexão entre os fragmentos de mata atlântica da zona de amortecimento da RB.</p> <p>7) Exigir da empresa responsável a manutenção da faixa de servidão dos dutos que percorrem o limite norte da RB, mantendo a cobertura por grama, seguindo técnicas compatíveis com os interesses de conservação.</p> <p>8) Exigir da empresa responsável pelos dutos que margeiam o limite norte da RB que seja instalado um sistema de válvulas de segurança, antes e depois dos limites da Reserva.</p> <p>9) Solicitar ao DNIT a melhoria do acesso à sede da RB, construindo uma alternativa que permita a entrada de veículos de modo seguro, em qualquer dos sentidos da Rodovia BR-101.</p>
Área Estratégica Externa Rio / Canal São João					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização

<p>8) Fiscalizar áreas de erosão de margens e pontos de assoreamento de leito do Rio/canal São João.</p> <p>9) Fiscalizar as atividades de caça, pesca e extração vegetal e mineral.</p>	<p>2) Incentivar pesquisas e acompanhar o monitoramento da qualidade da água e de controle de emissões de efluentes no Rio São João e seus afluentes.</p> <p>3) Acompanhar o desenvolvimento dos estudos que visem à renaturalização do Rio São João, à jusante da barragem de Juturnaíba, envolvendo a Agência Nacional de Águas – ANA e o Comitê de Bacia do Rio São João.</p> <p>7) Elaborar estudos sobre a viabilidade de desenvolver projeto de malhas de canais de irrigação, para levar água para áreas de solo orgânico (turfeiras).</p>		<p>1) Incentivar ações de saneamento em toda a Bacia Hidrográfica do Rio São João, exigindo o constante monitoramento de todos os cursos d'água da bacia.</p> <p>4) Estabelecer parceria com o Consórcio da Bacia do Rio São João e o Comitê de Bacia.</p> <p>5) Apoiar ações para a implementação da APA Bacia do Rio São João / Mico-leão-dourado.</p> <p>5.1) Desenvolver rotina de fiscalização conjunta, no âmbito do Programa de Fiscalização da RB.</p> <p>5.2) Apoiar ações de implantação de projetos de saneamento básico, coleta e descarte adequado de rejeitos sólidos.</p> <p>5.3) Participar de todos os projetos de captação ao longo da bacia do Rio São João.</p> <p>5.4) Participar de todos os projetos de captação na Represa de Juturnaíba.</p> <p>5.5) Exigir ações de recuperação de matas ciliares.</p> <p>5.6) Incentivar a criação de Programas de Educação Ambiental.</p>		<p>6) Exigir da PROLAGOS e Comitê de Bacias providências, junto a quem de direito, para ações de manutenção e gerenciamento da Barragem de Juturnaíba.</p> <p>10) Exigir da instituição responsável pela Rodovia BR-101 o cumprimento da legislação específica do transporte de cargas tóxicas e perigosas, bem como o plano de risco e contingência.</p> <p>11) Exigir da instituição responsável pela Ferrovia o cumprimento da legislação específica do transporte de cargas tóxicas e perigosas, bem como o plano de risco e contingência.</p>
--	---	--	---	--	--

Área Estratégica Externa Rio/ Canal Aldeia Velha

Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
<p>6) Fiscalizar áreas de erosão de margens e pontos de assoreamento de leito do rio/canal Aldeia Velha.</p> <p>7) Fiscalizar as atividades de caça, pesca e extração vegetal e mineral.</p>	<p>2) Incentivar pesquisas e acompanhar o monitoramento da qualidade da água e de controle de emissões de efluentes no Rio Aldeia Velha e seus afluentes.</p>		<p>1) Incentivar ações de saneamento em toda a Bacia Hidrográfica do rio Aldeia Velha, exigindo o constante monitoramento de todos os cursos de água da bacia.</p>		<p>8) Exigir da instituição responsável pela rodovia BR-101 o cumprimento da legislação específica do transporte de cargas tóxicas e perigosas, bem como a elaboração de um</p>

	5) Elaborar estudos sobre a viabilidade de desenvolver projeto de malhas de canais de irrigação, para levar água para áreas de solo orgânico (turfeiras).		3) Estabelecer parcerias com o Consórcio da Bacia do Rio São João e o Comitê de Bacia. 4) Apoiar ações para a implantação de projetos de saneamento básico, coleta e descarte adequado de rejeitos sólidos. 4.1) Desenvolver rotina de fiscalização conjunta com as comunidades locais. 4.2) Participar de todos os projetos de captação ao longo da bacia do rio Aldeia Velha. 4.3) Participar de todos os projetos de captação na Represa de Juturnaíba. 4.4) Exigir ações de recuperação de matas ciliares. 4.5) Incentivar a criação de Programas de Educação Ambiental.		plano de risco e contingência. 9) Exigir da instituição responsável pela ferrovia o cumprimento da legislação específica do transporte de cargas tóxicas e perigosas, bem como o plano de risco e contingência.
Área Estratégica Externa Ferrovia					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
					1) Exigir da instituição responsável pela ferrovia a adoção imediata de medidas de segurança. 2) Exigir a elaboração de Projeto de análise de riscos e a implementação de um plano de emergência e contingência. 3) Acompanhar o processo de licenciamento da ferrovia junto à Diretoria de Licenciamento do IBAMA, assim como fazer gestões para a internalização dos recursos oriundos de medida compensatória. 4) Exigir da instituição responsável pela ferrovia o cumprimento da legislação específica sobre o transporte de cargas

					perigosas.
Área Estratégica Externa Torre de Incêndio I					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
					<ol style="list-style-type: none"> 1) Manter a torre em perfeito estado de conservação e uso. 2) Viabilizar projeto de imageamento remoto para estudo da dinâmica de incêndios na região, com vistas à prevenção. 3) Manter procedimentos de segurança, inclusive o uso de EPI, quando da operação da torre.
Área Estratégica Externa Assentamento Aldeia Velha					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
11) Fiscalizar as atividades desenvolvidas dentro dos lotes/sítios, dentro dos limites da lei.		<ol style="list-style-type: none"> 5) Apoiar e incentivar programas de Educação Ambiental na área do assentamento. 9) Participar rotineiramente das reuniões no Assentamento. 	10) Promover integração das políticas setoriais agrária e ambiental, na área.	<ol style="list-style-type: none"> 3) Apoiar parcerias com as lideranças locais e proprietários na área do assentamento, para implantação de práticas agrosilviculturais. 4) Apoiar parcerias para desenvolvimento de programas de treinamento e capacitação em práticas agroecológicas. 6) Apoiar parcerias com lideranças locais para implantação de programas de desenvolvimento local sustentado. 6.1) Apoiar parcerias para implementação de viveiros de mudas nativas, a partir dos fragmentos florestais existentes no entorno da UC. 6.2) Apoiar parcerias para produção de sementes e mudas de spp nativas. 6.3) Apoiar parcerias para treinamento em práticas de reflorestamento. 6.4) Apoiar parcerias para produção e comercialização de 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Proceder ao licenciamento do assentamento, na forma da Resolução CONAMA nº 289/2001. 2) Fazer gestão, junto ao MP, para ajustamento de um TAC entre o INCRA e demais produtores rurais da ZA, visando a criação de Reservas Legais e de Áreas de Preservação Permanente. 8) Incluir representante do Assentamento no Conselho Consultivo RB.

				<p>produtos de agricultura biológica.</p> <p>6.5) Apoiar parcerias para produção e comercialização de produtos artesanais diversos.</p> <p>7) Incentivar e apoiar programas de pesquisa-ação junto às comunidades de assentados e agricultores familiares, com vistas ao desenvolvimento de atividades agrícolas ambientalmente sustentáveis e compatíveis com a preservação da biodiversidade na ZA da RB.</p>	
Área Estratégica Externa Acampamento Sebastião Lan					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
4) Propor alternativas concretas para a ampliação da área da UC objetivando a proteção efetiva da biodiversidade e das espécies que justificam a RB.					<p>1) Articular com o INCRA a retomada das negociações, de solução satisfatória, dos problemas de ocupação da área.</p> <p>2) Mobilizar o Conselho Consultivo para a possível solução dos conflitos.</p> <p>3) Despolarizar as discussões em torno do conflito de ocupação da área, através do envolvimento de outras instituições, além de IBAMA, INCRA e UFF.</p>
Área Estratégica Externa Cambucaes / Olhos D'Água					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
<p>4) Apoiar e incentivar iniciativas de aumento da conectividade entre os fragmentos existentes na área e a RB.</p> <p>14) Fiscalizar as atividades desenvolvidas dentro dos lotes/sítios, dentro dos limites da lei.</p>		5) Apoiar e incentivar programas de Educação Ambiental na área do assentamento.	<p>7) Estabelecer parcerias para desenvolvimento de programas de treinamento e capacitação em práticas agroecológicas.</p> <p>8) Estabelecer parcerias para implementação de viveiros de mudas nativas, a partir dos fragmentos florestais</p>	<p>9) Apoiar parcerias com lideranças locais para implantação de programas de desenvolvimento local sustentado.</p> <p>9.1) Apoiar iniciativas para produção de sementes e mudas de</p>	<p>1) Fazer gestões, junto ao INCRA, para solucionar legalmente a situação da comunidade de Olhos D'Água.</p> <p>2) Proceder ao licenciamento do assentamento, na forma da Resolução CONAMA nº 289/2001.</p>

			<p>existentes no entorno da UC.</p> <p>11) Participar rotineiramente das reuniões no Assentamento.</p> <p>12) Promover integração das políticas setoriais agrária e ambiental na área.</p>	<p>espécies nativas.</p> <p>9.2) Apoiar iniciativas para treinamento em práticas de reflorestamento.</p> <p>9.3) Apoiar iniciativas para produção e comercialização de produtos de agricultura biológica.</p> <p>9.4) Apoiar iniciativas de produção e comercialização de produtos artesanais diversos, etc.</p> <p>13) Incentivar e apoiar programas de pesquisa-ação, junto às comunidades de assentados e agricultores familiares, com vistas ao desenvolvimento de atividades agrícolas ambientalmente sustentáveis e compatíveis com a preservação da biodiversidade na ZA da RB.</p>	<p>3) Fazer gestão junto ao MP para ajustamento de um TAC entre o INCRA e demais produtores rurais da ZA, visando a criação de Reservas Legais e de Áreas de Preservação Permanente.</p> <p>6) Fazer gestão junto ao INCRA para implantação do Plano de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) na área do Assentamento.</p> <p>10) Incluir representante do Assentamento no Conselho Consultivo da UC.</p>
--	--	--	--	--	--

Área Estratégica Externa Assentamento Sebastião Lan

Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
<p>2) Apoiar e incentivar iniciativas de aumento da conectividade entre os fragmentos existentes na área e a RB.</p>		<p>1) Apoiar programas de Educação Ambiental na área do assentamento.</p>	<p>5) Estabelecer parcerias para desenvolvimento de programas de treinamento e capacitação em práticas agroecológicas.</p> <p>6) Estabelecer parcerias para implementação de viveiros de mudas nativas, a partir dos fragmentos florestais existentes no entorno da RB.</p> <p>10) Promover integração das políticas setoriais agrária e ambiental na área.</p> <p>9) Participar rotineiramente das reuniões no</p>	<p>7) Apoiar parcerias com lideranças locais para implantação de programas de desenvolvimento local sustentado.</p> <p>7.1) Apoiar iniciativas para produção de sementes e mudas de espécies nativas.</p> <p>7.2) Apoiar iniciativas para treinamento em práticas de reflorestamento.</p> <p>7.3) Apoiar iniciativas para produção e comercialização de produtos de agricultura biológica.</p> <p>7.4) Apoiar iniciativas de</p>	<p>3) Fazer gestão, junto ao INCRA e o MP, no sentido de resolver questões jurídicas pendentes.</p> <p>4) Fazer gestão, junto ao INCRA, para implantação do Plano de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) na área do Assentamento.</p> <p>8) Incluir representante do Assentamento no Conselho Consultivo da RB.</p> <p>11) Fiscalizar as atividades desenvolvidas dentro dos lotes/sítios,</p>

			Assentamento.	<p>produção e comercialização de produtos artesanais diversos.</p> <p>12) Incentivar e apoiar programas de pesquisa-ação junto às comunidades de assentados e agricultores familiares, com vistas ao desenvolvimento de atividades agrícolas ambientalmente sustentáveis e compatíveis com a preservação da biodiversidade na ZA da RB.</p>	dentro dos limites da lei.
Área estratégica externa barragem / reservatório (cota máxima)					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
6) Exigir a construção de uma escada para peixes, facilitando a piracema.	10) Apoiar e incentivar programa de pesquisa sobre a fauna, com ênfase na ictiofauna, do Reservatório de Juturnaíba.				<p>1) Estabelecer um TAC entre as empresas responsáveis pela gestão das águas da Represa de Juturnaíba, o IBAMA, o Consórcio Ambiental Lagos Rio São João e as prefeituras locais, de forma a adotar procedimentos adequados aos objetivos da RB.</p> <p>2) Disciplinar os usos na área de alagados.</p> <p>3) Fazer cumprir o ordenamento pesqueiro do reservatório.</p> <p>4) Fazer gestões, junto à concessionária que administra a Represa de Juturnaíba, para a recuperação urgente da estrutura de concreto do canal de dreno da comporta, lado esquerdo, à montante da represa.</p> <p>5) Exigir da empresa responsável pelo reservatório de Juturnaíba a manutenção adequada dos 04 (quatro) elementos</p>

					<p>dos vertedouros da barragem.</p> <p>7) Exigir da empresa responsável e do Comitê de Bacia maior controle no acesso à barragem.</p> <p>8) Solicitar das empresas responsáveis os relatórios de monitoramento da qualidade da água do reservatório.</p> <p>9) Acompanhar as iniciativas turísticas desenvolvidas pelas prefeituras locais e agentes particulares, em relação ao Reservatório de Juturnaíba.</p>
--	--	--	--	--	--

Área estratégica externa Fazenda Bandeirantes/Portuense Gleba B.

Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
			2) Solicitar apoio ao MP para resolver questão pendente.		1) Fazer gestões junto ao INCRA com vistas à transferência do imóvel para o acervo da UC.

Área Estratégica Externa Remanescente Cedida pelo Contrato N.º 05/99

Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
			2) Solicitar apoio ao MP para resolver questão pendente.		1) Fazer gestões junto ao INCRA com vistas à transferência do imóvel para o acervo da UC.

Área Estratégica Externa Terras Agrícolas / Limite Oeste

Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
4) Apoiar e incentivar iniciativas de aumento da conectividade entre quaisquer fragmentos florestais existentes na área e a RB.			3) Estabelecer e/ou reforçar vínculos de colaboração entre os proprietários e a RB, com vistas à proteção da biodiversidade na ZA da UC e à educação ambiental das populações residentes.	5) Apoiar e incentivar a implementação de práticas agropecuárias ambientalmente sustentáveis. 6) Apoiar e incentivar a adoção de práticas de recuperação e regeneração dos solos.	1) Levantar o passivo ambiental das propriedades para definição das compensações ambientais. 2) Fazer gestão junto ao MP para ajustamento de um TAC entre proprietários e IBAMA, visando à implantação/ recuperação

					de RL e APP. 7) Exercer a fiscalização ambiental na área das propriedades, dentro dos limites da lei.
Área Estratégica Externa Limite / Leste					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
4) Apoiar e incentivar iniciativas de aumento da conectividade entre quaisquer fragmentos florestais existentes na área e a RB.			3) Estabelecer e/ou reforçar vínculos de colaboração entre os proprietários e a RB, com vistas à proteção da biodiversidade na ZA da UC e à educação ambiental das populações residentes.	5) Apoiar e incentivar a implementação de práticas agropecuárias ambientalmente sustentáveis. 6) Apoiar e incentivar a adoção de práticas de recuperação e regeneração dos solos.	1) Levantar o passivo ambiental das propriedades, para definição das compensações ambientais. 2) Fazer gestão junto ao MP para ajustamento de um TAC entre proprietários e IBAMA, visando à implantação/ recuperação de RL e APP. 7) Exercer a fiscalização ambiental na área das propriedades, dentro dos limites da lei.
Área Estratégica Externa Fazenda Arizona Limite / Leste					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
4) Apoiar e incentivar iniciativas de aumento da conectividade entre quaisquer fragmentos florestais existentes na área e a RB. 7) Exercer a fiscalização ambiental na área das propriedades, dentro dos limites da lei.				5) Apoiar e incentivar a implementação de práticas agropecuárias ambientalmente sustentáveis. 6) Apoiar e incentivar a adoção de práticas de recuperação e regeneração dos solos.	1) Levantar o passivo ambiental das propriedades, para definição das compensações ambientais. 2) Fazer gestão junto ao MP para ajustamento de um TAC entre proprietários e IBAMA, visando à implantação/ recuperação de RL e APP. 3) Fazer gestão junto ao MP para definição da situação jurídica da propriedade.
Área Estratégica Externa “Antiga Ilha Tinguiba” ou “Área do INCRA”					
Proteção/manejo	Pesquisa e monitoramento	Educação Ambiental	Integração Externa	Alternativas de Desenvolvimento	Operacionalização
				4) Estabelecer parcerias para estabelecimento de projetos de apoio e	1) Fazer gestões junto ao MP e ao INCRA, com vistas à definição da situação

				<p>extensão rural em toda a área, com vistas à implantação de práticas agrosilviculturais.</p>	<p>jurídica da terra.</p> <p>2) Fazer gestão junto ao MP para aplicação da decisão judicial.</p> <p>3) Fazer gestão, junto ao INCRA, com vistas à localização e assentamento dos acampados do chamado "Brejão" na área.</p>
--	--	--	--	--	---

4.9. – Estimativa de custos

Neste item estão apresentados todos os custos estimados para todas as etapas de implementação do Plano de Manejo. Estão estimados, os custos, por programa temático, detalhados nas Atividades Gerenciais Gerais Internas e Externas e por Áreas Estratégicas Internas e Externas.

4.9.1. – Cronograma Físico Financeiro

O detalhamento do Cronograma Físico Financeiro está apresentado nos QUADROS 4.16 e 4.17.

QUADRO 4.16 – Cronograma Físico-financeiro para as Ações Gerenciais Gerais (R\$ 1,00)

Ações Gerenciais Gerais Internas – Proteção e Manejo											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Estabelecer um Programa de Fiscalização para a RB, com o objetivo de manter a UC protegida de invasões humanas e animais (gado bovino, equino, caprino, etc.).	RB	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
2) Reformular e manter rotina de fiscalização.	RB Batalhão Flotestal	6.375,00	6.375,00	6.375,00	6.375,00	25.500,00	25.500,00	25.500,00	25.500,00	25.500,00	102.000,00
2.1) Estabelecer equipes diárias de fiscalização.		x									
2.2) Realizar, quando necessário, operações especiais, envolvendo toda a equipe de fiscalização e parceiros.											
3) Capacitar e atualizar periodicamente os Técnicos Ambientais encarregados pela fiscalização da RB.	RB DIREC/IBAMA	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
3.1) Treinar a equipe de fiscalização para desenvolver as atividades de monitoramento indicadas neste plano.		x		x			x	x	x	x	
3.2) Estimular e facilitar a participação da equipe de fiscalização em seminários, palestras e cursos que possam contribuir para o aperfeiçoamento de suas atividades.			x								
3.3) Identificar as oportunidades de treinamento e capacitação oferecidos pelo IBAMA e outros órgãos ou instituições para a participação da equipe de fiscalização da RB.		x									
3.4) Na medida do possível, organizar palestras e seminários na RB e incentivar a participação de sua equipe.		x									
3.5) Avaliar periodicamente o desempenho dos Técnicos Ambientais na realização de atividades de fiscalização.			x		x		x	x	x	x	
4) Exigir dos usuários da RB (colaboradores, pesquisadores e funcionários da AMLD, pesquisadores das universidades, estudantes, entre outros), que comuniquem à RB a ocorrência de caçadores, pescadores e/ou quaisquer outras ameaças à Unidade.	RB AMLD Universidades Pesquisadores	x	x	x	x		x	x	x	x	

Ações Gerenciais Gerais Internas – Proteção e Manejo											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
5) Sistematizar, integrar e manter na RB as informações sobre autos de infração e termos de embargo e interdição.	RB	x	x	x	x		x	x	x	x	
6) Dotar a equipe de fiscalização de equipamentos necessários para a realização das atividades, tais como: colete a prova de balas, botas e perneiras, facão, machado, moto-serra, GPS, rádios de comunicação, lanternas e equipamentos de primeiros socorros.	RB	135.560,00	135.560,00	135.560,00	135.560,00	542.240,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	21.600,00
7) Dotar a RB de condições de prestar primeiros socorros a acidentados no transcurso de atividades realizadas em seu interior.	RB Secretarias e centros de saúde e pesquisa	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
7.1) Identificar, nas proximidades da RB, os locais que dispõem de soros antiofídicos e divulgar esta informação entre os funcionários e pesquisadores.		x									
8) Elaborar e implementar um Programa Permanente de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais na RB, que tem por objetivo geral detectar as áreas sensíveis à ocorrência de incêndios e evitar que estes tomem proporções impactantes.	RB IBAMA/ PREVFOGO Corpo de Bombeiros	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
8.1) Integrar a este Programa o PREVFOGO que já atende à RB, de modo que passe a operar permanentemente.		x									
9) Dotar a RB de uma brigada permanente de combate a incêndios.	RB GEREX PREVFOGO	527.889,00	187.889,00	187.889,00	187.889,00	1.091.556,00	13.920,00	13.920,00	13.920,00	13.920,00	55.680,00
9.1) Implementar rotina de trabalho para os brigadistas.		x									
9.2) Elaborar relatório diário e final de incêndios ocorridos, conforme modelo do PREVFOGO.		x	x	x	x		x	x	x	x	
9.3) Dotar a RB de infra-estrutura, equipamentos e ferramentas necessárias para a formação da brigada permanente de prevenção e combate a incêndios florestais.		x									
9.4) Adquirir uma viatura especial para transporte de 14 brigadistas, dos objetos pessoais e de todos os equipamentos e		x									

Ações Gerenciais Gerais Internas – Proteção e Manejo											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
materiais para o combate aos incêndios.											
9.5) Instalar sistema de imageamento a distância para prevenção de incêndios.					x						
10) Implementar Programa de Manejo e Proteção das Espécies de Fauna e Flora da RB, que tem por objetivo geral conservar, recuperar e manter a biodiversidade existente na UC, assim como incentivar a conservação das espécies na ZA, incluindo o controle das atividades impactantes.	IBAMA RB Instituições de Pesquisa Prefeituras municipais		15.000,00	15.000,00	15.000,00	45.000,00	37.500,00	37.500,00	37.500,00	30.000,00	142.500,00
10.1) Elaborar e implementar plano de conservação e manejo das espécies de invertebrados identificadas na Avaliação Ecológica Rápida, como raras e ameaçadas.							x	x	x	x	
10.2) Elaborar e implementar plano de conservação e manejo das espécies de mamíferos identificadas, na Avaliação Ecológica Rápida (AER), como ameaçadas ou presumivelmente ameaçadas.			x	x	x		x	x	x	x	
10.3) Elaborar e implementar plano de conservação e manejo das espécies de aves identificadas, na Avaliação Ecológica Rápida (AER), como ameaçadas.							x				
10.4) Elaborar e implementar plano de conservação e manejo das espécies de répteis e anfíbios identificadas, na Avaliação Ecológica Rápida (AER), como raras e espécies que têm a distribuição restrita dentro da RB.			x	x	x		x	x	x	x	
10.5) Elaborar e implementar plano de conservação e manejo das espécies da flora identificadas, na Avaliação Ecológica Rápida (AER), como ameaçadas na RB.								x	x		
10.6) Eliminar ou controlar as espécies exóticas, invasoras, introduzidas e domésticas que se encontrem no interior da RB, visando à proteção das espécies nativas.							x	x	x	x	
10.6.1) Elaborar projeto específico para controle e/ou eliminação da espécie exótica <i>Achatina fulica</i> caramujo gigante							x				

Ações Gerenciais Gerais Internas – Proteção e Manejo											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
africano.											
10.6.2) Eliminar ou controlar as espécies vegetais exóticas que se encontrem no interior da RB, tais como <i>Artocarpus heterophylla</i> jaqueira, <i>Musa paradisiaca</i> bananeira, <i>Elaeis guinnensis</i> dendê e <i>Citrus</i> sp. laranja.											
10.6.3) Eliminar ou controlar as espécies de animais domésticos que se encontrem no interior da RB.			x	x							
10.6.4) Eliminar ou controlar as espécies de aves introduzidas e invasoras que se encontrem no interior da RB.								x	x		
11) Elaborar Programa de Recuperação das Áreas Degradadas Internas, visando melhorar a qualidade da cobertura vegetal da RB.	RB Instituições de pesquisa							3.000,00	3.000,00	6.000,00	
11.1) Implementar estratégias de recuperação das áreas degradadas na RB, com base em projetos específicos.								x	x		
11.2) Realizar o levantamento e mapeamento das áreas degradadas, identificando, entre outros aspectos, o tamanho e o estado de degradação de cada área.								30.000,00	10.000,00	10.000,00	
12) Definir ações preventivas e corretivas para o caso de ocorrência de acidentes potenciais associados a BR-101, dutos, ferrovias e assentamentos em associação com as instituições responsáveis.	RB TRANSPETRO FCA DNIT Associações e sindicatos rurais		x	x	x		x	x	x		
Ações Gerenciais Gerais Internas – Operacionalização											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Verificar, atualizar e redefinir os limites atuais da RB.	DIREC/IBAMA RB INCRA						4.000,00	4.000,00	4.000,00	12.000,00	
1.1) Incorporar área remanescente localizada na Fazenda Bandeirante Gleba B, de 332 ha, do acervo imobiliário do							x	x	x		

Ações Gerenciais Gerais Internas – Operacionalização											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
INCRA sob a posse da RB através do termo provisório de cessão datado de 5 de maio de 1994.											
1.2) Incorporar área remanescente, de 781,733 ha, do Decreto nº 76532/75, pertencente ao acervo imobiliário do INCRA, localizado a montante da barragem de Juturnaiba, limitado pelo Rio São João, Ribeirão das Crioulas e a RB, também objeto de um contrato de concessão direito real de uso nº 05/49.							x	x	x		
2) Fazer gestões para a revisão do Decreto de Criação da RB, considerando as áreas que estão em litígio atualmente.	DIREC/IBAMA RB				2.000,00	2.000,00	8.000,00	6.000,00			14.000,00
2.1) Demarcar a RB após a revisão dos seus limites.					x		x	x			
3) Revisar e reformar as cercas existentes nos limites da RB, priorizando os locais mais críticos, tais como Rio/canal São João, Rio/canal Aldeia Velha e Reservatório de Juturnaiba.	RB Empresa privada		14.304,00	14.304,00	14.304,00	42.912,00					
4) Garantir a integridade do Sistema de Sinalização da RB.	RB		5.000,00	3.00,00	3.00,00	5.600,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
4.1) Conservar e manter as placas de sinalização da RB.			x	x	x		x	x	x	x	
5) Definir o espaço aéreo da RB.	DIREC/IBAMA RB DAC								13.200,00	4.400,00	17.600,00
5.1) Desenvolver estudo técnico específico para delimitação do espaço aéreo da RB, conforme o Art. 7 do Decreto nº 4340/2002, de regulamentação da Lei nº 9.985/00.									x		
5.2) Informar à Diretoria de Aeronáutica Civil (DAC) o espaço aéreo da RB, de forma a evitar vôos sobre a RB, exceto em ocasiões excepcionais e/ou programadas, tais como: incêndios, acidentes, calamidades públicas, operações de fiscalização e policiais.									x	x	
6) Adequar o Sistema de Comunicação da RB, para que este atenda as suas necessidades.	IBAMA RB	15.220,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	33.220,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	96.000,00

Ações Gerenciais Gerais Internas – Operacionalização											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
	GEREX TELEMAR										
6.1) Fazer gestões para que a TELEMAR instale uma linha telefônica na RB.		x									
6.1.1) Instalar linha telefônica através de um sistema de rádio-telefonia moderno e digital.			x								
6.2) Instalar a rede do IBAMA intranet e internet via satélite.		x									
6.3) Alimentar e atualizar o sistema de banco de dados no módulo de planejamento no Sistema de Informação de Unidades de Conservação do IBAMA/DIREC.				x	x		x	x	x	x	
6.4) Solicitar ao IBAMA a criação de uma página na internet para a RB, a qual deverá ser mantida atualizada.		x									
7) Promover e manter o funcionamento do Conselho Consultivo da RB, presidido pelo seu chefe, conforme o disposto n° Art. 29 da Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000.	RB Conselho Consultivo	720,00	720,00	720,00	720,00	2.880,00	2.880,00	2.880,00	2.880,00	2.880,00	11.552,00
7.1) Elaborar o Regimento Interno do Conselho Consultivo da RB;				x	x						
8) Elaborar ou concluir Regimento Interno da RB.	RB				x		x				
9) Desenvolver um Programa de Comunicação Social para a RB.	RB Instituições de pesquisa ONGs Prefeituras municipais		2.000,00	4.000,00	4.000,00	10.000,00	30.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	75.000,00
9.1) Elaborar vídeo e CD de divulgação sobre a RB.							x				
9.2) Fazer gestões para legalizar a logomarca oficial da RB.							x				
9.2.1) Difundir a logomarca da RB.				x	x						
9.2.2) Identificar, produzir e lançar produtos que possam ser associados à logomarca oficial da RB.							x	x	x	x	
9.3) Fornecer e solicitar aos meios de comunicação a divulgação de								x			

Ações Gerenciais Gerais Internas – Operacionalização											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
informações sobre a RB.											
9.4) Veicular informação sobre o papel da RB na amenização das condições microclimáticas locais, tais como: barreira para velocidade de ventos; aumento de umidade dos solos e ar; regularização de chuvas; controle de pragas e melhoria da qualidade de vida.										x	
9.5) Atualizar e arquivar as notícias veiculadas pela mídia sobre a RB e, quando necessário e pertinente, responder aos questionamentos feitos.			x	x	x		x	x	x	x	
9.6) Criar e manter atualizada uma página na INTERNET para a RB.				x	x		x	x	x	x	
9.7) Divulgar nos meios de comunicação, próprios ou não (página na INTERNET, boletim informativo, seção nos jornais locais, horários nas rádios e emissoras de televisão locais, entre outros) os benefícios que a RB gera, assim como seus atributos, objetivos, normas, atividades, programas (Centro de Educação Ambiental, resultados e monitoramentos realizados, entre outros).				x	x		x	x	x	x	
9.8) Decodificar e divulgar os resultados das pesquisas para a comunidade da Região da RB.	RB						x	x	x	x	
9.8.1) Divulgar os resultados das pesquisas para o público, em especial para a comunidade, associações, ONGs, órgãos governamentais municipais da Região da RB, adotando linguagem adequada e estratégias apropriadas (cartilhas, palestras etc.).							x	x	x	x	
9.9) Divulgar amplamente o Encontro de Pesquisadores na comunidade científica.	RB						x	x	x	x	
9.10) Divulgar junto às Universidades, Centros de Pesquisa e ONGs, as oportunidades de pesquisa existentes na RB, com o propósito de aumentar o número de pesquisadores interessados na UC.	RB			x	x		x	x	x	x	
10) Completar quadro de pessoal para desempenhar funções na RB.	RB DIREC	41.600,00	41.600,00	41.600,00	41.600,00	166.400,00	166.400,00	166.400,00	166.400,00	166.400,00	665.600,00

Ações Gerenciais Gerais Internas – Operacionalização											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
	GEREX										
10.1) Manter e ampliar a contratação dos serviços temporários para atender demandas específicas, tais como: manutenção e limpeza das instalações, vigilância patrimonial, manutenção de equipamentos e rede de informática e manutenção de veículos.			x								
10.2) Estabelecer um Programa de estágios e voluntariado para a RB.			x								
11) Promover a capacitação periódica dos funcionários da RB, em especial nos seguintes temas: relações públicas, legislação ambiental, ecologia e conservação dos recursos naturais, utilização de GPS (<i>Global Positioning System</i>), cartografia, educação ambiental, captação de recursos, geoprocessamento e informática e primeiros socorros.	RB DIREC GEREX Instituições de Ensino e Pesquisa	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
11.1) Fazer gestão junto às diretorias do IBAMA para a inclusão dos funcionários da RB nos cursos de capacitação promovidos pela instituição.		x									
11.2) Organizar e realizar seminário interno para a apresentação aos funcionários e internalização do Plano de Manejo da RB.		x									
12) Legalizar as cooperações e parcerias atuais com instituições, tais como: Batalhão Florestal, ONGs, universidades, centros de pesquisa, prefeituras municipais e Consórcio da Bacia do Rio São João.	RB AMLD Batalhão Florestal Prefeituras municipais de Silva Jardim, Casimiro de Abreu e Araruama Consórcio Intermunicipal Lagos São João Base Aero Naval de São Pedro da Aldeia	1.000,00	2.266,00	3.267,00	3.267,00	9.800,00					
12.1) Legalizar e formalizar a parceria		x									

Ações Gerenciais Gerais Internas – Operacionalização											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
com a AMLD, e estabelecer atribuições, direitos e deveres do IBAMA e desta Associação.											
12.2) Restabelecer parceria com o Comando da Base Aero-Naval de São Pedro da Aldeia para que seja realizado um sobrevôo mensal, com a participação do chefe da RB, visando contribuir para a fiscalização da Reserva.			x								
12.3) Desenvolver ações legais, junto a Prefeitura de Silva Jardim, no sentido de remover as ossadas do cemitério existente no interior da RB após ouvir as famílias envolvidas.			x								
13) Captar e destinar recursos financeiros para o gerenciamento da RB.	RB GEREX		1.500,00	1.500,00	1.500,00	4.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
14) Retirar manilhas de cimento abandonadas na RB, localizadas na entrada da Trilha Portuense, do outro lado da estrada principal e no entroncamento da estrada principal com a Casa dos Pesquisadores.	RB				900,00	900,00					
15) Reativar o funcionamento, reformar e manter em bom estado a Casa dos Pesquisadores, visando melhorar sua infra-estrutura e aumentar a segurança.	RB AMLD			279.105,00	1.200.000,00	1.479.105,00	11.392,00	11.392,00	11.392,00	11.392,00	45.568,00
15.1) Transferir a administração da Casa dos Pesquisadores para o IBAMA.					x						
16) Reformar a construção denominada "Casa dos Morcegos", viabilizando o seu uso para pesquisa.	RB						30.000,00				30.000,00
17) Disponibilizar o Alojamento, a Casa dos Pesquisadores e o laboratório para os pesquisadores.	RB	x	x	x	x		x	x	x	x	
17.1) Solicitar a todos os pesquisadores um cronograma de atividades constando dia / período do dia / local / atividade de realização de sua pesquisa científica dentro da RB.		x	x	x	x		x	x	x	x	
18) Identificar e informar aos pesquisadores os riscos potenciais de acidentes no interior da RB.	RB Pesquisadores	x	x	x	x		x	x	x	x	
18.1) Fornecer, aos pesquisadores, informações sobre como proceder em caso de acidentes, incluindo os locais	RB	x	x	x	x		x	x	x	x	

Ações Gerenciais Gerais Internas – Operacionalização											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
para onde devem ser encaminhados os acidentados.											
19) Estabelecer convênios e Acordos de Cooperação Técnica com instituições que possam colaborar no monitoramento da RB.			x	x	x						
Ações Gerenciais Gerais Internas – Pesquisa e Monitoramento											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Manter cadastro e registro de todas as pesquisas já desenvolvidas e em andamento na RB.	RB	x	x	x	x		x	x	x	x	
1.1) Manter organizado, em meio digital, o arquivo com o registro das pesquisas já realizadas e as que estão em andamento na RB.	RB			x	x		x	x	x	x	
2) Sistematizar as informações sobre a RB através de constantes de relatórios e artigos dos pesquisadores.	RB	x	x	x	x		x	x	x	x	
3) Manter um funcionário encarregado de coordenar todas as atividades de pesquisa científica na RB.	RB	x	x	x	x		x	x	x	x	
4) Identificar, priorizar e incentivar a criação de novas linhas de pesquisa orientadas para o manejo da RB.	RB Universidades DIREC/IBAMA		2.000,00	1.000,00	2.000,00	5.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
4.1) Promover reuniões, encontros ou seminários para identificar novas linhas de pesquisa.			x		x		x	x	x	x	
5) Priorizar e apoiar as pesquisas que subsidiarem o manejo e o plano de manejo da RB.	RB	x	x	x	x		x	x	x	x	
5.1) Solicitar aos pesquisadores as recomendações de manejo relativas à pesquisa desenvolvida na RB.		x	x	x	x		x	x	x	x	
6) Avaliar as áreas da RB com maior concentração de estudos e aquelas que carecem de informações.	RB Universidades atuantes						x			x	
6.1) Discutir com as instituições atuantes na RB sobre as áreas que carecem de estudos.			x		x		x	x	x	x	

Ações Gerenciais Gerais Internas – Pesquisa e Monitoramento											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
7) Priorizar junto às instituições de pesquisa, estudantes de mestrado e doutorado, pesquisas e estudos necessários para o manejo da RB.	RB Instituições de pesquisa	x	x	x	x		x	x	x	x	
8) Estabelecer vínculos formais com as universidades e instituições de pesquisa que já desenvolvem pesquisas na RB e com aquelas que se mostrem interessadas.	RB Instituições de pesquisa		x	x	x		x	x	x	x	
9) Incentivar periodicamente o “Encontro de Pesquisadores” da RB.	RB ONGs Instituições de Pesquisa Financiadores		x		x		x	x	x	x	
9.1) Levantar recursos financeiros juntos a parceiros para a realização do Encontro de Pesquisadores na RB.		3.000,00		3.000,00		6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
10) Captar e destinar recursos financeiros para execução das pesquisas consideradas prioritárias para a RB.	RB ONGs Instituições de pesquisa				x		x	x	x	x	
11) Promover a integração do Programa de Pesquisa com o de Educação Ambiental da RB.	RB		x	x	x		x	x	x	x	
12) Elaborar material de divulgação científica (por exemplo, boletim).	RB						2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
13) Instituir Programa de Monitoramento para a RB, contemplando as rotinas e atividades a serem monitoradas.	RB Instituições de pesquisa		1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
13.1) Criar, na RB, um banco de dados para o monitoramento;							x				
13.2) Estabelecer um conjunto de indicadores para monitoramento da RB.				x							
13.3) Monitorar as áreas degradadas para acompanhar seu processo de regeneração natural.									x	x	
13.4) Monitorar a fauna através de técnicas diretas e indiretas.								x	x	x	
13.5) Monitorar o aparecimento e os efeitos das espécies exóticas, como, por exemplo, <i>Achatina fulica</i> .								x	x	x	
13.6) Avaliar os impactos sobre as trilhas mais utilizadas, tais como Portuense, Pelonha, Rodolfo Norte, Rodolfo Sul e								x	x	x	

Ações Gerenciais Gerais Internas – Pesquisa e Monitoramento											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
Trilha Interpretativa Boi Branco.											
13.7) Avaliar e monitorar os impactos da BR-101, da ferrovia e das demais estradas, assim como dos dutos sobre a RB.			x	x	x		x	x	x	x	
13.8) Avaliar o impacto do uso de “cachos de banana” no interior da RB para atrair os micos-leões-dourados durante a realização de pesquisas, assim como de outros atrativos sobre os vários grupos de fauna.				x	x		x	x	x		
13.9) Monitorar as condições meteorológicas.							x	x	x	x	
13.10) Monitorar a frequência, intensidade e efeitos das queimadas e incêndios florestais.			x	x	x		x	x	x	x	

Ações Gerenciais Gerais Internas – Educação Ambiental											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total
		I	II	III	IV	Total					
1) Desenvolver um Programa de Educação Ambiental para a RB.	RB AMLD Secretarias municipais de educação e meio ambiente RB Consórcio Lagos São João Potenciais financiadores			1.000,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00		9.000,00
1.1) Proporcionar apenas atividades guiadas na trilha interpretativa.		x	x	x	x		x	x	x	x	
1.2) Identificar parceiros, entre as ONGs, os órgãos governamentais dos municípios e universidades, abrangidos pela Região da RB para a elaboração e implantação do Programa de Educação Ambiental.		x	x								
1.2.1) Apresentar e discutir o Programa de Educação Ambiental com os parceiros existentes.				x							
1.3) Estruturar o Programa de Educação Ambiental.	RB DIREC/IBAMA			x							
2) Implementar o Núcleo de Educação Ambiental da RB.	DIREC/IBAMA RB Parceiros						2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
2.1) Dotar a RB de equipe especializada em atividades de educação ambiental.				x							
2.2) Capacitar e treinar os funcionários, voluntários, parceiros e estagiários para atuarem na implementação do Programa de Educação Ambiental.							x				
3) Desenvolver um projeto permanente de avaliação de percepção/cognição do público-alvo do Programa de Educação Ambiental sobre todas as questões trabalhadas durante a visita a RB.	RB						x	x	x	x	
3.1) Manter, no Núcleo, um registro atualizado de todos os visitantes e participantes do Programa de Educação Ambiental da RB.	RB						x	x	x	x	
4) Definir estratégias de avaliação dos resultados esperados do Programa de Educação Ambiental.	RB						x			x	

Ações Gerenciais Gerais Internas – Educação Ambiental											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total
		I	II	III	IV	Total					
5) Produzir material de divulgação do Programa de Educação Ambiental da RB, divulgando suas atividades.	RB						1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
6) Produzir material educativo para as atividades de educação ambiental que, entre outros aspectos, aborde a RB e sua Região.	RB						3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
6.1) Produzir material informativo/educativo voltado para a questão de incêndios.							x	x	x	x	
6.2) Produzir material informativo/educativo para a questão do aprisionamento de animais silvestres.							x	x	x	x	
7) Elaborar programa de exposições itinerantes, voltado prioritariamente à Região da RB.	RB						3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
8) Elaborar material interpretativo (fotos, slides etc.) sobre as áreas e os recursos naturais da RB que não podem ser visitados ou vistos pelo público, explicando, entre outras coisas, sua importância para a conservação e a razão de não poderem ser visitados. A Trilha da Casa dos Morcegos pode servir para este fim. A formação presente nesta área permite a divulgação das características do ecossistema, o conhecimento de espécies de orquídeas e bromélias, típicas do ambiente e que fornecem recursos à fauna.	RB						5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
9) Criar campanhas de sensibilização voltadas para a comunidade da Região da RB, visando seu envolvimento na proteção da UC.	RB						1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
9.1) Realizar campanhas anuais contra incêndios florestais, priorizando a época que antecede ao período crítico de sua ocorrência.			1.500,00		1.500,00	3.000,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
9.2) Realizar campanhas de divulgação contra o aprisionamento de animais silvestres e sobre a importância da RB para a conservação e conhecimento da biodiversidade.			x		x		x	x	x	x	
10) Solicitar ao IBAMA cópias de vídeos educativos que abordem temas, tais como	RB IBAMA		x		x		x	x	x	x	

Ações Gerenciais Gerais Internas – Educação Ambiental											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total
		I	II	III	IV	Total					
água, lixo, conservação e proteção de espécies, entre outros.											
11) Organizar e divulgar calendário de eventos abertos ao público, que tenham como objetivo a conscientização ambiental.	RB Prefeituras municipais ONGs Consórcio Conselho						x	x	x	x	
Ações Gerenciais Gerais Externas – Proteção e Manejo											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Efetivar e intensificar a fiscalização na Zona de Amortecimento.	RB Batalhão Florestal	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	6.800,00	6.800,00	6.800,00	6.800,00	6.800,00	27.200,00
2) Verificar o cumprimento, por parte das propriedades vizinhas, das normas ambientais e de uso e ocupação do solo da Zona de Amortecimento.	RB	x	x	x	x		x	x	x	x	
3) Acompanhar criadouros de espécies exóticas na Zona de Amortecimento da RB.	RB	x	x	x	x		x	x	x	x	
4) Fiscalizar as atividades dentro das RPPN's localizadas na Zona de Amortecimento da RB.	RB	x	x	x	x		x	x	x	x	
5) Divulgar o Roteiro Metodológico para a elaboração de Plano de Manejo para RPPNs, do IBAMA (2004).								x	x	x	
6) Incentivar as RPPNs para que elaborem seus Planos de Manejo.								x	x	x	
7) Estabelecer um programa para efetivação das Reservas Legais nas propriedades localizadas na Zona de Amortecimento e fiscalizar estas áreas regularmente.	RB						x	x	x	x	
8) Articular, com outras instituições estaduais, municipais e com proprietários, a proteção de áreas identificadas fora da RB como de interesse para conservação, para criação de UCs ou seu reconhecimento em RPPNs.	DIREC/IBAMA RB APN Prefeituras de Silva Jardim, Casimiro de Abreu e Araruama						3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	14.400,00

Ações Gerenciais Gerais Externas – Proteção e Manejo											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
9) Elaborar e implantar projeto de recuperação das margens dos Rios Aldeia Velha e São João, priorizando as margens erodidas.	RB Associações de proprietários rurais Universidades						12.320,00	12.320,00			24.640,00
9.1) Envolver os proprietários nas ações de recuperação e proteção das áreas de preservação permanente.							x	x			
9.2) Recompôr as margens destes rios com espécies florestais, arbustivas e arbóreas nativas, na tentativa de restaurar a composição original.								x	x	x	
10) Informar aos proprietários das áreas de preservação permanente acerca do seu status de proteção e a necessidade da sua recuperação e manutenção.	RB AMLD	x	x	x	x		x	x	x	x	
11) Elaborar Programa de Recomposição de Matas Ciliares.							x				

Ações Gerenciais Gerais Externas – Operacionalização											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Exigir cumprimento da legislação vigente com relação à obrigatoriedade de consulta ao órgão que administra a RB, para que todo e qualquer licenciamento na Zona de Amortecimento seja enviado para parecer da Chefia da RB.	Diretoria de Licenciamento do IBAMA RB	x	x	x	x		x	x	x	x	
2) Acompanhar as condicionantes de licenciamento de empreendimentos que venham a ser propostos para a ZA.	RB	400,00	400,00	400,00	400,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	6.400,00
3) Acompanhar o cumprimento das medidas mitigadoras constantes nas licenças de implantação e operação de empreendimentos, na ZA.	RB	400,00	400,00	400,00	400,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	6.400,00
4) Acompanhar a aplicação de recursos oriundos de medidas compensatórias destinados à RB.	RB	400,00	400,00	400,00	400,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	6.400,00
5) Estabelecer parceria formal com Batalhão Florestal para apoio a ações de fiscalização rotineiras na ZA.	RB Batalhão Florestal				1.200,00	1.200,00					

Ações Gerenciais Gerais Externas – Operacionalização											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
6) Estabelecer parceria formal com a Base Aeronaval de São Pedro da Aldeia para participação em vôos rotineiros de instrução, visando maior efetividade nas ações fiscalizadoras a Região da RB.	RB Base Aeronaval de São Pedro da Aldeia				1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	4.800,00
7) Estabelecer parcerias formais com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e/ou de Agricultura para apoio nas ações de fiscalização na Região da RB.	RB Secretarias Municipais de Meio Ambiente e/ou de Agricultura da Região				1.200,00	1.200,00					
8) Buscar apoio das Universidades e Órgãos de extensão para a elaboração do projeto.					x		x				
8.1) Identificar órgãos financiadores e apresentar o projeto.					x		x	x	x	x	
8.2) Captar recursos através de associações e ONGs.					x		x	x	x	x	
9) Firmar acordos de cooperação com o INCRA e as Prefeituras Municipais para a proteção da Zona de Amortecimento.	RB INCRA Prefeituras municipais da Região			1.200,00	1.200,00	2.400,00					2.400,00
10) Estabelecer com Universidades e outras Instituições afins, protocolo de cooperação técnica para implantação de trabalhos de extensão.	RB Instituições de pesquisa						5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
Ações Gerenciais Gerais Externas – Educação Ambiental											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Desenvolver, com apoio das secretarias municipais da Região da UC, campanhas de aproveitamento dos resíduos orgânicos oriundos das culturas.	RB Secretarias municipais da Região						2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
2) Desenvolver, com apoio das secretarias municipais da Região da RB, campanhas de reciclagem do lixo.	RB Secretarias Municipais da						2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00

Ações Gerenciais Gerais Externas – Educação Ambiental											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
	Região										
3) Promover campanhas, junto aos produtores rurais da Região da RB, prevenindo danos ambientais.	RB AMLD Sindicatos rurais								2.400,00	2.400,00	4.800,00
4) Realizar parceria com órgão de extensão rural, para realizar campanhas de uso de defensivos agrícolas.	RB EMATER								2.400,00	2.400,00	4.800,00
5) Desenvolver atividades educativas e preventivas de incêndios na Zona de Amortecimento da RB:	RB EMBRAPA EMATER PREVFOGO- IBAMA								2.400,00	2.400,00	4.800,00
5.1) Orientar os agricultores sobre a prática das queimadas, enfatizando os danos que a mesma acarreta ao meio ambiente, reiterando a necessidade de solicitarem licença com antecedência ao IBAMA, para procederem às queimadas.				x	x		x	x	x	x	
5.2) Fazer gestão junto ao órgão de extensão rural para divulgação dos procedimentos necessários para o uso das queimadas, bem como outras técnicas alternativas ao uso do fogo.			x								
5.3) Solicitar à EMBRAPA e ao PREVFOGO folhetos informativos sobre o uso correto do fogo, bem como normas para a realização de queimadas e fazer divulgação dos mesmos na Região da RB.			x								
5.4) Desenvolver campanhas junto às propriedades rurais e assentamentos para a conscientização da necessidade							x	x	x	x	

Ações Gerenciais Gerais Externas – Educação Ambiental											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
da recomposição das margens de todos os cursos d'água.											
6) Desenvolver folheto sobre a proibição da caça, coleta de material biológico e extração de madeira no interior da RB.	RB						1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
7) Realizar reuniões periódicas com as comunidades da Região da RB, abordando temas específicos de interesse da RB.	RB Associações Sindicatos		1.000,00	1.000,00	500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
8) Envolver os proprietários nas ações de recuperação e proteção das áreas de preservação permanente.					x		x	x	x	x	
9) Informar aos proprietários das áreas de preservação permanente acerca do seu <i>status</i> de proteção e a necessidade de sua recuperação e manutenção.		x	x	x	x		x	x	x	x	
10) Divulgar o Plano de Manejo da Reserva Biológica de Poço das Antas junto às comunidades da Zona de Amortecimento.	RB	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00					
11) Distribuir o Resumo Executivo do Plano de Manejo a interessados, tais como professores, pesquisadores, bibliotecas, diversas ONGs e organizações governamentais, prefeituras, doadores, visitantes ilustres, etc.	RB		20.000,00	1.200,00	1.200,00	22.400,00					
12) Divulgar a Lei do SNUC como legislação que garante ao IBAMA o controle ambiental na Zona de Amortecimento das Unidades de	RB Prefeituras municipais Associações e		2.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	16.000,00

Ações Gerenciais Gerais Externas – Educação Ambiental											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
Conservação.	Sindicatos ONGs										
12.1) Distribuir exemplares da referida lei nas prefeituras, órgãos oficiais, sindicatos e associações, dentre outros.			1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	16.000,00
13) Desenvolver um programa de educação ambiental para a Zona de Amortecimento.	RB Consórcio Lagos São João						3.800,00	3.800,00	3.000,00	3.000,00	13.600,00
14) Produzir e distribuir livreto com a legislação ambiental aplicável à RB e à Zona de Amortecimento.	RB						4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	16.000,00
14.1) Reunir toda a legislação necessária à composição do livreto.	RB				x		x				
15) Colaborar no treinamento e capacitação de pessoal e professores da rede escolar em educação ambiental, enfocando temas relacionados com a problemática ambiental regional.	RB Prefeituras municipais				1.400,00	1.400,00	1.400,00	1.400,00	1.400,00	1.400,00	5.600,00
16) Identificar, apoiar e participar de eventos educativos na Zona de Amortecimento da RB.	RB Secretarias Municipais Consórcio Intermunicipal						1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	4.800,00
17) Promover a formação de associações de defesa da RB, nos municípios da Região.	RB						600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00

Ações Gerenciais Gerais Externas – Integração Externa											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Estabelecer termo de cooperação com as prefeituras da Região da RB, visando reforço de pessoal, em especial, para desenvolver serviços gerais.	RB Prefeituras municipais da Região						1.200,00				1.200,00
2) Envolver outros órgãos de fiscalização da União, do Estado e dos municípios em operações especiais na RB e na sua Zona de Amortecimento.	RB Corpo de Bombeiros de Casimiro de Abreu, Macaé, Cabo Frio, Magé e Alto da Boa Vista.		1.200,00				1.200,00				
2.1) Incentivar a criação de um Destacamento Florestal (polícia) na Região da RB.			x								
2.2) Estabelecer e formalizar a parceria atual com o Corpo de Bombeiro de Casimiro de Abreu, Macaé, Cabo Frio, Magé e Alto da Boa Vista.			x								
3) Estabelecer parcerias com movimentos sociais, universidades e prefeituras, para desenvolver atividades de educação ambiental e agricultura sustentável na ZA da RB.	RB				1.200,00	1.200,00					
4) Estabelecer negociações para a criação de um mosaico de UCs na Baixada Litorânea Norte, englobando as UCs federais, estaduais e municipais, atuais e futuras.	DIREC/IBAMA RB Conselho Consultivo			2.400,00		2.400,00					
5) Firmar termos de cooperação técnica com universidades, EMATER e prefeituras da Região da RB, para implementação de assistência técnica às atividades agrícolas em geral.	RB EMATER Universidades Prefeituras Municipais								1.200,00	1.200,00	2.400,00

Ações Gerenciais Gerais Externas – Integração Externa											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
6) Estabelecer parcerias com as universidades e centros de pesquisa para que sejam desenvolvidos estudos nas propriedades rurais limdeiras à RB, visando à identificação e posterior orientação do manejo agropecuário utilizado.	RB Universidades e centros de pesquisa								1.200,00	1.200,00	2.400,00
7) Divulgar, junto aos órgãos estaduais e municipais, o Plano de Manejo, seus limites, normas e usos permitidos na Zona de Amortecimento.	RB Órgãos estaduais e municipais	1.200,00				1.200,00					
8) Incentivar a criação de RPPN e outras categorias de Unidades de Conservação na Zona de Amortecimento.	DIREC/IBAMA RB Prefeituras municipais APN AMLD	x	x	x	x		x	x	x	x	
9) Sensibilizar os municípios do entorno para a concepção de programas dedicados às necessidades das populações locais.	RB Prefeituras Municipais ONGs Instituições privadas								2.400,00	2.400,00	4.800,00
9.1) Promover, em conjunto com os municípios e organizações afins, programas que contemplem a conservação de solos, a agricultura orgânica, o controle no uso de agrotóxicos, o combate aos desmatamentos, a formação de reserva legal, a manutenção de matas ciliares, achados paleontológicos ou arqueológicos, a adequação de estradas e a criação de RPPN.									x	x	
9.2) Despertar o interesse dos meios de comunicação locais em apoiar o programa e os meios necessários para								x	x	x	

Ações Gerenciais Gerais Externas – Integração Externa											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
o atendimento ao público-alvo.											
9.3) Buscar, junto à iniciativa privada e ao governo, recursos para viabilizar o programa.								x	x	x	
10) Desenvolver posturas pró-ativas de modo a articular e integrar a RB nos diversos segmentos sociais do entorno (assentamentos, sindicatos, movimentos sociais e outros).	RB	x	x	x	x		x	x	x	x	
10.1) Articular as atividades deste Plano com as políticas e com os programas e planos locais, regionais, nacionais e internacionais que possam afetá-lo direta ou indiretamente.	RB Órgãos governamentais municipais, estaduais e nacionais Instituições privadas	x	x	x	x		x	x	x	x	
11) Criar uma rotina de envolvimento dos proprietários limítrofes com questões diversas da RB, pela qual estarão previstas visitas freqüentes.	RB Proprietários do entorno				1.200,00	1.200,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
12) Desenvolver e implementar um calendário de atividades da RB que inclua os eventos da região.	RB Prefeituras municipais				2.500,00	2.500,00	2.500,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	17.500,00
12.1) Manter atualizado o levantamento dos locais e datas de eventos da região, que possam envolver a RB.		x		x			x	x	x	x	
12.2) Prever o envolvimento anual da RB nos eventos identificados.		x		x			x	x	x	x	
12.3) Divulgar e atualizar o calendário de atividades da RB nos âmbitos local, regional, nacional e internacional.	RB	x		x			x	x	x	x	

Ações Gerenciais Gerais Externas – Integração Externa											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
quando necessário.											
13) Apoiar a divulgação técnico-científica das pesquisas realizadas na Zona de Amortecimento.	RB Instituições de pesquisa						2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
14) Incentivar/estimular o apoio dos órgãos de assistência técnica na região.	RB Órgãos de assistência técnica	x	x	x	x		x	x	x	x	
15) Incentivar/estimular o apoio a programas ou projetos de órgãos oficiais.	RB	x	x	x	x		x	x	x	x	
16) Solicitar às prefeituras municipais a manutenção das principais estradas vicinais da Zona de Amortecimento, em especial daquelas utilizadas pela fiscalização da RB.	RB Prefeituras municipais	x	x	x	x		x	x	x	x	
17) Desenvolver, imediatamente, projeto específico, visando a identificação de propostas viáveis para a solução de conflitos na área.	RB		2.400,00			2.400,00					

Ações Gerenciais Gerais Externas – Alternativas de Desenvolvimento Sustentável											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Solicitar ao Programa Nacional de Florestas (PNF), existente na Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), do MMA, a divulgação do Projeto de Florestas Energéticas junto aos municípios da Zona de Amortecimento.	RB Secretaria de Biodiversidade de Florestas Prefeituras municipais						x				
2) Divulgar iniciativas de alternativas de uso de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros para o desenvolvimento sustentável.	RB								2.400,00	2.400,00	4.800,00
3) Promover o envolvimento de instituições governamentais e não-governamentais, no que se refere a disponibilização de apoio técnico aos proprietários da Zona de Amortecimento, no sentido de estimulá-los a adotarem técnicas agroecológicas.	RB ONGs OGs								2.400,00	2.400,00	4.800,00
4) Fazer gestões, junto às prefeituras locais, para a implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável.	RB Prefeituras municipais da região								2.400,00	2.400,00	4.800,00
5) Incentivar iniciativas de aproveitamento de resíduos oriundos de cultivos, como forma de implementação de renda (ex. artesanato com palha de bananeira).	RB								2.400,00	2.400,00	4.800,00
6) Incentivar iniciativas de aproveitamento de produtos naturais, tais como taboa, sementes, cipós, bambu e restos de madeira, visando o desenvolvimento do artesanato e produtos de movelaria fina.	RB								2.400,00	2.400,00	4.800,00

Ações Gerenciais Gerais Externas – Alternativas de Desenvolvimento Sustentável											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
7) Estimular a implantação de agroindústrias familiares e/ou comunitárias na Região da RB.	RB									2.400,00	2.400,00
8) Incentivar a produção de mudas para o programa de fomento florestal e recuperação de áreas degradadas.	RB AMLD								2.400,00	2.400,00	4.800,00
9) Incentivar o cooperativismo para o desenvolvimento, a melhoria e o aproveitamento das oportunidades oferecidas pela RB, com o apoio das prefeituras municipais.	RB Prefeituras municipais								2.400,00	2.400,00	4.800,00
10) Estimular a implementação do ecoturismo e do turismo rural, entre outras categorias, nos municípios da Região da RB.	RB Prefeituras Municipais AMLD								2.400,00	2.400,00	4.800,00
11) Apoiar os municípios na elaboração e implantação da Agenda 21.	RB Prefeituras municipais								2.400,00	2.400,00	4.800,00
12) Apoiar a criação de consórcios intermunicipais para a contratação de técnicos especializados no trato da questão ambiental.	RB						x	x	x	x	
13) Sistematizar e difundir as técnicas de conservação do solo e da água.	RB								2.400,00	2.400,00	4.800,00
14) Estimular, diante da capacidade política pluripartidária das prefeituras da Região da UC, atos dos congressistas que possam contribuir com a RB e as comunidades da Zona de Amortecimento.	RB Prefeituras municipais	x	x	x	x		x	x	x	x	
15) Fazer gestão para criação de associações de reposição florestal	RB								2.400,00	2.400,00	4.800,00

Ações Gerenciais Gerais Externas – Alternativas de Desenvolvimento Sustentável											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
obrigatória.											

QUADRO 4.17 – Cronograma Físico-financeiro para as Áreas Estratégicas (R\$ 1,00)

Área Estratégica Interna margem esquerda do Rio / Canal São João											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Intensificar a fiscalização, visando evitar e coibir atividades de pesca, caça e extração vegetal e mineral.	RB	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00
2) Construir uma rampa de acesso de concreto para embarcação da fiscalização.	RB			30.000,00		30.000,00					
3) Proteger as espécies de aves dependentes dos ambientes aquáticos na localidade do Rio São João, incluindo a única população remanescente de ipequi <i>Heliornis fulica</i> .	RB Universidades	x	x	x			x	x	x	x	
4) Estimular estudos sobre a ictiofauna.	RB	x	x	x			x	x	x	x	
5) Estimular estudos das matas ciliares existentes e vegetação marginal.		x									
Área Estratégica Interna margem direita do Rio / Canal Aldeia Velha											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Intensificar a fiscalização sobre atividades de pesca, caça e extração vegetal e mineral.	RB	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00
2) Recuperar a mata ciliar ao longo do canal.	RB Prefeituras municipais						5.000,00	5.000,00			10.000,00
3) Estimular estudos das matas ciliares existentes e vegetação marginal.		x									

Área Estratégica Interna Ferrovia											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Fazer gestão para a retirada / mudança do leito da ferrovia no trecho que esta corta a RB.	RB FCA				1.200,00	1.200,00	2.400,00				2.400,00
1.1) Realizar os procedimentos técnicos e administrativos para que se realizem os estudos pertinentes à retirada da ferrovia do interior da RB, de acordo com a legislação vigente.					x		x				
2) Exigir da instituição responsável pela ferrovia a adoção imediata de medidas de segurança, tais como redução da velocidade do trem, recuperação dos trilhos, estabelecer procedimentos de qualidade com os maquinistas e funcionários, estabelecimento e notificação dos horários de transportes de produtos e a sua natureza.	RB FCA	X									
3) Exigir a elaboração de projeto de análise de riscos e a implantação de um plano de emergência e contingência.	RB FCA				X						
4) Acompanhar e fiscalizar a implantação de infra-estrutura de segurança, drenagem e aceiros.	RB FCA	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
5) Acionar imediatamente o Ministério Público, a fim de estabelecer um TAC entre o IBAMA e a instituição responsável pela ferrovia, para elaboração e implantação de um plano de uso e um plano para o desvio de trechos da ferrovia para fora da RB.	RB MP FCA			2.400,00	2.400,00	4.800,00					
6) Propor que a manutenção e a conservação da linha férrea, dentro dos limites da RB, sigam os padrões de	RB FCA				X						

Área Estratégica Interna Ferrovia											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
qualidade máxima.											
7) Fiscalizar o uso de técnicas e procedimentos que coloquem em risco a integridade da UC, tais como queimadas, uso de maçarico e descarte do lixo produzido.	RB FCA	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
8) Acompanhar o processo de licenciamento junto à diretoria de licenciamento do IBAMA, assim como fazer gestões para a internalização dos recursos oriundos de medida compensatória.	RB FCA	x	x	x	x		x	x	x	x	
9) Cobrar da empresa responsável pela ferrovia a informação da realização de atividades de inspeção de rotina, de manutenção e limpeza, dentro da UC, para o devido acompanhamento.	RB FCA	x	x	x	x		x	x	x	x	
10) Exigir da instituição responsável pela ferrovia a aplicação da legislação específica do transporte de cargas tóxicas perigosas, enquanto não for resolvida a sua retirada.	RB FCA	x	x	x	x		x	x	x	x	
11) Realizar estudos sobre os impactos causados por vibrações, ruídos e atropelamentos sobre a fauna e fragmentação sobre a fauna e vegetação.	RB FCA				20.000,00	20.000,00	40.000,00	40.000,00			80.000,00

Área Estratégica Interna Torre de Incêndio II											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Manter a torre II em perfeito estado de conservação.	RB	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	32.000,00
2) Viabilizar projeto de imageamento remoto para estudo de dinâmica de incêndio, com vistas à prevenção de sua ocorrência na RB.	RB		10.000,00			10.000,00					
3) Manter os procedimentos de segurança, inclusive o uso de EPI, quando da operação da torre.	RB	x	x	x	x		x	x	x	x	
Área Estratégica Interna Turfa											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Realizar estudos para detalhamento da área de turfa, incluindo sua real delimitação, profundidade e um levantamento planialtimétrico mais completo.	RB Universidades						2.400,00				2.400,00
2) Realizar estudos sobre a viabilidade de desenvolver projeto de malhas de canais de irrigação, para levar água para a área de solo orgânico.	RB Universidades						2.400,00				2.400,00
3) Monitorar e avaliar os resultados de possíveis intervenções em relação à recuperação da área, no que diz respeito ao solo, recurso hídrico, fauna e flora.	RB						x	x	x	x	
4) Implementar rotina de fiscalização de focos de fogo na área de turfa.	RB		2.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00

Área Estratégica Interna Área Alagada											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Realizar estudos para caracterização do ambiente que incluam evolução do relevo, qualidade da água, tipo de solo, florística, estrutura e fauna associada.	RB Universidades						8.000,00	8.000,00			16.000,00
2) Intensificar atividades de proteção geral da área, considerando o programa de fiscalização.	RB	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
3) Realizar mapeamento detalhado da área.	RB							10.000,00			10.000,00
4) Realizar análise temporal e espacial da área.	RB Universidades							10.000,00	10.000,00		20.000,00
5) Dar ênfase a pesquisas de espécies dependentes, exclusivamente desse tipo de habitat.	RB Universidades						x	x	x	x	
6) Implantar Projeto de monitoramento do estado de conservação da área alagada.								x	x	x	
Área Estratégica Interna Posto da Barragem e Talude (cota de inundação)											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Implantar posto de fiscalização na casa que existe atualmente neste local.	RB	30.000,00				30.000,00					
2) Contratar equipe de fiscalização ou de vigilância terceirizada.	RB	x									
3) Adquirir equipamento de Radiocomunicação, conforme especificado no item AGGI	RB	x									

Área Estratégica Interna Posto da Barragem e Talude (cota de inundação)											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
Operacionalização.											
4) Adquirir veículo motorizado conforme especificado no item AGGI Operacionalização.	RB	200.000,00				200.000,00					
5) Implementar rotina de fiscalização, seguindo a orientação do item AGGI Operacionalização.	RB	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
6) Impedir alterações que possam descaracterizar a diversidade de habitats existentes nesta localidade, diminuindo a biodiversidade da RB.	RB	x	x	x	x		x	x	x	x	
7) Intensificar ações de fiscalização, de forma a coibir: a pesca, a caça, atividades de recreação e lazer e a presença de animais domésticos, entre outras possibilidades.	RB	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
8) Exigir práticas, ambientalmente corretas, de manutenção do talude.	RB Concessionária	x	x	x	x		x	x	x	x	
9) Solicitar relatórios das auditorias de segurança do talude.	RB Concessionária	x	x	x	x		x	x	x	x	
10) Identificar e preservar brejos de taboa, visando a proteção de <i>Parides ascanius</i> .	RB Universidades						5.000,00				5.000,00
11) Avaliar os relatórios das auditorias de segurança do talude.		x	x	x	x		x	x	x	x	

Área Estratégica Interna Sede											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Reformar e ampliar as instalações atuais existentes na Sede da RB, de forma a atender, satisfatoriamente, às atividades nela desenvolvidas.	RB		20.000,00	20.000,00	20.000,00	60.000,00					
1.1) Adequar a Sede Administrativa quanto a móveis e equipamentos necessários.			x	x	x						
2) Reformar e ampliar o almoxarifado e a sala para o armazenamento de material apreendido, seguindo as orientações que constam no projeto do IBAMA.	RB		8.000,00	8.000,00	8.000,00	24.000,00					
3) Reformar e ampliar a garagem atual.	RB		2.320,00	2.320,00	2.320,00	6.960,00					
4) Reformar e ampliar a oficina para guarda de ferramentas e peças para a realização de consertos.	RB		10.678,00	10.678,00	10.678,00	32.034,00	5.696,00	5.696,00	5.696,00	5.696,00	22.784,00
5) Construir o pórtico de entrada e reformar o posto de vigilância da Sede da RB.	RB		20.000,00	20.000,00		40.000,00					
6) Construir instalações específicas para os brigadistas e instalação para a guarda dos equipamentos de prevenção e combate a incêndios.	RB		17.936,00	17.936,00	17.936,00	53.808,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
7) Adequar as instalações e equipamentos de apoio à fiscalização.	RB	27.440,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	87.440,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
7.1) Reformar e ampliar as instalações de apoio à fiscalização.		x	x								
7.2) Implantar posto permanente de fiscalização localizado na barragem, aproveitando a casa já existente na				x	x						

Área Estratégica Interna Sede											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
área.											
7.3) Manter em bom estado de uso a ponte de acesso à Estrada do Aristides.		x	x	x	x		x	x	x	x	
8) Adequar o Centro Educativo da RB, de forma a atingir seus objetivos.	RB AMLD	27.000,00	45.755,00	45.755,00	45.755,00	164.265,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
8.1) Dotar o Centro Educativo de móveis e equipamentos.		x									
8.2) Dotar o Centro Educativo de fossa séptica/filtro/sumidouro e instalações hidráulicas com poço semi-artesiano.		x									
8.3) Providenciar instalações específicas para atender ao Núcleo de Educação Ambiental da RB.				x	x						
9) Reformular e garantir a manutenção da Trilha Interpretativa Boi Branco.	RB AMLD			3.000,00	10.000,00	13.000,00	5.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	12.500,00
9.1) Reformular o trajeto atual da trilha visando recuperar as áreas degradadas, reformular seu leito, impedir a abertura ou a ampliação de trilhas secundárias (atalhos) e sinalizá-la de forma a que o visitante tenha acesso a informações de todos os ambientes e atributos naturais presentes na RB.					x						
9.2) Desenvolver estudo para a determinação da capacidade de suporte da Trilha Interpretativa, após sua reformulação.				x							

Área Estratégica Interna Sede											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
9.3) Reformular e manter em bom estado de conservação as placas e painéis existentes na Trilha Interpretativa.					x		x	x	x	x	
9.4) Redefinir o objetivo da trilha em função do público-alvo, formado por professores e alunos da rede de ensino fundamental e ensino médio da região da RB.				x							
10) Adequar as instalações de apoio à pesquisa, de forma a atender as necessidades dos pesquisadores.	RB						600.000,00				600.000,00
10.1) Dotar o alojamento para pesquisadores de móveis e equipamentos, reformar os sanitários masculino e feminino e ampliar o laboratório.	RB						x				
10.2) Reformar e dotar o laboratório de móveis e equipamentos.	RB						x				
11) Implantar uma estação meteorológica.	RB				8.607,00	8.607,00					

Área Estratégica Interna Posto Maratã											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Reformar e reativar o posto e mantê-lo eficientemente comunicável com a administração da RB.	RB	30.000,00				30.000,00					
2) Intensificar ações de fiscalização de forma a coibir: a pesca, a caça, atividades de recreação e lazer e a presença de animais domésticos, entre outras possibilidades.	RB	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
3) Integrar este posto aos outros previstos no programa de fiscalização.	RB	x									
Área Estratégica Interna Posto Canal do Rio São João/Aldeia Velha											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total
		I	II	III	IV	Total					
1) Implantar posto de fiscalização.	RB	30.000,00				30.000,00					
2) Intensificar ações de fiscalização de forma a coibir: a pesca, a caça, atividades de recreação e lazer e a presença de animais domésticos, entre outras possibilidades.	RB	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
3) Integrar este posto aos outros previstos no programa de fiscalização.	RB	x									
Área Estratégica Interna Estrada do Aristides											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Realizar estudos específicos em áreas de taquaras e sua fauna associada.	RB Universidades							2.400,00			2.400,00

Área Estratégica Interna Estrada do Aristides											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
2) Manter as ações rotineiras de fiscalização.	RB	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00	9.600,00	9.600,00	9.600,00	9.600,00	38.400,00
3) Manter a ponte em condições de uso.	RB	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
4) Fechar um ramal da Estrada.	RB	x									
5) Incluir na rotina de fiscalização a Estrada do Aristides.	RB	x									
Área Estratégica Interna Estrada Principal											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Reformar a Casa da Porteira para que na mesma seja instalado um posto de vigilância e apoio à fiscalização.	RB		30.000,00			30.000,00					
2) Manter a estrada em bom estado de conservação.	RB	x	x	x	x		x	x	x	x	
3) Manter a sinalização da Estrada em bom estado de conservação.	RB	300,00	300,00	300,00	300,00	1.200,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
4) Incluir na rotina de fiscalização a Estrada Principal.	RB	x									

Área Estratégica Externa Rodovia Br-101 / Dutos											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Promover ações junto ao DNIT para mitigar e compensar a duplicação da BR-101, quando da sua realização.	RB DNIT	x	x	x	x		x	x	x	x	
2) Exigir, como condicionante do licenciamento da duplicação da BR-101, uma alternativa tecnológica que permita o restabelecimento da conexão entre os fragmentos de mata atlântica da Zona de Amortecimento.	RB DNIT	x	x	x	x		x	x	x	x	
3) Solicitar ao DNIT a instalação de redutores de velocidade na rodovia BR-101, ao longo do percurso tangente à RB.	RB DNIT		x								
4) Exigir a colocação de placas sinalizando a presença de animais cruzando as pistas da rodovia BR-101.	RB DNIT		x								
5) Exigir do DNIT a manutenção freqüente da faixa de servidão junto às margens da rodovia.	RB DNIT	x	x	x	x		x	x	x	x	
6) Exigir, como condicionante do licenciamento de novos dutos, que a empresa/órgão responsável estabeleça alternativas tecnológicas que permitam o restabelecimento da conexão entre os fragmentos de mata atlântica da zona de amortecimento da RB.	RB DNIT	x	x	x	x		x	x	x	x	
7) Exigir da empresa responsável a manutenção da faixa de servidão dos dutos que percorrem o limite norte da RB, mantendo a cobertura por grama, seguindo técnicas compatíveis com os interesses de conservação.	RB TRANSPETRO	x	x	x	x		x	x	x	x	

Área Estratégica Externa Rodovia Br-101 / Dutos											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
8) Exigir da empresa responsável pelos dutos que margeiam o limite norte da RB que seja instalado um sistema de válvulas de segurança, antes e depois dos limites da reserva.	RB TRANSPETRO		x								
9) Solicitar ao DNIT a melhoria do acesso à sede da RB, construindo uma alternativa que permita a entrada de veículos de modo seguro, em qualquer dos sentidos da rodovia BR-101.	RB DNIT		x								
Área Estratégica Externa Rio / Canal São João											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Incentivar ações de saneamento em toda a Bacia Hidrográfica do Rio São João, exigindo o constante monitoramento de todos os cursos d'água da bacia.	RB Prefeituras Municipais Consórcio Lagos São João	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
2) Incentivar pesquisas e acompanhar o monitoramento da qualidade da água e de controle de emissões de efluentes no Rio São João e seus afluentes.	RB Universidades						5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
3) Acompanhar o desenvolvimento dos estudos que visem à renaturalização do Rio São João, à jusante da barragem de Juturnaíba, envolvendo a Agência Nacional de Águas – ANA e o Comitê de Bacia do Rio São João.	RB Consórcio Lagos São João	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00	3.000,00	3.000,00			6.000,00
4) Estabelecer parceria com o Consórcio da Bacia do Rio São João e o Comitê de Bacia.	RB Consórcio Lagos São João		x								

Área Estratégica Externa Rio / Canal São João											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
5) Apoiar ações para a implementação da APA Bacia do Rio São João / Mico-leão-dourado.	RB APA da Bacia do Rio São João AMLD	x	x	x	x		x	x	x	x	
5.1) Desenvolver rotina de fiscalização conjunta, no âmbito do Programa de Fiscalização da RB.		x	x	x	x		x	x	x	x	
5.2) Apoiar ações de implantação de projetos de saneamento básico, coleta e descarte adequado de rejeitos sólidos.		x	x	x	x		x	x	x	x	
5.3) Participar de todos os projetos de captação ao longo da bacia do Rio São João.		x	x	x	x		x	x	x	x	
5.4) Participar de todos os projetos de captação na Represa de Juturnaíba.		x	x	x	x		x	x	x	x	
5.5) Exigir ações de recuperação de matas ciliares.		x	x	x	x		x	x	x	x	
5.6) Incentivar a criação de Programas de Educação Ambiental.		x	x	x	x		x	x	x	x	
6) Exigir da PROLAGOS e Comitê de Bacias providências, junto a quem de direito, para ações de manutenção e gerenciamento da Barragem de Juturnaíba.	RB PROLAGOS Comitê de Bacia	x	x	x	x		x	x	x	x	
7) Elaborar estudos sobre a viabilidade de desenvolver projeto de malhas de canais de irrigação, para levar água para áreas de solo orgânico (turfeiras).							5.000,00				5.000,00
8) Fiscalizar áreas de erosão de margens e pontos de assoreamento de	RB	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	32.000,00

Área Estratégica Externa Rio / Canal São João											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
leito do Rio/canal São João.											
9) Fiscalizar as atividades de caça, pesca e extração vegetal e mineral.	RB	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	32.000,00
10) Exigir da instituição responsável pela Rodovia BR-101 o cumprimento da legislação específica do transporte de cargas tóxicas e perigosas, bem como o plano de risco e contingência.	RB DNIT	x	x	x	x		x	x	x	x	
11) Exigir da instituição responsável pela Estrada de Ferro EF-103 o cumprimento da legislação específica do transporte de cargas tóxicas e perigosas, bem como o plano de risco e contingência.	RB FCA	x	x	x	x		x	x	x	x	
Área Estratégica Externa Rio / Canal Aldeia Velha											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Incentivar ações de saneamento em toda a Bacia Hidrográfica do Rio Aldeia Velha, exigindo o constante monitoramento de todos os cursos de água da bacia.	RB Prefeituras municipais Comitê de Bacia	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
2) Incentivar pesquisas e acompanhar o monitoramento da qualidade da água e de controle de emissões de efluentes no Rio Aldeia Velha e seus afluentes.	RB Universidades						5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
3) Estabelecer parcerias com o Consórcio da Bacia do Rio São João e o Comitê de Bacia.	RB Consórcio				x						

Área Estratégica Externa Rio / Canal Aldeia Velha											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
4) Apoiar ações para a implantação de projetos de saneamento básico, coleta e descarte adequado de rejeitos sólidos.	RB Prefeituras municipais						10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
4.1) Desenvolver rotina de fiscalização conjunta com as comunidades locais.							x	x	x	x	x
4.2) Participar de todos os projetos de captação ao longo da bacia do rio Aldeia Velha.							x	x	x	x	x
4.3) Participar de todos os projetos de captação na Represa de Juturnaíba.							x	x	x	x	x
4.4) Exigir ações de recuperação de matas ciliares.		x	x	x	x		x	x	x	x	x
4.5) Incentivar a criação de Programas de Educação Ambiental.		x	x	x	x		x	x	x	x	x
5) Elaborar estudos sobre a viabilidade de desenvolver projeto de malhas de canais de irrigação, para levar água para áreas de solo orgânico (turfeiras).	RB Universidades						5.000,00				5.000,00
6) Fiscalizar áreas de erosão de margens e pontos de assoreamento de leito do rio/canal Aldeia Velha.	RB	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	32.000,00
7) Fiscalizar as atividades de caça, pesca e extração vegetal e mineral.	RB	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	32.000,00
8) Exigir da instituição responsável pela rodovia BR-101 o cumprimento da legislação específica do transporte de cargas tóxicas e perigosas, bem como a elaboração de um plano de risco e	RB DNIT	x	x	x	x		x	x	x	x	

Área Estratégica Externa Rio / Canal Aldeia Velha											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
contingência.											
9) Exigir da instituição responsável pela ferrovia o cumprimento da legislação específica do transporte de cargas tóxicas e perigosas, bem como o plano de risco e contingência.	RB FCA	x	x	x	x		x	x	x	x	
Área Estratégica Externa Ferrovia											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Exigir da instituição responsável pela ferrovia a adoção imediata de medidas de segurança.	RB FCA	x									
2) Exigir a elaboração de Projeto de análise de riscos e a implementação de um plano de emergência e contingência.	RB FCA			x							
3) Acompanhar o processo de licenciamento da ferrovia junto à Diretoria de Licenciamento do IBAMA, assim como fazer gestões para a internalização dos recursos oriundos de medida compensatória.	RB FCA IBAMA (Diretoria de Licenciamento)	x	x	x	x		x	x	x	x	
4) Exigir da instituição responsável pela ferrovia o cumprimento da legislação específica sobre o transporte de cargas perigosas.	RB FCA	x	x	x	x		x	x	x	x	

Área Estratégica Externa Torre de Incêndio I											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Manter a torre em perfeito estado de conservação e uso.	RB	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
2) Viabilizar projeto de imageamento remoto para estudo da dinâmica de incêndios na região, com vistas à prevenção.	RB	33.000,00				33.000,00					
3) Manter procedimentos de segurança, inclusive o uso de EPI, quando da operação da torre.	RB	x	x	x	x		x	x	x	x	
Área Estratégica Externa Assentamento Aldeia Velha											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Proceder ao licenciamento do assentamento, na forma da Resolução CONAMA nº 289/2001.	RB				3.000,00	3.000,00					
2) Fazer gestão, junto ao MP, para ajustamento de um TAC entre o INCRA e demais produtores rurais da ZA, visando a criação de Reservas Legais e de Áreas de Preservação Permanente.	RB INCRA MP				3.800,00	3.800,00					
3) Apoiar parcerias com as lideranças locais e proprietários na área do assentamento, para implantação de práticas agroflorestais.	RB								2.400,00	2.400,00	4.800,00
4) Apoiar parcerias para desenvolvimento de programas de treinamento e capacitação em práticas agroecológicas.	RB AMLD								2.400,00	2.400,00	4.800,00

Área Estratégica Externa Assentamento Aldeia Velha											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
5) Apoiar e incentivar programas de Educação Ambiental na área do assentamento.	RB AMLD						2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
6) Apoiar parcerias com lideranças locais para implantação de programas de desenvolvimento local sustentado.	RB								2.400,00	2.400,00	4.800,00
6.1) Apoiar parcerias para implementação de viveiros de mudas nativas, a partir dos fragmentos florestais existentes no entorno da UC.								x	x	x	
6.2) Apoiar parcerias para produção de sementes e mudas de spp nativas.								x	x	x	
6.3) Apoiar parcerias para treinamento em praticas de reflorestamento.								x	x	x	
6.4) Apoiar parcerias para produção e comercialização de produtos de agricultura biológica.								x	x	x	
6.5) Apoiar parcerias para produção e comercialização de produtos artesanais diversos.								x	x	x	
7) Incentivar e apoiar programas de pesquisa-ação junto às comunidades de assentados e agricultores familiares, com vistas ao desenvolvimento de atividades agrícolas ambientalmente sustentáveis e compatíveis com a preservação da biodiversidade na ZA da RB.	RB						5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
8) Incluir representante do Assentamento no Conselho Consultivo RB.	RB Conselho Consultivo	x									

Área Estratégica Externa Assentamento Aldeia Velha											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
9) Participar rotineiramente das reuniões no Assentamento.	RB	600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
10) Promover integração das políticas setoriais agrária e ambiental, na área.	RB		x	x	x		x	x	x	x	
11) Fiscalizar as atividades desenvolvidas dentro dos lotes/sítios, dentro dos limites da lei.	RB	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	32.000,00
Área Estratégica Externa Acampamento Sebastião Lan											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Articular com o INCRA a retomada das negociações, de solução satisfatória, dos problemas de ocupação da área.	IBAMA RB INCRA UFF		2.400,00	2.400,00	2.400,00	7.200,00					
2) Mobilizar o Conselho Consultivo para a possível solução dos conflitos.	RB Conselho Consultivo INCRA		x	x	x						
3) Despolarizar as discussões em torno do conflito de ocupação da área, através do envolvimento de outras instituições, além de IBAMA, INCRA e UFF.	IBAMA RB INCRA UFF		x	x	x						
4) Propor alternativas concretas para a ampliação da área da UC objetivando a proteção efetiva da biodiversidade e das espécies que justificam a RB.	RB				x						

Área Estratégica Externa Assentamento Cambucaes / Olhos D'Água											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Fazer gestões, junto ao INCRA, para solucionar legalmente a situação da comunidade de Olhos D'Água.	RB INCRA		2.400,00	2.400,00	2.400,00	7.200,00					
2) Proceder ao licenciamento do assentamento, na forma da Resolução CONAMA nº 289/2001.	RB INCRA				x						
3) Fazer gestão junto ao MP para ajustamento de um TAC entre o INCRA e demais produtores rurais da ZA, visando a criação de Reservas Legais e de Áreas de Preservação Permanente.	RB INCRA MP				2.400,00	2.400,00					
4) Apoiar e incentivar iniciativas de aumento da conectividade entre os fragmentos existentes na área e a RB.	RB AMLD	600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
5) Apoiar e incentivar programas de Educação Ambiental na área do assentamento.	RB AMLD						2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
6) Fazer gestão junto ao INCRA para implantação do Plano de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) na área do Assentamento.	RB INCRA				2.400,00	2.400,00					
7) Estabelecer parcerias para desenvolvimento de programas de treinamento e capacitação em práticas agroecológicas.	RB								2.400,00		2.400,00
8) Estabelecer parcerias para implementação de viveiros de mudas nativas, a partir dos fragmentos florestais existentes no entorno da UC.	RB							2.400,00			2.400,00
9) Apoiar parcerias com lideranças	RB						x			2.400,00	2.400,00

Área Estratégica Externa Assentamento Cambucaes / Olhos D'Água											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
locais para implantação de programas de desenvolvimento local sustentado.											
9.1) Apoiar iniciativas para produção de sementes e mudas de espécies nativas.								x	x	x	
9.2) Apoiar iniciativas para treinamento em práticas de reflorestamento.								x	x	x	
9.3) Apoiar iniciativas para produção e comercialização de produtos de agricultura biológica.								x	x	x	
9.4) Apoiar iniciativas de produção e comercialização de produtos artesanais diversos, etc.								x	x	x	
10) Incluir representante do Assentamento no Conselho Consultivo da UC.	RB Conselho Consultivo	x									
11) Participar rotineiramente das reuniões no Assentamento.	RB	600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
12) Promover integração das políticas setoriais agrária e ambiental na área.	RB						x	x	x	x	
13) Incentivar e apoiar programas de pesquisa-ação, junto às comunidades de assentados e agricultores familiares, com vistas ao desenvolvimento de atividades agrícolas ambientalmente sustentáveis e compatíveis com a preservação da biodiversidade na ZA da RB.	RB						2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
14) Fiscalizar as atividades desenvolvidas dentro dos lotes/sítios,	RB	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	32.000,00

Área Estratégica Externa Assentamento Cambucaes / Olhos D'Água											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
dentro dos limites da lei.											
Área Estratégica Externa Assentamento Sebastião Lan											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Apoiar programas de Educação Ambiental na área do assentamento.	RB						2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
2) Apoiar e incentivar iniciativas de aumento da conectividade entre os fragmentos existentes na área e a RB.	RB	600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
3) Fazer gestão, junto ao INCRA e o MP, no sentido de resolver questões jurídicas pendentes.	RB INCRA MP				2.400,00	2.400,00					
4) Fazer gestão, junto ao INCRA, para implantação do Plano de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) na área do Assentamento.	RB INCRA MP				2.400,00	2.400,00					
5) Estabelecer parcerias para desenvolvimento de programas de treinamento e capacitação em práticas agroecológicas.	RB								2.400,00		2.400,00
6) Estabelecer parcerias para implementação de viveiros de mudas nativas, a partir dos fragmentos florestais existentes no entorno da RB.	RB						2.400,00				2.400,00
7) Apoiar parcerias com lideranças locais para implantação de programas de desenvolvimento local sustentado.	RB									2.400,00	2.400,00
7.1) Apoiar iniciativas para produção								x	x	x	

Área Estratégica Externa Assentamento Sebastião Lan											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
de sementes e mudas de espécies nativas.											
7.2) Apoiar iniciativas para treinamento em praticas de reflorestamento.								x	x	x	
7.3) Apoiar iniciativas para produção e comercialização de produtos de agricultura biológica.								x	x	x	
7.4) Apoiar iniciativas de produção e comercialização de produtos artesanais diversos.								x	x	x	
8) Incluir representante do Assentamento no Conselho Consultivo da RB.	RB Conselho	x						x	x	x	
9) Participar rotineiramente das reuniões no Assentamento.	RB	600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
10) Promover integração das políticas setoriais agrária e ambiental na área.	RB						x	x	x	x	
11) Fiscalizar as atividades desenvolvidas dentro dos lotes/sítios, dentro dos limites da lei.	RB	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	32.000,00
12) Incentivar e apoiar programas de pesquisa-ação junto às comunidades de assentados e agricultores familiares, com vistas ao desenvolvimento de atividades agrícolas ambientalmente sustentáveis e compatíveis com a preservação da biodiversidade na ZA da RB.	RB						2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00

Área Estratégica Externa Barragem / Reservatório											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Estabelecer um TAC entre as empresas responsáveis pela gestão das águas da Represa de Juturnaíba, o IBAMA, o Consórcio Ambiental Lagos Rio São João e as prefeituras locais, de forma a adotar procedimentos adequados aos objetivos da RB.	RB Consórcio Prefeituras municipais IBAMA				1.200,00	1.200,00					
2) Disciplinar os usos na área de alagados.	RB	x	x	x	x		x	x	x	x	
3) Fazer cumprir o ordenamento pesqueiro do reservatório	RB	x	x	x	x		x	x	x	x	
4) Fazer gestões, junto à concessionária que administra a Represa de Juturnaíba, para a recuperação urgente da estrutura de concreto do canal de dreno da comporta, lado esquerdo, à montante da represa.	RB Concessionária	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	4.800,00					
5) Exigir da empresa responsável pelo reservatório de Juturnaíba a manutenção adequada dos 04 (quatro) elementos dos vertedouros da barragem.	RB Concessionária	x	x	x	x		x	x	x	x	
6) Exigir a construção de uma escada para peixes, facilitando a piracema.	RB Concessionária				x						
7) Exigir da empresa responsável e do Comitê de Bacia maior controle no acesso à barragem.	RB Concessionária Comitê de Bacia	x	x	x	x		x	x	x	x	
8) Solicitar das empresas responsáveis os relatórios de monitoramento da qualidade da água do reservatório.	RB Concessionárias	x	x	x	x		x	x	x	x	

Área Estratégica Externa Barragem / Reservatório											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
9) Acompanhar as iniciativas turísticas desenvolvidas pelas prefeituras locais e agentes particulares, em relação ao Reservatório de Juturnaíba.	RB Prefeituras municipais	600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
10) Apoiar e incentivar programa de pesquisa sobre a fauna, com ênfase na ictiofauna, do Reservatório de Juturnaíba.	RB						x	x	x	x	
Área Estratégica Externa Fazenda Bandeirantes - Portuense Gleba B											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Fazer gestões junto ao INCRA com vistas à transferência do imóvel para o acervo da UC.	RB INCRA				3.000,00	3.000,00					
2) Solicitar apoio ao MP para resolver questão pendente.			x								
Área Estratégica Externa Remanescente Cedida pelo Contrato Nº 05/99											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Fazer gestões junto ao INCRA com vistas à transferência do imóvel para o acervo da UC.	RB INCRA				3.000,00	3.000,00					
2) Solicitar apoio ao MP para resolver questão pendente.			x								

Área Estratégica Externa Terras Agrícolas / Limite Oeste											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Levantar o passivo ambiental das propriedades para definição das compensações ambientais.	RB						2.400,00				2.400,00
2) Fazer gestão junto ao MP para ajustamento de um TAC entre proprietários e IBAMA, visando à implantação/ recuperação de RL e APP.	IBAMA RB MP Proprietários							2.400,00			2.400,00
3) Estabelecer e/ou reforçar vínculos de colaboração entre os proprietários e a RB, com vistas à proteção da biodiversidade na ZA da UC e à educação ambiental das populações residentes.	RB Proprietários						x	x	x	x	
4) Apoiar e incentivar iniciativas de aumento da conectividade entre quaisquer fragmentos florestais existentes na área e a RB.	RB AMLD	600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
5) Apoiar e incentivar a implementação de práticas agropecuárias ambientalmente sustentáveis.	RB								2.400,00		2.400,00
6) Apoiar e incentivar a adoção de práticas de recuperação e regeneração dos solos.	RB							2.400,00			2.400,00
7) Exercer a fiscalização ambiental na área das propriedades, dentro dos limites da lei.	RB	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	32.000,00

Área Estratégica Externa Terras Agrícolas / Limite Leste											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Levantar o passivo ambiental das propriedades, para definição das compensações ambientais.	RB							2.400,00			2.400,00
2) Fazer gestão junto ao MP para ajustamento de um TAC entre proprietários e IBAMA, visando à implantação/ recuperação de RL e APP.	IBAMA RB MP Proprietários								2.400,00		2.400,00
3) Estabelecer e/ou reforçar vínculos de colaboração entre os proprietários e a RB, com vistas à proteção da biodiversidade na ZA da UC e à educação ambiental das populações residentes.	RB						x	x	x	x	
4) Apoiar e incentivar iniciativas de aumento da conectividade entre quaisquer fragmentos florestais existentes na área e a RB.	RB AMLD	600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
5) Apoiar e incentivar a implementação de práticas agropecuárias ambientalmente sustentáveis.	RB								2.400,00		2.400,00
6) Apoiar e incentivar a adoção de práticas de recuperação e regeneração dos solos.	RB							2.400,00			2.400,00
7) Exercer a fiscalização ambiental na área das propriedades, dentro dos limites da lei.	RB	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	32.000,00

Área Estratégica Externa Fazenda Arizona / Limite Leste											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Levantar o passivo ambiental das propriedades, para definição das compensações ambientais.	RB							2.400,00			2.400,00
2) Fazer gestão junto ao MP para ajustamento de um TAC entre proprietários e IBAMA, visando à implantação/ recuperação de RL e APP.	IBAMA RB MP Proprietários							2.400,00			2.400,00
3) Fazer gestão junto ao MP para definição da situação jurídica da propriedade.	RB MP							2.400,00			2.400,00
4) Apoiar e incentivar iniciativas de aumento da conectividade entre quaisquer fragmentos florestais existentes na área e a RB.	RB AMLD	600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	9.600,00
5) Apoiar e incentivar a implementação de práticas agropecuárias ambientalmente sustentáveis.	RB								2.400,00		2.400,00
6) Apoiar e incentivar a adoção de práticas de recuperação e regeneração dos solos.	RB							2.400,00			2.400,00
7) Exercer a fiscalização ambiental na área das propriedades, dentro dos limites da lei.	RB	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	32.000,00

Área Estratégica “Antiga Ilha Tinguiba” ou “Área do INCRA”											
Atividade/Sub-atividade	Instituições envolvidas	Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)									
		Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)
		I	II	III	IV	Total					
1) Fazer gestões junto ao MP e ao INCRA, com vistas à definição da situação jurídica da terra.	RB MP INCRA								2.400,00		2.400,00
2) Fazer gestão junto ao MP para aplicação da decisão judicial.	RB MP								2.400,00		2.400,00
3) Fazer gestão, junto ao INCRA, com vistas à localização e assentamento dos acampados do chamado “Brejão” na área.	RB INCRA								2.400,00		2.400,00
4) Estabelecer parcerias para estabelecimento de projetos de apoio e extensão rural em toda a área, com vistas à implantação de práticas agrosilviculturais.	RB								2.400,00	2.400,00	4.800,00

4.9.2. – Consolidação dos custos por programas temáticos e fontes de financiamento

O QUADRO 4.18 apresenta a consolidação detalhada dos custos, no período de implementação do Plano. O quadro mostra os dados referentes aos custos das Ações Gerenciais Gerais por tema e, da mesma forma, nas Áreas Estratégicas internas e externas.

QUADRO 4.18 – Consolidação dos custos por programas temáticos e fontes de financiamento

Ações Gerenciais Gerais											
Recursos necessários estimados para implantação/ano (R\$1,00)											
Temas	Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)	Total (5 anos)
	I	II	III	IV	Total (Ano I)						
Proteção e manejo	681,024.00	356,024.00	356,024.00	356,024.00	1,749,096.00	122,540.00	155,540.00	123,220.00	112,720.00	514,020.00	2,263,116.00
Pesquisa e monitoramento	3,000.00	3,000.00	5,000.00	3,000.00	14,000.00	13,500.00	13,500.00	13,500.00	13,500.00	54,000.00	68,000.00
Educação Ambiental	1,500.00	7,000.00	5,500.00	9,100.00	23,100.00	48,300.00	48,300.00	54,700.00	51,700.00	203,000.00	226,100.00
Integração Externa	1,200.00	3,600.00	2,400.00	4,900.00	12,100.00	8,500.00	9,800.00	14,600.00	14,600.00	47,500.00	59,600.00
Alternativas de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	26,400.00	28,800.00	55,200.00	55,200.00
Operacionalização	64,740.00	78,870.00	357,176.00	1,284,571.00	1,785,357.00	292,292.00	245,292.00	252,492.00	239,692.00	1,029,768.00	2,815,125.00
Subtotal	751,464.00	448,494.00	726,100.00	1,657,595.00	3,583,653.00	485,132.00	472,432.00	484,912.00	461,012.00	1,903,488.00	5,487,141.00
Áreas Estratégicas											
Temas	Primeiro ano/Trimestre					Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (4 anos)	Total (5 anos)
	I	II	III	IV	Total (Ano I)						
Proteção e manejo	52,000.00	54,000.00	54,000.00	54,000.00	214,000.00	226,000.00	221,000.00	216,000.00	216,000.00	879,000.00	1,093,000.00
Pesquisa e monitoramento	1,500.00	1,500.00	1,500.00	21,500.00	26,000.00	75,800.00	83,400.00	20,000.00	10,000.00	189,200.00	215,200.00
Educação Ambiental	600.00	600.00	600.00	600.00	2,400.00	9,600.00	9,600.00	12,000.00	9,600.00	40,800.00	43,200.00
Integração Externa	4,200.00	4,200.00	4,200.00	4,200.00	16,800.00	27,200.00	29,600.00	32,000.00	27,200.00	116,000.00	132,800.00
Alternativas de Desenvolvimento	4,000.00	4,000.00	4,000.00	4,000.00	16,000.00	18,000.00	22,800.00	30,000.00	30,000.00	100,800.00	116,800.00
Operacionalização	412,940.00	224,989.00	220,389.00	210,796.00	1,069,114.00	763,496.00	168,196.00	165,796.00	156,196.00	1,253,684.00	2,322,798.00
Subtotal	475,240.00	289,289.00	284,689.00	295,096.00	1,344,314.00	1,120,096.00	534,596.00	475,796.00	448,996.00	2,579,484.00	3,923,798.00
Total Geral	1,226,704.00	737,783.00	1,010,789.00	1,952,691.00	4,927,967.00	1,605,228.00	1,007,028.00	960,708.00	910,008.00	4,482,972.00	9,410,939.00